



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalcleber Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

LIDERANÇAS – 2016

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT – PMDB – PRB – PTdoB – PROS – PR)	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Doutor Jean Freire Deputado Deputado Léo Portela Deputada Rosângela Reis

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PTN – PMN – PEN – PTC – PHS – PPS – PSC – PSD – REDE)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Deputado Deputado Deputado Deputado

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PTB – PDT – PP – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vitor Xavier Deputado Neilando Pimenta

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Cristiano Silveira

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 4h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Fábio Chereim	PSD – BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
Deputado Paulo Lamac	REDE	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	



Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado João Leite	PSDB – BVC
Deputado Paulo Lamac	REDE
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	Presidente
Deputado João Alberto	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Fabiano Tolentino	PV – BCMG	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PPS – BCMG	
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Presidente
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Elismar Prado	Sem partido	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Arlen Santiago	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Elismar Prado	Sem partido	Presidente
Deputado Roberto Andrade	PSB	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Tito Torres	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Elismar Prado	Sem partido	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PSB	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	



Deputado Wander Borges	PSB – BCMG
Deputado Professor Neivaldo	PT – BMM

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Paulo Lamac	REDE	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado	PCdoB – BMM	
Deputado Emidinho Madeira	PSB	
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB – BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Lamac	REDE	Presidente
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Professor Neivaldo	PT – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PT – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Presidente
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	



MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputada Celise Laviola	PMDB – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tony Carlos	PMDB – BMM	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado João Magalhães	PMDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PSB	
Deputado Fábio Cherem	PSD – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS – BMM	
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB – BVC	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	PMDB – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	



Deputado Vanderlei Miranda	PMDB – BMM
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Rogério Correia	PT – BMM	
Deputado João Alberto	PMDB – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Wander Borges	PSB – BCMG	
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Arlen Santiago	PTB – BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado	PCdoB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB – BVC	
Deputado Fred Costa	PEN – BCMG	
Deputado Leonídio Bouças	PMDB – BMM	
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PDT – BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB – BVC	Vice-Presidente
Deputado Professor Neivaldo	PT – BMM	
Deputada João Alberto	PMDB – BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB – BMM	



MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC
Deputada Cristina Corrêa	PT – BMM
Deputado Emidinho Madeira	PSB
Deputado	PCdoB – BMM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMDB – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Geraldo Pimenta	PCdoB – BMM	
Deputado Bosco	PTdoB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS – BCMG	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Deiró Marra	PSB	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP – BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Léo Portela	PRB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Arnaldo Silva	PR – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE ÉTICA

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Vice-Presidente



Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG
Deputado Rogério Correia	PT – BMM
Deputado Durval Ângelo	PT – BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC
Deputado Thiago Cota	PMDB – BMM
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB – BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB.–BMM

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco

SUMÁRIO

- 1 – ATA**
 - 1.1 – 7ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 2 – MATÉRIA VOTADA**
 - 2.1 – Plenário
- 3 – ORDENS DO DIA**
 - 3.1 – Plenário
 - 3.2 – Comissões
- 4 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 4.1 – Comissão
- 5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES**
- 7 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATA

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/4/2016

Presidência do Deputado Adalclever Lopes

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.396/2016; encerramento da discussão; discursos dos deputados Sargento Rodrigues e Vanderlei Miranda, das deputadas Marília Campos e Rosângela Reis, dos deputados Carlos Pimenta e Rogério Correia, da deputada Celise Laviola e dos deputados Gilberto Abramo, Douglas Melo, João Leite, Lafayette de Andrada, Cristiano Silveira, Gustavo Corrêa e Bonifácio Mourão; votação do parecer; aprovação – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 50/2016; aprovação – 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Lafayette de Andrada; discurso do deputado Durval Ângelo; suspensão e reabertura da Reunião; votação do requerimento; aprovação; prejudicialidade do requerimento do deputado Sargento Rodrigues; requerimento do deputado Sargento Rodrigues; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.453/2016; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.195/2016; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.231/2016; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 49/2016; apresentação das Emendas nº 4 e 5; não recebimento de emenda do deputado Sargento Rodrigues; encerramento da discussão;

encaminhamento das emendas com o projeto à Comissão de Administração Pública – Registro de Presença – Declarações de voto; questão de ordem; declarações de voto – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Braulio Braz – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Agostinho Patrus Filho – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Antonio Lerin – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Fred Costa – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 9h9min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Dirceu Ribeiro, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e de requerimentos.

Discussão e Votação de Pareceres

O presidente – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.396/2016, do governador do Estado, que altera a Lei nº 21.710, de 30/6/2015, que dispõe sobre a política remuneratória das carreiras do grupo de atividades de educação básica do Poder Executivo, altera a estrutura da carreira de professor de educação básica e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, deputados e deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia, eu gostaria, ao encaminhar este projeto – e peço à assessoria da Mesa que possa nos fornecer o projeto –, de dizer da nossa alegria e da nossa tristeza ao mesmo tempo. Alegria por poder votar aqui, em definitivo, a redação final do Projeto de Lei nº 3.396/2016, que diz respeito à política remuneratória das carreiras do grupo de atividades de educação básica do Poder Executivo e, com certeza, fazer com que o projeto seja encaminhado pelo presidente da Assembleia ao governador do Estado, para que ele possa sancioná-lo e o reajuste prevalecer para a educação. Eu disse aqui, presidente, tanto na terça-feira quanto na quinta-feira da semana passada, que este projeto não receberia voto contrário nem de deputados da base nem de



deputados da oposição, como de fato não recebeu. Nenhum deputado votou contrariamente; todos os deputados que aqui se encontravam votaram favoravelmente. Esta é a minha alegria: fazer parte deste momento de valorização dos profissionais da educação.

O que não pode – e esta é a parte que não me traz alegria neste momento de valorização dos profissionais da educação – é, na quinta-feira, deputado Gilberto Abramo, após a votação do projeto em 2º turno, ver o sindicato fazer esse tipo de distribuição e com apoio parlamentar, isto é, com apoio de deputados desta Casa. Fizeram um chamamento aqui, deputado Gilberto Abramo, um procura-se, como se o deputado que não esteve presente no dia 29 de março não estivesse disposto a votar o projeto dos trabalhadores da educação. Agora, mais do que nunca, ficou claro que não há nenhum deputado aqui contrário a isso ou que ousaria pensar em votar contra porque todos achamos e entendemos que o reajuste aos trabalhadores da educação é justo. O que não podem fazer é sair atacando os deputados desta Casa de forma leviana e mentirosa, com o objetivo de tentar denegrir a imagem deles. Foi exatamente isso que fizeram com esse panfleto que contou com o patrocínio de deputado. Isso não pode acontecer. Na verdade, isso foi, no mínimo, um desrespeito para com todo o conjunto dos deputados desta Casa, que aqui vieram para completar o quórum, quer da base, quer da oposição, deputado Léo Portela.

Naquele pronunciamento, eu disse que o referido episódio serviria de aprendizado, mas parece que as pessoas não estão internalizando esse aprendizado não: continuaram atacando os deputados que estavam aqui para votar. Se V. Exa. se certificar, deputado Gilberto Abramo, vai verificar que esses deputados eram exatamente aqueles que votaram favoravelmente. E, hoje, voltamos aqui para votar a redação final, deputado Wander Borges, então isso é um desrespeito para com o conjunto dos deputados. Aliás, deputada Rosângela Reis, fiz questão de trazer o panfleto para que todos os deputados desta Casa pudessem ver a forma como fomos atacados. O determinado deputado ainda disse da tribuna que eu havia alegado estar em Caetanópolis, acompanhado pelos deputados João Leite, Douglas Melo, Léo Portela e Anselmo José Domingos, e estávamos mesmo; contudo, no dia 29, segundo o deputado Durval Ângelo, líder do governo, não havia acordo de votação, o que é verdade. A bancada do PMDB estava, aliás, reunida com o governo, e ouvimos isso do deputado Iran Barbosa.

Então é com muita tristeza, deputado Vanderlei Miranda e deputada Rosângela Reis, que, após a votação na quinta-feira à tarde, nós nos deparamos com esse panfleto espalhado na porta da Assembleia, um panfleto patrocinado por deputado da base de governo em conjunto com o Sind-UTE. Isso é um desrespeito para com os colegas e uma forma muito agressiva de tratar os seus pares quando o interesse é de uma determinada matéria. Disse isso aqui, mas houve gente que não teve coragem de dizer.

Deputado Vanderlei Miranda, essa tristeza não é só minha. Na segunda-feira, dia 29, deputado Gilberto Abramo, que foi o dia da lista, apareceram pessoas do Sind-UTE e da CUT para apoiá-la. Eles acharam que estavam fazendo uma enorme pressão contra os deputados em razão da divulgação dessa lista, mas tive a coragem de botar o dedo na ferida e dizer que não havia pressão alguma, mas apenas desarmonia e confusão dentro da Assembleia.

O deputado que assim o fez agiu de forma sorrateira e desrespeitosa para com os seus pares. Isto, sim, ficou consignado: um desrespeito com todo o conjunto da Assembleia.

E aqui não ficou nem deputado de base, nem deputado de oposição: o desrespeito foi a todos.

Portanto, presidente, o meu voto para a redação do projeto é favorável, porque os trabalhadores da educação merecem o nosso respeito, o nosso apoio e a nossa valorização. Só não pode o deputado Rogério Correia ajudar a fazer isso com o conjunto dos deputados. Isso não, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Vanderlei Miranda.

O deputado Vanderlei Miranda* – Minha questão de ordem é essa, presidente. A gente faz isso mesmo, porque o valor que isto aqui tem é esse. Minha questão de ordem é só esta.

– O deputado Vanderlei Miranda rasga um jornal.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Marília Campos.



A deputada Marília Campos* – Obrigada, presidente. Cumprimento todos os trabalhadores que estão neste Plenário e que reivindicam, de forma legítima, a aprovação do Projeto de Lei nº 3.195/2016: os trabalhadores da justiça; os trabalhadores do Ministério Público; e os trabalhadores da educação, que hoje comparecem a este Plenário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, acho que hoje é um dia histórico para Minas Gerais. Estamos na iminência de um processo de votação que vai coroar toda uma luta dos trabalhadores da educação em defesa dos seus salários, em defesa da valorização da educação no nosso Estado. Certamente o conjunto dos deputados e deputadas desta Casa votará a favor da educação, a favor da valorização dos trabalhadores da educação no nosso Estado.

Nesta oportunidade, quero cumprimentar, em primeiro lugar, a luta do Sind-UTE no âmbito do Estado. Esse sindicato defende a classe de forma legítima e faz todo um processo de mobilização e organização dos trabalhadores em todo o Estado. Cumprimento o Sind-UTE por sua luta histórica e, em particular, quero ressaltar o trabalho do deputado estadual Rogério Correia, que é o grande interlocutor dessa categoria nesta Assembleia Legislativa. Ele está sendo criticado por vários deputados e deputadas desta Casa, mas não posso deixar de ressaltar a sua militância e a sua representação incondicionais, que o fazem interlocutor das lutas dos trabalhadores da educação junto ao governo do Estado. Parabéns, deputado Rogério Correia! Sei que V. Exa. faz a defesa incondicional e, de forma legítima, tem feito esse trabalho de interlocução junto ao governo do Estado. Parabéns, Deputado! Parabéns, Sind-UTE! Parabéns a todos os trabalhadores que estão aqui nesta Casa coroadando essa grande vitória dos trabalhadores da educação!

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Rosângela Reis.

A deputada Rosângela Reis* – Presidente, quero manifestar o meu apoio a toda a classe dos trabalhadores da educação, eu que venho da educação. Quero também parabenizar os projetos de lei do Ministério Público e do Tribunal de Justiça.

Mas, presidente, não posso deixar de demonstrar a minha indignação diante desse material, desse jornal que foi veiculado no sindicato e, com certeza, foi para as escolas públicas estaduais. Quero dizer que isso é um desrespeito. Não somos bandidos aqui nesta Casa; estamos trabalhando em prol do povo de Minas Gerais. Então, quero deixar clara a minha posição contrária a essa politicagem que resolveram fazer com a classe da nossa educação, no sentido de achar que estão pressionando deputados a estar em Plenário. De forma alguma, cada um sabe da sua obrigação, da sua responsabilidade de vir e votar os projetos nesta Casa.

Tanto é que a questão da obstrução, por não haver votação na terça-feira, foi devido a uma emenda aguardada e que foi retirada, e não porque deputados não estavam em Plenário. Sabíamos, sim, da nossa responsabilidade. Eu estava em minha base, em reuniões, com atividades. Na quarta-feira, eu estava aqui para votar. Eu teria de estar na minha base, pois havia reuniões importantes, mas vim para cá para votar e apoiar o projeto da educação.

Não quero deixar, de forma alguma, a conotação de que o sindicato esteve aqui para pressionar, pois pensava que deputado tinha de votar naquele momento. Houve um acordo aqui da base para que fosse feita a votação na semana passada. Então quero registrar o esforço de V. Exa. com respeito a essa articulação e a esse coro aqui na Assembleia Legislativa, para dar sustentação a esse governo, senão eu não estaria fazendo isso. Quero manifestar a minha indignação em relação a essa atitude, que tirou um documento interno da Casa para veicular no Estado inteiro, nos setores da educação. Espero que os professores não sejam massa de manobra. Cuidado! Cuidado com as informações que chegam até vocês!

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta* – Sr. Presidente, deputado Adalcleber Lopes, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, de maneira especial cumprimento os servidores do Judiciário, que, mais uma vez, estão aqui cumprindo um papel relevante e importante de presença e de coragem. Como já disse, você estão lutando pelo que temos de mais sagrado, que são empregos decentes e o reconhecimento da categoria de vocês. Recebam os nossos cumprimentos e abraços.



Sr. presidente, gostaria também de abordar essa importante votação, mas, antes, gostaria de pedir vênua ao presidente para trazer os meus cumprimentos aos deputados federais de Minas Gerais que, ontem, participaram de uma votação histórica, pela admissibilidade ou não do *impeachment* da ainda presidente Dilma: deputados Leonardo Quintão, do PMDB, Marcelo Aro, do PHS, Laudívio Carvalho, do Solidariedade, Eros Biondini, do Pros, Marcos Montes, do PSD, Paulo Abi-Ackel, do PSDB, e o ex-colega deputado Weliton Prado, do Partido da Mulher Brasileira. Esses sete deputados de Minas foram unânimes não apenas na votação, mas também na justificação de cada voto, mostrando que o que acontecerá até domingo será de suma importância para o povo brasileiro. Isso é muito bom, João, pois demonstra o sentimento que hoje impera em nosso Estado. Isso é muito bom, pois mostra claramente que, apesar das tentativas de descriminalizar os atos ocorridos, o Congresso brasileiro está ouvindo a opinião pública. E tem de escutar mesmo. Só não toma atitudes dessa natureza quem fica confinado em seu gabinete ou em sua casa e não caminha pelas ruas do nosso Estado e do nosso País.

Não adianta querer tapar o sol com a peneira, pois o processo já se desencadeou. A população brasileira já disse o que quer e o que pensa em relação a este momento político por que passamos.

Tinha algumas dúvidas com relação ao deputado federal Weliton Prado, mas ele não me decepcionou, mostrou claramente a sua opinião, mesmo sendo egresso do PT; foi firme e claro não só pedindo o *impeachment* da Dilma, mas também o impedimento de outros agentes políticos que possuem missões, que detêm poder na República brasileira. Então, os nossos cumprimentos aos deputados federais.

Meu caro presidente, os percalços, o informativo do Sind-UTE de Minas Gerais, afrontoso às pessoas de bem, já que na capa está escrito “Procura-se” e várias interrogações – aqui temos uma lista detalhada e atualizada dos deputados que até servirá para nós, porque tem informações de *e-mails*, telefones dos companheiros deputados, que, muitas vezes, não temos – mostra claramente como nós e o nosso País estamos caminhando. Querem vencer no grito, querem ter resultados envolvendo o sindicato, que deveria estar única e exclusivamente preocupado com os trabalhadores da área educacional do País, para que eles tenham seu emprego; preocupado com o fato de que o que foi acordado seja cumprido, que o governo pague o que estamos votando em favor desses funcionários do nosso Estado.

Já concluo, presidente. Ninguém aqui tem a consciência de votar contra qualquer trabalhador da educação, da saúde e da Justiça. Nas vezes em que os projetos foram a Plenário, deputada Rosângela Reis, foram votados por unanimidade. Mas agora fazem um jogo para pressionar, como se aqui estivessem meninos da pré-escola, como se não fôssemos pessoas responsáveis, sérias e conscientes das suas obrigações. Não é desse jeito que se constrói o diálogo. Terminei dizendo que Minas precisa muito de diálogo, mas um diálogo aberto, transparente e honesto dentro do recinto da Assembleia Legislativa. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, obviamente quero encaminhar favoravelmente às redações finais, mas não poderia deixar de fazer alguns esclarecimentos, até porque, se tem alguém interessado em semear discórdia, escolheu a data errada para fazê-lo, porque hoje é dia de comemarmos uma vitória que é de todos os deputados. Certamente estará no boletim do sindicato a lista de todos que votaram favoravelmente ao projeto dos professores e que foi por unanimidade.

Semear discórdia é fácil. Esse boletim é do dia 1º de abril, dois dias depois que houve a polêmica do dia 29, em que o projeto não foi votado, mas que os professores tinham a expectativa de votação; aquele dia em que o deputado Sargento Rodrigues estava aqui, mas disse que estava em Caetanópolis. Então, a polêmica foi nesse dia 29. O boletim é do dia 1º, portanto, é antigo, não foi distribuído hoje. Hoje foi distribuído para os deputados para semear discórdia. Quero dizer aos deputados que isso está sendo requeitado para ver se atrapalha a votação da redação final e dos outros projetos. Era esse esclarecimento que queria dar aos deputados.

Em relação ao projeto de lei, acho que isso não serve para nada, ele fica requeitando, semeando discórdia para jogar uns contra os outros. Com certeza, se conheço bem o Sind-UTE, ele fará a lista de todos os deputados favoráveis ao projeto



de lei, que foi aprovado por unanimidade. Essa é a sua obrigação. Então isso aqui serve para tentar atrapalhar a votação do dia de hoje. Queria dar esse esclarecimento aos deputados para vermos a data.

Votamos no dia 5, e esse boletim é do dia 1º. Está sendo distribuído aqui hoje com o intuito de semear discórdia.

Presidente, pedi a palavra para encaminhar a fim de felicitar a todos. Hoje é um dia de alegria para nós, porque estamos aprovando a redação final de dois projetos fundamentais para a área de educação, que é uma vitória de todos nós, especialmente da base do governo, do governador Fernando Pimentel e, claro, dos professores, que foram representados pelo Sind-UTE. Não podemos deixar o rabo abanar o cachorro. Quando o rabo abana o cachorro, há algo errado. Hoje é dia de vitória. O que estamos comemorando? Aprovada a redação final, o projeto vai ao governador, para que sancione o reajuste de 11,36%, que é histórico. Repito: Minas é o único estado que está concedendo esse reajuste aos professores; nenhum outro estado o concedeu. São Paulo está em pé de greve novamente, depois que o Alckmin fechou diversas escolas. No Paraná, as professoras foram espancadas, sangradas no ano passado, porque queriam cortar seus direitos. Aqui, na Assembleia Legislativa, estamos proporcionando, com o governador Pimentel, o cumprimento de um acordo. Portanto hoje é dia de comemoração de uma vitória que conseguimos com os professores.

Conclamo os deputados a ser participantes dessa vitória, e não reclamar dela. Claro, deputada Marília Campos – agradeço a V. Exa. –, é uma área de atuação muito minha. Fui fundador do Sind-UTE, como o deputado Durval Ângelo também o foi. Temos para com essa categoria um carinho e um apego muito grandes. A causa principal em todos os meus mandatos é a educação. Ora, é óbvio que isso me aproxima muito dos professores e das professoras. E isso também acontece com os demais deputados que têm outras áreas de atuação, com as quais se identificam. Se ficarmos impressionados porque algum deputado está tendo benefícios de vitórias – que, aliás, não são apenas de um deputado, mas de todo o conjunto –, não conseguiremos andar na Assembleia Legislativa. Por exemplo, os projetos da Justiça e do Ministério Público vão ter mais reconhecimento em torno de algum deputado que trabalhou mais esse tema. Isso é comum, assim como o saneamento básico, as regiões do Estado com suas obras.

Sinceramente, deputados, vamos comemorar a vitória em vez de semear discórdia. Parabéns, Beatriz Cerqueira e Sind-UTE. Não se intimidem. A categoria tem de se organizar, lutar, fazer suas pressões. Isso é do sistema democrático, é o reconhecimento do trabalho feito pelo conjunto dos deputados. Hoje é dia, presidente, de comemorar uma vitória na Assembleia Legislativa do conjunto dos deputados, da base do governo, do governador Fernando Pimentel, dos professores e do Sind-UTE. Parabéns!

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Celise Laviola.

A deputada Celise Laviola* – Exmo. Sr. Presidente, deputado Adalclever Lopes, meus colegas, minhas colegas, estou aqui para encaminhar. A nossa atitude não é reclamar, não estamos reclamando. Queremos deixar clara a nossa indignação com o posicionamento que não houve. Somos a favor dos professores. Não sou fundadora do Sind-UTE, mas fui professora de História no interior de Minas, no Município de Jampruca, pela rede estadual, então jamais poderia estar contra qualquer professor. A favor sou e a favor sempre serei da classe à qual pertenci e ainda pertença, por ter formação acadêmica. Sou formada em História, fui professora da rede pública estadual em Minas, mas não aqui, na Grande BH, participando de grandes movimentos. Fui professora lá no interior de Minas, onde não temos a menor estrutura. Por isso brigamos pelos professores, brigamos por melhorias para eles, mas da forma correta, da forma certa, sem incentivar ninguém contra, porque somos responsáveis.

Não precisamos de pressão para votar a favor da classe a que pertencemos; não precisamos de pressão e sabemos a hora certa da votação e como ela deve ser feita. Defendemos os professores, mas defendemos em conjunto com a nossa instituição. Todos nós, deputados, valorizamos os professores; todos nós dependemos dos professores um dia, principalmente nós que o somos, não é, deputado João? Nós somos colegas, professores de História.



Quero deixar bem claro que estamos aqui para parabenizar todos os deputados, porque foi unânime a votação em favor da classe. Fomos unânimes, ao defendermos a classe. Quero deixar mais claro ainda que não precisamos de pressão, pois votaríamos da mesma forma como votamos, na hora devida, quando foram vencidos os acordos aqui na Casa. Então, não foi pressão que nos levou a votar; o que nos levou a votar foi amor aos professores, amor à instituição a que pertencemos. Por isso precisamos defender os professores e nos defender também. A realidade é que todos nós estávamos a favor desse projeto, todos nós, não houve exceção.

Esse não é o papel devido, não é a forma devida de lutar conosco. Estamos abertos, o nosso gabinete está aberto para receber a todos. Temos recebido todas as categorias, discutido e lutado por todas elas, em especial pela classe dos professores. Vou repetir: já fui professora da rede estadual de ensino, professora de História no Município de Jampruca, um município pequeno, de sofrimento, que não tem estrutura nenhuma, onde acabava de ser formado o 2º grau. Fui a primeira professora de História lá para o 2º grau, porque era habilitada para isso. Então quero deixar claro que a causa dos professores é a nossa causa. Entendo eu hoje, até mais que o próprio Sind-UTE, que nós, sim, lutamos para que fosse aprovado o projeto e não fizemos pressão para afastar os deputados do Plenário, de forma nenhuma; lutamos para que todos aqui estivessem naquele momento.

Aproveito para parabenizar o nosso governador pela iniciativa. Tenho a certeza de que, com a redação final aprovada, a sanção dessa lei será rápida e também o benefício para toda a classe da educação.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gilberto Abramo.

O deputado Gilberto Abramo* – Presidente, quero concordar com o deputado Rogério Correia, que disse que hoje é um dia de comemoração. Deputado Rogério Correia, peço a sua atenção. Deputado Rogério Correia, queria a sua atenção. Deputado Rogério Correia, quero concordar com V. Exa., que disse que hoje é um dia de comemoração. Realmente temos de comemorar, mas isso não justifica a forma como foi conduzido esse processo.

São duas coisas completamente distintas, até porque V. Exa, como líder, sabia que existia um acordo, estava ciente do acordo. E, se existia o acordo, não justificava, assim como não justifica, o ato que foi cometido. Na postura de um líder, o que esperamos de V. Exa. é que possa conduzir os processos para que haja tanto acordo com a base quanto acordo com a oposição, para que os projetos possam caminhar da melhor forma possível.

A sua postura, para mim, não foi de um líder, foi de um chefe. Entendo claramente a Marília, ao dizer que V. Exa. é o interlocutor legítimo entre os professores e esta Casa, mas isso não lhe dá o direito de fazer o que foi feito. É uma falta de consideração para com os liderados. Se eu não tiver o respeito de V. Exa., a partir de hoje fica difícil eu seguir a sua orientação como líder.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Douglas Melo.

O deputado Douglas Melo* – Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero ratificar um pouco do que foi dito aqui. Imagino também a revolta da deputada Celise Laviola, porque acho que esta Casa luta, acima de tudo, por justiça. E nós aqui não podemos criar injustiça, principalmente com aqueles que lutam todos os dias conosco.

Sr. Presidente, eu tenho sentido – imagino que os deputados, em sua base, também estão sofrendo isso – que todo o esforço que vem sendo feito desde o ano passado, uma luta em prol dos profissionais da educação, acabou se perdendo por terra, depois de alguns boatos que saíram desta Casa. Eu tive a oportunidade, neste final de semana, de conversar com vários profissionais da educação que moram próximos à minha cidade. E era uma questão unânime: todos eles perguntaram por que a maior parte da Assembleia foi contrária ao projeto dos profissionais da educação. Então, Sr. Presidente, temos de esclarecer isso mais uma vez. A deputada Celise foi muito feliz, ao dizer que, em momento algum, o projeto foi votado por pressão. Nós não sofremos pressão; pelo contrário, sentimos orgulho de votar um projeto como aquele em prol dos profissionais da educação.



Eu me lembro muito de que, no ano passado, o presidente da Assembleia Legislativa, que vem realizando um grande trabalho, o deputado Adalclever Lopes, se envolveu diretamente na causa para que esses projetos pudessem tramitar o mais rápido possível e esses profissionais, que sofreram durante tanto tempo, pudessem ser reconhecidos. Mas senti – e acredito que os deputados e as deputadas estão sentindo isso também – que, na nossa base, há um comentário muito forte, mesmo uma semana após a sua aprovação, de que os projetos da educação só foram votados porque nós fomos pressionados.

Eu posso dizer isto por mim: a primeira coisa que uma pessoa que se torna parlamentar faz é se preparar emocional e espiritualmente. Portanto não votamos por pressão; votamos por acreditar em ideais. Cada um tem o seu ideal. Eu, principalmente, votei a favor dos profissionais da educação porque meu pai é da rede estadual há vários anos; cresci ao lado de professores e de professoras; sou vice-presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, por mais que venha uma explicação de várias pessoas ligadas ao governo, entendendo quanto essa base é importante aqui dentro – até aqueles que são da oposição e também votaram a favor da educação –, há algumas coisas que, depois de realizadas na política, se tornam irreversíveis. Depois que foi divulgado na nossa base que os deputados e as deputadas desta Casa que não estavam na reunião daquele dia eram contrários aos professores, podemos ter a certeza de que isso dificilmente reverterá, isso dificilmente será mudado. Então, quero pedir que, a partir de agora, nós adotemos uma postura diferente aqui dentro.

Estou há pouco nesta Casa, mas tenho a certeza de uma coisa: nós, do mundo da política, pedimos tanto que a mudança aconteça, mas às vezes nós mesmos aqui dentro fazemos com que a população lá fora pense mal das nossas atitudes, até quando estamos bem-intencionados, como foi no projeto da educação. É isso o que eu queria dizer. Eu não poderia deixar de explicar isso aqui hoje, de colocar o meu posicionamento.

O próprio governador Fernando Pimentel, todas as vezes que vem a público, diz que, graças à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, consegue implementar os seus projetos em prol do povo mineiro, porque esta Casa é consciente. Por mais que aqui existam os blocos, quando se trata do povo mineiro, temos pensamento unânime, prova disso foi a votação em prol dos professores. Aqui não existe disputa quando se trata do bem-estar da população mineira. Por isso, quando há um assunto como esse, como o que aconteceu há alguns dias, pedimos um pouco mais de sensatez e que não seja colocado na nossa base como foi.

Posso afirmar por mim que não votei a favor do projeto da educação por pressão política; votei pelo ideal em que acredito: a educação é importante para o povo mineiro e em qualquer lugar deste País. E esta Casa reconheceu isso também e foi unânime.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Leite.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores da Justiça, do Ministério Público, servidores estaduais que vêm democraticamente à Assembleia Legislativa requerer os seus direitos, claro que todos estamos muito atentos para atendê-los.

Quero encaminhar favoravelmente à redação final desse projeto, mas tenho um questionamento, Sr. Presidente, deputadas e deputados: até quando haverá essa prática perversa de assassinatos de reputações? Até quando conviveremos, na política, com essa prática nefasta de alguém subir na política e destruir a imagem dos outros? Há um livro do delegado Tuma Júnior, *Assassinato de reputações*, em que ele retrata os chamamentos do presidente Lula e de outros líderes do PT no governo para acabar com a vida política, por exemplo, do governador Marconi Perillo: “Destrua a vida do governador Perillo, destrua a vida do senador Serra”. Até quando conviveremos com essa prática? Até quando conviveremos com panfletos como esse? A lista que vai ficar é esta, e não estão presentes a maioria dos deputados. Olhem no papel como isso foi feito e distribuído em todo o Estado de Minas Gerais. Isso se chama assassinato de reputação.

A Profa. Rosângela Reis veio aqui e lamentou, porque imagino que isso tenha sido distribuído em Ipatinga, no Vale do Aço. Eu não estava presente, e não havia entendimento. Naquele dia, vários partidos estavam em Brasília decidindo questões



importantes. Por isso, muitas vezes, a votação tem de ser no acordo, por causa de outras situações que estão acontecendo. Mas como revertermos isso? É impossível. É como rasgar um travesseiro de penas e jogá-lo do 15º andar. Como juntar aquelas penas novamente? Como explicar? O professor tem isso aqui na mão, verifica que o deputado João Leite não estava presente e conclui que ele é contra a educação. É isso que é dito no Estado inteiro. Agora, vota-se um projeto com esse número de deputados.

O mais grave é a fotografia da lista de chamada da Assembleia Legislativa. Sabe aquela lista: não há quórum, o acordo foi feito para que a votação se dê em outro dia, os deputados estão nas comissões, estão em Brasília, nas secretarias, estão na Cidade Administrativa, estão em suas bases. E fotografaram essa presença. É como se, na quinta-feira, tivéssemos tirado uma fotografia da presença ou da ausência, porque foi colocada em votação a redação final. Mas ninguém estava aqui, os deputados tinham outros compromissos, não havia acordo para estarem aqui.

E aí temos, então, essa situação agora. É impossível, estão todos marcados e marcadas. Essa lista, com a presença de 25 deputados demonstra que não há quórum para votação, pois são necessários 39. Nem se abre uma reunião com esse quórum, e isso foi transmitido para o Estado.

Lamentavelmente, não vimos antes ser atendido esse sonho dos professores. Mas agora isso pode ocorrer, o governo está muito bem; acaba, deputado Arantes, de comprar dois helicópteros para o governo de Minas. Estão lá, no hangar. Embora estejam descaracterizados, são helicópteros comprados. O governo de Minas acaba de comprar um banco: o Banco Mercantil de Investimentos. Teremos, novamente, o Bemge e o Credireal, mais ou menos similar àquilo que encontramos no Estado de Minas Gerais, aquele esqueleto no nosso Estado. O governo agora entra com uma liminar para não pagar R\$7.000.000.000,00 por ano para o governo federal. O governo passado tinha de pagar, agora não tem de fazê-lo mais. Pode, portanto, esse governo, pagar em dia o servidor público porque agora o pagamento está parcelado. Poderá pagar em dia. Um governo que compra banco, compra helicóptero, tem dinheiro, sim. E agora não terá de pagar mais R\$7.000.000.000,00. Então, poderá pagar em dia, poderá pagar o auxílio-alimentação ao policial militar, ao policial civil, que estão trabalhando nas ruas. Poderá pagar o auxílio-alimentação ao agente penitenciário, que hoje não o recebe. Mas o governo, e ninguém mais, poderá nos devolver a nossa reputação. A nossa reputação foi assassinada por este folheto, aqui, e é impossível reverter isso.

Obrigado Sr. Presidente, desculpe-me o tempo que excedi.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Lafayette de Andrada.

O deputado Lafayette de Andrada* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos comemorar a aprovação do projeto de lei que concedeu aumento aos servidores da educação. Será votado agora, em redação final, e terá o voto favorável de todos os deputados, como teve o voto unânime dos deputados quando o projeto veio à pauta.

Queria repugnar esse panfleto, feito pelo Sind-UTE, distribuído em todos os municípios, dizendo: “Veja aqui quem compareceu ao Plenário”. Isso se refere a uma votação que não aconteceu. Recordo-me bem de que, na terça-feira, havia um veto trancando a pauta, e, para se votar o projeto da educação, seria necessário destravar a pauta, votando o veto. Havia mais de 60 deputados na Assembleia Legislativa; não houve acordo do veto, e, não o havendo, os deputados retiraram-se do Plenário, pois nada mais seria votado porque o veto trancava a pauta. Nesse momento, algum espertinho, obviamente ligado ao Sind-UTE, resolveu fazer a chamada dos deputados presentes, e 60 deputados já haviam saído do Plenário. Portanto, verificaram a presença de apenas 25 deputados, e a sessão foi encerrada. Distribuíram esse panfleto para toda Minas Gerais, dizendo que os deputados não vieram votar, que eles eram contrários à educação. Quando é que a Assembleia votou contra algum projeto de aumento de servidor, sobretudo da educação? Vocês podem ver a maldade. Vê-se que é mal-intencionado, o objetivo é desinformar, o objetivo é ofender, mascarar, esfumegar a verdade. Quando o projeto, efetivamente, veio à pauta para ser votado, foi votado e aprovado por unanimidade. Nenhuma voz se levantou contrariamente.

Mas aqui, não. O sindicato, usando de um subterfúgio, de uma meia-verdade, fez, no Plenário, uma chamada depois que os deputados se retiraram, e divulgaram apenas uma lista dos deputados que a ela responderam, pois já não mais havia

acordo, o veto não seria votado e a sessão seria encerrada. E divulgaram os nomes dos presentes, parecendo que os demais deputados não queriam votar o projeto da educação. É assim que eles agem: usando da mentira, querendo esfumaçar a verdade. Não é essa a política verdadeira, João Leite.

Recordo-me de que Tácito, que era um historiador romano – vou encerrar – dizia que havia, na Roma antiga, um jornalista – na época não existiam jornais –, um articulador que vivia cobrindo de impropérios e xingando as grandes figuras. E aí Tácito diz assim: “Querida ele conquistar com o escândalo do insulto aquilo que não podia obter pelo talento”. Esse tem sido o instrumento daqueles que tentam mascarar a verdade. Não concordamos com isso. Parabéns aos professores! Parabéns aos servidores de Minas Gerais pela votação que aconteceu aqui, unânime, com o aplauso de todos os deputados da Assembleia Legislativa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira* – Sr. Presidente, quero encaminhar e dizer que não podemos diminuir a importância desta reunião e desta votação pelas questões que estão sendo levantadas por deputado que compõe o bloco de oposição. O deputado Rogério Correia explicou muito bem a questão da lista que foi divulgada. Houve a ausência de alguns deputados no dia 29, e já no dia 1º o sindicato soltou esse informativo. Esse material é antigo. Depois disso realizamos discussões, conversas e entendimentos no nosso bloco e chegamos à conclusão dos erros e acertos de cada lado.

Na minha opinião, essa é uma crise superada, mas a oposição tenta reaquecer esse tema para dividir a base do governo, para tentar desestabilizar a liderança do deputado Rogério, que, neste último ano e quatro meses, tem feito um grande trabalho liderando a nossa bancada e o nosso bloco. É evidente que pode ter cometido algum erro, é natural; é passível que tenha errado porque acredito que, durante toda a sua trajetória, não vai acertar em todas. Mas, evidentemente, no balanço que fazemos, sabemos que as votações e a organização do nosso bloco têm dado certo, têm funcionado – e o deputado Durval Ângelo também tem organizado tudo isso.

Presidente, os deputados que estão aqui há mais tempo – e estou aqui há quase um ano e meio – sabem que “carômetros” e listas não são novidades. Não temos governo sobre o movimento social, não temos governo sobre os sindicatos; são instituições que têm autonomia, são instituições que não participam dos combinados que fazemos dentro do Plenário. Temos de ter essa percepção. Quando votamos, no ano passado, o aumento do ICMS, “tomei porrada pra caramba”, presidente. Fizeram lista, colocaram a cara da gente, as emissoras de rádios fizeram clipe. O que nós vamos fazer? Nós temos a dimensão da responsabilidade pelas posturas que tomamos nesta Casa. Hoje não estamos dizendo para o sindicato que não votamos sob pressão, esse é o discurso. Mas, como dominou a pauta o informativo feito pelo sindicato, a compreensão do sindicato será outra: “Olha como o negócio abalou a Assembleia. Não se fala em outra coisa, senão no informativo!”.

De maneira muito tranquila, acho que temos de novamente votar esse projeto, à unanimidade, como fizemos. Tenho certeza de que a divulgação da lista dos deputados que foram favoráveis será também amplamente divulgada. É tomar cuidado com os bodes que são colocados. O pano de fundo não é que se fez ou não se fez o material; é outro; é a desestabilização do bloco da base de governo nesta Casa, que tem obtido vitórias significativas em prol do governo.

Só para concluir, presidente, recebi a informação de que o governador Fernando Pimentel adquiriu duas novas aeronaves, dois helicópteros. Temos de fiscalizar o seu bom uso, para que não aconteça como no passado, quando o ex-governador deste Estado, Aécio Neves, utilizou a aeronave mais de 100 vezes para uso particular, para ir a Búzios, à praia, para artistas, para atores, enfim, que o equipamento seja usado para o interesse público. Obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa* – Presidente, vou ser extremamente rápido em minhas palavras, até porque, nas nossas galerias, estão outros servidores que, da mesma forma que os da educação, foram contemplados, e tenho certeza de que também querem ver seus projetos serem apreciados. Não tenho dúvida de que, nos próximos minutos, haverá a votação unânime desses projetos que constam em nossa pauta, inclusive com todo o apoio dos deputados do bloco de oposição, que



foram chamados e atenderam ao nosso pleito para que estivessem aqui nesta manhã, sobretudo pela importância dos projetos para esses servidores.

Sr. Presidente, ouvi atentamente os deputados que me antecederam. As ações que determinados parlamentares vêm implementando, sobretudo para buscar algum benefício político nessas conquistas, têm sido sempre uma preocupação deste parlamentar. E, muitas das vezes, essas ações colocam em dificuldade inúmeros outros colegas. Assim, quero reafirmar algo que disse, na última semana, daquela tribuna, deputado Durval Ângelo: todos os deputados que aqui se encontram foram eleitos com voto popular, representam muito bem os mineiros, têm as suas responsabilidades dentro e fora do Plenário, e lamento que, para obter algum tipo de benefício político, parlamentares se utilizem de lista de presença e de outros instrumentos aqui já elencados.

Particularmente, Sr. Presidente, eu não me incomodo, até porque nunca me furtei às minhas convicções, aos interesses que defendo, que são sempre em prol de Minas e dos mineiros, mas acho uma falta de respeito, uma falta de companheirismo que o parlamentar vá à Mesa da Assembleia com esse objetivo. Esse é um pleito que faço a V. Exa., não querendo cercear que as pessoas tenham informação de quem está presente ou não, mas que a Mesa então faça a publicação da presença, se for no Diário Oficial, mas não forneça lista a nenhum tipo de parlamentar, porque esses parlamentares, aí, sim, querem fazer demagogia, querem jogar com a plateia, querem jogar alguns servidores contra determinados deputados.

Ouvi o deputado que me antecedeu dizendo que teve seu nome nos “carômetros” e quero dizer que eu, durante 10 anos, tive meu nome e minha cara estampados em vários informativos do sindicato dos trabalhadores. Nesta legislatura, três vezes, deputada Marília, fui obrigado a sair desta Casa escoltado pela polícia porque determinado parlamentar aqui inflamava o Sind-UTE a vir com palavras de baixo calão contra mim. Divergência de ideias deve existir, mas querer jogar para a plateia e fazer demagogia é algo que nunca fiz. Lamento que determinados parlamentares, para continuar obtendo êxito em suas eleições, precisem constranger seus colegas. Para subir na vida, não precisamos derrubar o próximo não. Suba por seus méritos.

Se aqui não houvesse o apoio da oposição – o deputado Durval Ângelo sabe disso muito bem, V. Exa. fez questão de dizer isso na última semana –, que está presente para votar, como o fez na semana passada; se a oposição não tivesse cedido, não teríamos votado os projetos e ainda estaríamos discutindo os vetos, deputado Lafayette de Andrada. Mas a oposição é responsável; irresponsáveis são aqueles que, para fazer demagogia e jogar com a plateia, quebraram o governo. O governador Fernando Pimentel não vai aguentar pagar os salários porque determinado parlamentar, para defender uma bandeira, inflamou essas galerias, constrangeu seus colegas e fez com que o governo cedesse.

Então venho aqui, Sr. Presidente, lamentar ações como essa que vimos aqui, nesta última semana. Todos os parlamentares que me antecederam fizeram críticas a determinada postura. E solicito mais uma vez que a Mesa, na pessoa do secretário Carlos Navarro, tenha um pouco mais de seletividade para quem fornece a lista de presença dos deputados. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos de acordo com todos aqueles deputados que protestaram contra a distribuição deste objeto que está em minhas mãos, até porque houve uma precipitação por parte de quem o distribuiu. O próprio deputado Rogério Correia falou que a reunião foi no dia 29 de março, e, no dia 1º de abril, ele já foi distribuído, ou seja, foi completamente precipitado, ninguém deu tempo para a Assembleia votar. Iríamos votar favoravelmente, como acabamos votando, à unanimidade. Como, depois da primeira reunião, já se vai distribuindo um objeto desses para o povo de Minas Gerais? Houve uma precipitação completa, e acabou virando um boletim mentiroso, uma vez que reflete uma realidade que não aconteceu; a realidade é que votamos à unanimidade.

Mas estou aqui ocupando esta tribuna – e encaminhando – para abordar um assunto a respeito do qual eu, da região de Governador Valadares, jamais poderia me omitir. E o faço de forma absolutamente constrangida, deputado Dalmo Ribeiro



Silva, porque as manchetes dos jornais de Minas Gerais e mesmo a televisão estão noticiando para o Brasil inteiro um fato lamentável ocorrido ontem, naquela cidade, resultado da ação da Polícia Federal. Estou aqui com jornais de Governador Valadares e da capital. O *Diário do Rio Doce*, jornal de maior circulação da cidade, deu uma notícia da qual vou ler apenas uma pequena parte, para não tomar muito tempo: “Oito mandados de prisão temporária – cinco deles cumpridos em Valadares, dois em Belo Horizonte e um em Jequeri; 63 mandados de busca e apreensão – 47 em Valadares, 9 em Belo Horizonte, 2 em Nova Lima, 1 em Esmeraldas, 1 em Jequeri e 2 no Espírito Santo, em Castelo e Muqui; 20 ordens de afastamento de funções públicas, 8 delas contra vereadores valadarenses, todos da base de governo, governo do PT; e 17 determinações de bloqueios de bens e valores. Esses números são da Operação Mar de Lama, deflagrada na manhã dessa segunda-feira pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal e pela Controladoria-Geral da União. A fraude apurada é de cerca de R\$1.500.000.000,00. A ação teve por objeto dismantlar uma organização criminosa instalada na prefeitura de Valadares e no Saae, composta por agentes públicos do alto escalão da administração pública do município e financiada por empresários contratantes com o serviço público”. E continua noticiando: “No objeto social dela, sequer constava o tipo de serviço para o qual a empresa fora contratada, e mesmo assim foi contratada pelo Executivo municipal e recebeu quase R\$4.000.000,00. A partir da investigação desses dois contratos, chegou-se a outros 9, num total de 11 contratos com indícios fortes de fraude. A soma dos 11 contratos perfazem a quantia de R\$1.500.000.000,00”, disse o Dr. Campidelli”, delegado da Polícia Federal que participou dessa apuração.

Vêm outras notícias aqui, mas é preciso entendermos que foi afastada a espinha dorsal da prefeitura de Governador Valadares; foram afastados da administração pública, de uma só vez, o secretário de Administração, o secretário de Obras, o secretário de Serviços Urbanos e o procurador-geral, além de oito vereadores, todos da base do governo, boa parte do Partido dos Trabalhadores, e já tomaram posse os seus suplentes.

É absolutamente grave o que aconteceu no Município de Governador Valadares. Eu, como deputado daquela região, com votação expressiva, sobretudo naquele município, não poderia silenciar-me em uma situação dessas. Eu o faço perante meus colegas no maior constrangimento, por meu município-base ser parte ativa em uma ação tão constrangedora. E quero registrar aqui que não sei se é mera coincidência ou se é perseguição: ao mesmo tempo em que a comissão do *impeachment*, no governo federal, encaminha e aprova o início do processo por 38 votos contra 27, o governador Pimentel é indiciado pela Polícia Federal por crime de responsabilidade e, na mesma hora, também no governo do PT, acontece essa situação tão constrangedora no Município de Governador Valadares. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Gostaria de alertar o Plenário que, nos termos do art. 22, Inciso II, alínea “a”, combinado com o art. 23, do Regimento Interno, a 1ª Fase da Ordem do Dia tem duração de uma hora. Como já são 10h15min, está se encerrando o horário regimental para a votação de pareceres. Ou votamos, ou os pareceres serão votadas em outra reunião. Consulto ao Plenário o que os líderes decidirão.

O deputado Duarte Bechir – Presidente, eu abro mão da minha inscrição em nome da votação do parecer.

O presidente – Em votação, o parecer. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.396/2016. À sanção.

– A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Complementar nº 50/2016 (À sanção.).

2ª Fase

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Vem à Mesa requerimento do deputado Lafayette de Andrada em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei Complementar nº 49/2016 e o Projeto de Lei nº 3.174/2016 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo* – Presidente, eu solicito a manutenção da pauta. Temos matérias importantes na pauta, como o projeto do Tribunal de Justiça e o projeto do Sisema, que é fundamental ser reestruturado. Temos um acordo com o secretário Sávio, deputado Sávio Souza Cruz, para votação desse projeto. Na semana passada tínhamos conversado com o líder da oposição no sentido de que também hoje votaríamos esse projeto. Então acho que deveríamos manter a pauta. O Projeto nº 49/2016, que também é objeto da inversão de pauta, vai receber emendas e, por isso, já vai automaticamente para o final. Assim, solicito a manutenção da pauta.

Suspensão da Reunião

O presidente – A presidência suspende a reunião por 3 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Em votação, o requerimento do deputado Lafayette de Andrada. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do requerimento do deputado Lafayette de Andrada, fica prejudicado o requerimento do deputado Sargento Rodrigues em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.174/2016 seja apreciado em último lugar.

Vem à Mesa requerimento do deputado Sargento Rodrigues em que solicita a inversão de pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 3.453/2016 seja apreciado em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.453/2016, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2016. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Doutor Jean Freire – Meu voto é “sim”.

O deputado Tony Carlos – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.



O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 60 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Rogério Correia – Voto “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 59 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.453/2016 com a Emenda nº 1. À Mesa da Assembleia.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.195/2016, do procurador-geral de Justiça, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado referente ao ano de 2015. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Agostinho Patrus Filho – Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Antônio Jorge – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Braulio Braz – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Anselmo José Domingos – Sr. Presidente, o deputado Anselmo vota “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 62 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.231/2016, do Tribunal de Justiça, que reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade



com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Bosco – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Deiró Marra – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Duarte Bechir – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fábio Avelar Oliveira – Felipe Attiê – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – Lafayette de Andrada – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Mário Henrique Caixa – Missionário Marcio Santiago – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O deputado Antônio Jorge – Meu voto é “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 59 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.231/2016 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 49/2016, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a transformação de cargos de juiz de direito em cargos de juiz de direito substituto de segundo grau, no âmbito da Justiça Comum Estadual, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, ficam prejudicadas as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 49/2016

EMENDA Nº 4

Suprima-se o art. 3º do Substitutivo nº 1.

Sala das Reuniões, 12 de abril de 2016.

Lafayette de Andrada

EMENDA Nº 5

Dê-se ao art. 46-B do Substitutivo nº 1 a seguinte redação:

“Art. 46-B – O juiz de direito substituto de segundo grau, entre outras funções específicas, atuará na substituição de desembargador que não tenha sido nomeado na vaga do quinto constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil ou do Ministério Público e no auxílio à Justiça Comum Estadual de Segundo Grau, nos termos de regulamento do órgão competente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG.”.

Sala das Reuniões, 12 de abril de 2016.

Lafayette de Andrada



Justificação: A presente emenda tem origem nas diversas advertências que recebemos de membros da Ordem dos Advogados do Brasil e de membros do Ministério Público, dando conta do viés preconceituoso do projeto em curso, que demonstra uma burla ao quinto constitucional, preconizado pela Constituição da República.

A própria Lei de Organização Judiciária prevê a composição do Tribunal de Justiça com 140 desembargadores, sendo que 130 estão instalados, restando portanto 10 cargos a serem providos.

O projeto em discussão, irremediavelmente, suprime a presença de membros do quinto constitucional.

Com isso, em respeito à Constituição da República, o correto seria a instalação dos 10 cargos, criando, assim, oportunidade para o preenchimento das vagas do quinto constitucional.

A presente emenda tem um caráter meramente temporizador da quebra do mandamento constitucional, além de favorecer uma melhor reflexão deste Parlamento em relação ao projeto de lei em curso.

EMENDA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 49/2016

Acrescente-se onde convier:

“Art. 1º – O § 7º do art. 39, a alínea “b” do inciso IV do art. 66, o inciso XXIII do art. 90, o inciso III do art. 96, o inciso III do art. 98, a alínea “b” do inciso I e o inciso II do art. 106, o art. 109 e o art. 111 da Constituição do Estado passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39 – (...)

§ 7º – O oficial somente perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou se com ele for considerado incompatível por decisão do Tribunal de Justiça ou de tribunal especial em tempo de guerra, e a lei especificará os casos de submissão a processo e o rito do processo.

(...)

Art. 66 – (...)

IV – (...)

b) a criação, transformação ou extinção de cargo e função públicos de sua secretaria, sob o regime jurídico único dos servidores civis, e a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e o disposto nos arts. 24, §§ 1º e 2º, e 32;

(...)

Art. 90 – (...)

XXIII – nomear conselheiros e os auditores do Tribunal de Contas, nos termos desta Constituição;

(...)

Art. 96 – (...)

III – os Conselhos de Justiça Militar;

(...)

Art. 98 – (...)

III – o acesso ao Tribunal de Justiça far-se-á alternadamente por antiguidade e merecimento, apurados, respectivamente, entre os juízes de direito da entrância mais elevada.

(...)

Art. 106 – (...)

I – (...)



b) o secretário de Estado, ressalvado o disposto no § 2º do art. 93, os juízes de direito, os membros do Ministério Público, o comandante-geral da Polícia Militar e o do Corpo de Bombeiros Militar, o chefe da Polícia Civil e os prefeitos municipais, nos crimes comuns e nos de responsabilidade;

(...)

II – julgar, em grau de recurso, as causas decididas em primeira instância, ressalvadas as de competência de tribunal federal ou de órgãos recursais dos juizados especiais;

(...)

Art. 109 – A Justiça Militar é constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos conselhos de justiça e, em segundo grau, pelo Tribunal de Justiça.

(...)

Art. 111 – Compete à Justiça Militar processar e julgar o policial militar e o bombeiro militar em crime militar definido em lei, e ao Tribunal de Justiça, por câmara especializada, decidir sobre a perda do posto e da patente de oficial e da graduação de praça.".".

Art. 2º – Ficam revogados os arts. 110 e 124 da Constituição do Estado.

Sala das Reuniões, 12 de abril de 2016.

Sargento Rodrigues

Justificação: Esta emenda visa retirar da Constituição do Estado as disposições pertinentes à criação, ao funcionamento e às competências do Tribunal de Justiça Militar, adequando o texto constitucional à previsão do art. 125, § 3º, da Constituição da República.

A alteração pretendida baseia-se, ainda, nos reiterados questionamentos relativos à necessidade da existência do Tribunal de Justiça Militar. Segundo informações do Conselho Nacional de Justiça, somente em 2012 os gastos do governo mineiro com o Tribunal Militar local foram de R\$43.400.000,00. Além disso, no mesmo ano, cada processo custava em torno de R\$68.000,00. Os tribunais militares estaduais existentes em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul possuem juntos 42 juízes e tiveram um total de 7.812 processos baixados em 2011, estatística que se apresenta até os dias atuais.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas do deputado Lafayette de Andrada, que receberam os nºs 4 e 5, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha as emendas com o projeto à Comissão de Administração Pública, para parecer. A Presidência, nos termos do inciso II do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber uma emenda do deputado Sargento Rodrigues, por tratar de matéria objeto de proposta de emenda à Constituição do Estado.

Registro de Presença

O presidente – Em nome de todos os parlamentares, a presidência registra a presença nas galerias e agradece aos estudantes de Itabira, que aqui participam do Parlamento Jovem. Muito obrigado. É muito importante a presença de vocês para o nosso Parlamento.

Declarações de Voto

O deputado Duarte Bechir – Sr. Presidente, gostaria de, neste momento, na minha declaração de voto, mais uma vez manifestar o meu repúdio à retirada desse boletim de autoria do Sind-UTE. Certamente alguém contou com a colaboração de algum funcionário da Casa ou de algum parlamentar da Casa, para retirar daqui esse documento, que foi publicizado. Isso tem de ser investigado, pois, no meu entender, o deputado Durval Ângelo faz um trabalho de liderança extraordinário, com uma comunicação muito rápida com seus pares, buscando o entendimento a todo instante. O deputado Durval Ângelo precisa de companheiros, para que o processo caminhe na direção correta e com urgência, como requerem as matérias aqui tramitadas. No mesmo instante em que deixo a minha preocupação com esse boletim, que é, em sua essência, mentiroso, informo que



não estava em discussão, naquele momento, a pauta de reajuste dos subsídios dos servidores: estava, sim, o veto. Está presente o presidente da Comissão de Educação, deputado Paulo Lamac, que também figura como ausente. Se matéria em tramitação fosse o reajuste, estaríamos aqui naquele momento para votar. Então, o boletim é infeliz; o boletim é mentiroso. O que se tem que apurar é de onde foram retirados esses dados. Quem deu essa informação? Qual servidor ou servidora poderia ter repassado essa informação que cabe à Mesa? Presidente, a minha preocupação é com o que está por vir. Precisamos nos unir, porque o momento que o Brasil, todos os Estados e os Municípios atravessam requer amadurecimento, participação, sabedoria, humildade. E isso o líder, deputado Durval Ângelo, tem tido. Queremos seguir na mesma direção, e que as demais lideranças também compreendam que, neste momento de seriedade, temos que ficar juntos. Jogar para a plateia, atingindo os seus pares, não é um bom caminho. Vamos trabalhar juntos. Minas merece o nosso esforço. Portanto, estou aqui para dizer que esse boletim infeliz não retrata a verdade. Muitos parlamentares já deixaram claro que ele foi feito por maldade a alguns parlamentares em vez de dar ciência aos professores, aos profissionais da educação do que estava realmente acontecendo na Casa. Então, deputado Durval Ângelo, louvo a sua liderança, os seus trabalhos. Conte conosco nessa mesma condução que V. Exa. tem feito com seriedade. Entretanto, deixo aqui o meu repúdio a líderes que, em vez de usar o seu prestígio de hoje, a sua condução para conduzir para o bem, tenta levar a Casa para o caminho errado. Para concluir, Sr. Presidente, quero saudar o prefeito de Campo Belo, Richard Miranda, que se encontra presente, e o presidente da Câmara Municipal de Campo Belo, vereador Luiz Libério. Mais uma vez, agradeço ao deputado Durval Ângelo. Campo Belo está vivenciando dias difíceis. A população está estremecida com as mortes de pessoas jovens, para cuja causa não ainda não há o veredito de gripe H1N1. Estivemos no governo, na Secretaria de Saúde e, com o apoio do líder Durval, fomos atendidos na semana passada, um dia após a solicitação, e Campo Belo já foi inserida entre as cidades que receberam com urgência e antecipadamente as vacinas para contemporizar o sofrimento, a preocupação da população campo-belense. Hoje, o prefeito Richard veio com o presidente da Câmara, com o secretário de Saúde Israel Alves, para que pudéssemos, mais uma vez, buscar apoio, pois as vacinas destinadas a Campo Belo não deram para atender o grupo de risco, aproximadamente 23 mil pessoas. Recebemos 13 mil doses. O deputado Durval Ângelo já fez esse comando, e nos reuniremos na Secretaria de Saúde para buscar a complementação dessas vacinas, para a tranquilidade da população de Campo Belo. Fica aqui o meu registro como também o meu agradecimento e reconhecimento ao trabalho do líder, deputado Durval Ângelo. Muito obrigado, presidente.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Quero agradecer, não vou falar nada sobre esse panfleto. Acho que tenho trabalho nesta Casa. Já mostrei que posso fazer e faço muito por Minas Gerais. O meu trabalho dá resultado. Tenho a Lei Antifumo e vários e vários projetos. Estou preocupado, Sr. Presidente – declaro o voto e digo que votei favoravelmente –, com a segurança em Minas Gerais. Para esta Casa entender, estamos na final do Campeonato Mineiro, e o jogo do América com o Cruzeiro, que seria no próximo domingo, teve de ser antecipado para o sábado, porque a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais não terá condições de dar segurança à população belo-horizontina, visto que, no próximo domingo, poderá haver um movimento, uma manifestação. Assim, a polícia não terá efetivo para fazer o policiamento nos dois eventos. A Polícia Militar do Estado de Minas Gerais não consegue resolver o problema, fiscalizar a cidade, onde vai haver uma manifestação e um jogo de futebol, um clássico, uma final do Campeonato Mineiro, porque não tem contingente para trabalhar, presidente. Isso é algo que preocupa esta Casa. Todos os deputados estão falando sobre *impeachment*, disso e daquilo, mas devemos ficar preocupados com o que está acontecendo aqui, agora. A Polícia do Estado de Minas Gerais não tem condição de atender a dois eventos em Belo Horizonte. Isso é um absurdo. Deixo aqui uma solicitação ao governo do Estado, para que olhe com o comandante da Polícia Militar a necessidade de mais efetivos. Minas Gerais precisa abrir concursos para que haja um contingente maior da Polícia Militar, a fim de dar segurança aos seus filhos, presidente, aos filhos de cada um dos parlamentares desta Casa, aos filhos dos mineiros. A Polícia Militar está sem aparelhamento, está sem homens para trabalhar. Repito: foi solicitada a transferência de um jogo de futebol porque a polícia não tem condições de fiscalizar dois eventos simultâneos. Isso é muito grave. Falo em nome dos moradores belo-horizontinos, em nome da população mineira, que estão preocupados com a segurança, com a onda de assaltos. Muito obrigado, presidente.



O deputado Durval Ângelo – Presidente, antes de fazer a declaração de voto, quero agradecer as palavras do deputado Duarte Bechir. Einstein, certa vez, quando foi receber o Prêmio Nobel de Física, não sobre a teoria da relatividade, como muitos imaginam, mas sobre a teoria da refração das luzes, disse, parafraseando Isaac Newton: “Enxergo longe porque estou nos ombros de gigantes”. Todos os deputados desta Casa, da situação e da oposição, garantem o nosso trabalho como líder. O deputado Duarte Bechir tem sido um bom companheiro. Agradeço o voto na redação final do projeto dos atingidos pela Lei nº 100, no piso salarial dos professores e na votação que tivemos em 1º turno de três projetos de interesse do governo. Gostaria de fazer um esclarecimento a respeito desse boletim. Primeiro, o boletim é do sindicato. Já fui sindicalista e sei que o sindicato tem autonomia. A lista de presença foi entregue, todos sabemos. Qualquer cidadão pode ter acesso à lista de presença, não é um documento secreto. Não temos sigilo sobre informações da Casa. Sempre chego mais cedo ao Plenário. Quem distribuiu esse boletim foi o deputado Sargento Rodrigues. Esse boletim é antigo, é uma questão vencida. Ele deve ter guardado alguns exemplares e os entregou aqui. Então, se há alguém que acirrou, não foi o deputado Rogério Correia. Quero fazer um esclarecimento: essa lista não corresponde à verdade dos fatos. Estão aqui três parlamentares que estavam internados por motivos médicos e não poderiam estar aqui. Vários deputados da bancada do PMDB... Marquei no horário uma ida ao Palácio do Governo, para conversar com o secretário Odair Cunha. Havia o entendimento de que haveria a votação, então tomei essa liberdade, questões de reivindicações da bancada do PMDB. Então eu acho que era uma questão preliminar, não era uma questão fundamental, não estava em jogo o projeto em si. Quando batemos o martelo, governo e oposição, o projeto foi votado. Também acho que não adianta a gente aqui querer demonizar o sindicato. Já fui cartaz de muita coisa no sindicato. Por exemplo, quem passou a lista da votação da emenda do Lafayette sobre os diretores de escola? Foi um deputado que passou, que pôs o “carômetro”. E pior: dos diretores de escola foi algo anônimo, sem assinatura, covardemente anônimo. O parlamentar que passou passou anonimamente. E vamos abrir polêmica por isso? Que polêmica isso tem? Quem estava presente ou não estava presente? Eu acho que o fundamental é que todos votaram por unanimidade. A resposta do Poder Legislativo foi unânime. Isso que conta, isso que vale, significando que estamos do lado da educação. Quero parabenizar aqui o deputado Gustavo Corrêa que, na hora da votação final, retirou o pedido de verificação de voto. Essa é uma postura muito correta. E amanhã, às 9 horas da manhã, vamos ter mais votações. E semana que vem vamos ter outras. E para a frente, outras. Então é o seguinte, meu velho pai tinha um ditado que dizia assim: angu de um dia não engorda cachorro magro. Vamos então precisar, até o final do ano ou no próximo ano, nos aturar, buscando uma boa convivência, para podermos votar as matérias de interesse da sociedade e não sermos envolvidos por paixões ideológicas. Quero deixar bem claro: o deputado Rogério Correia nada tem a ver com a ação do sindicato. O sindicato age como quer. Por que alguém não veio aqui protestar contra a votação da emenda das diretoras e perguntar qual deputado tinha passado a lista? Foi um ato anônimo, pior ainda, foi anônimo e não houve protesto. Então eu acho que pau que dá em Chico tem que dar em Francisco.

A deputada Marília Campos – Agradeço ao deputado Neivaldo, porque tenho um compromisso e não poderia me ausentar do Plenário sem declarar meu voto, que foi favorável, em defesa da educação, reconhecendo a importância da luta dos trabalhadores, reconhecendo a importância do papel que o movimento sindical tem nesse processo de conquista, em particular o Sind-UTE. Aproveito para cumprimentar toda a diretoria do Sind-UTE, na pessoa da presidenta da CUT e presidenta do sindicato, a companheira Beatriz Cerqueira. Quero cumprimentá-la por essa luta em defesa dessa categoria que por muitos anos foi desvalorizada e agora teve o seu reconhecimento pelo governo Pimentel. Quero parabenizar também todos os parlamentares que votaram favoravelmente a essa luta e às reivindicações que foram aprovadas nesse projeto de lei. Hoje é um dia, deputado Neivaldo, de comemoração, dia em que celebramos o compromisso dos parlamentares com a educação. Mas também é um dia em que devemos parabenizar o governo Pimentel. Foi utilizada aqui uma palavra que não gosto de mencionar: “baba-ovo”, mas é importante reconhecermos o compromisso do governo Pimentel quando concorda e envia para esta Casa o projeto de lei de reajuste do piso salarial. Temos visto vários municípios fazerem escolhas como fechar equipamentos públicos na área da saúde, não pagar salário de servidores; e aqui temos o compromisso do governo Pimentel, quando enviou a esta Casa o projeto de reajuste do piso. Não podemos deixar de cumprimentar o governo Fernando Pimentel, por enviar para esta Assembleia o reajuste do piso. Isso significa cumprir compromisso de campanha e, mais do que isso,



compromisso com a educação, compromisso com os servidores. E a gente não pode deixar, deputada Cristina, de reconhecer esse compromisso do governo Pimentel, que enviou o projeto a esta Casa. Aproveito a minha palavra também, Sr. Presidente, nesta declaração de voto, para me manifestar em relação ao que ocorreu hoje em Governador Valadares. É com muita tristeza que vi a cidade sitiada pela Polícia Federal. Digo isso porque é uma tristeza para a cidade e, com certeza, uma tristeza muito grande para a prefeita Elisa, uma companheira do PT, que já foi deputada estadual. Quero apenas, neste momento, me solidarizar com a prefeita Elisa e com toda a sua equipe. Quero dizer ainda que, neste momento, o Partido dos Trabalhadores e – acredito – a prefeita Elisa estão pedindo esclarecimentos sobre essa operação da Polícia Federal. Eu não tenho dúvida de que não existe nenhum comprometimento da honestidade na administração da prefeita em relação ao que ocorreu nessa operação. Deputado Neivaldo, sei que V. Exa. vai fazer uso da palavra, mas quero apenas dizer que sou solidária à companheira, solidária à sua administração e que acredito na honestidade da administração pública de Governador Valadares, da prefeita Elisa, que tem conduzido com honestidade e ética a sua administração. Obrigada.

O deputado Professor Neivaldo – Obrigado, presidente. Eu gostaria, antes de mais nada, de registrar a presença do prefeito Enedino e de vereadores da cidade de Limeira do Oeste, que estão visitando a capital. Logo mais estarão na Cidade Administrativa, junto do nosso governador Fernando Pimentel. Também gostaria de registrar que, na última semana, a cidade de Patrocínio completou 174 anos. Gostaria de parabenizar toda a cidade, a administração de Patrocínio, a capital do café, importantíssima para a nossa região. Em relação ao dia de hoje, deputada Marília, percebemos que querem tirar o direito de nós comemorarmos. Hoje é dia de comemorarmos a aprovação de projetos de valorização dos servidores da Justiça, desta Casa e da educação. Falando desses trabalhadores, gostaria de registrar também a presença do Luiz Cláudio, da cidade de Uberlândia, que veio acompanhar a votação dos servidores da Justiça. É um prazer tê-lo conosco. Mas gostaria de reforçar que hoje é dia de comemoração, e querem nos inibir, nos tirar o brilho deste momento. É dia de o governo do Partido dos Trabalhadores comemorar mais uma ação do nosso governador Fernando Pimentel. É mais uma ação do governo do PT de Minas Gerais, que valoriza os trabalhadores e as trabalhadoras da educação, um compromisso do acordo histórico assinado no último ano. É também o momento de o Sind-UTE, aqui representado por sua coordenadora e presidente da CUT, Beatriz Cerqueira, comemorar. O sindicato não desiste nunca, está sempre em luta. Poderiam ser até muito mais fáceis as conquistas da educação, mas, para conquistá-las, há necessidade de muita luta. Então hoje é dia de esse sindicato comemorar também. Querer imputar ao deputado Rogério Correia um boletim é desmerecer a nossa categoria, é desmerecer o nosso sindicato, é dizer que o sindicato não pensa. Mas o sindicato tem ações independentes; sempre foi assim. Estou nesse sindicato há quase 30 anos, e sempre foi assim. E a coordenação desse sindicato tem mostrado a sua independência no governo Pimentel, as suas ações e o fato de fazerem suas críticas nos momentos oportunos. Esse boletim é de responsabilidade do sindicato. Com certeza, é um boletim de luta. As informações que estão nesse boletim são concedidas a qualquer cidadão e a qualquer cidadã. Não é necessário que um deputado passe essas informações, é direito de qualquer cidadão. Como foi direito também de muitos deputados aqui distribuírem, em toda a Minas Gerais, a nossa foto em relação à votação do ICMS. Esses dias fui criticado, me xingaram em um estádio em Uberlândia em relação àquelas fotos, dizendo que votei favoravelmente ao aumento do ICMS sem fazer a devida discussão. E não vim aqui na tribuna cobrar dos deputados um boletim que tinha a minha foto. E isso foi distribuído. Esta semana alguém ligou em meu gabinete me criticando mais uma vez por essa votação. Lá tem a minha foto, tem a foto da deputada Cristina, tem a foto do deputado Bosco, que havia sido submetido a uma cirurgia de vesícula e estava internado, mas a foto dele também apareceu, da mesma forma. Tinha a foto do deputado Rogério Correia, e ninguém veio aqui cobrar a autoria do boletim, a autoria da circulação da nossa imagem. O sindicato é independente. Agora pegam um boletim já passado e tentam, neste momento, tirar o brilho do nosso sindicato, da nossa conquista; tentam tirar o brilho de nossa luta. Parabéns ao sindicato! Parabéns ao nosso líder, Rogério Correia, que conduziu este movimento brilhantemente, e é uma referência na educação, desde quando comecei na militância, e sempre será, porque nunca mudou de lado, nunca mudou a sua postura. Parabéns à nossa coordenadora do Sind-UTE, que tem se mostrado totalmente independente do governo, faz e cobra. Para encerrar, presidente, gostaria de prestar a minha total solidariedade à prefeita Elisa, de Governador Valadares. Ela está em Brasília, neste momento, buscando esclarecimentos. Queremos e reivindicamos um esclarecimento oficial sobre o que



aconteceu em Governador Valadares. Em relação aos recursos para a enchente, a prefeita tinha R\$4.700.000,00, por conta daquela catástrofe que aconteceu em Governador Valadares. Sobre esses R\$1.500.000.000,00 anunciados, ninguém tem conhecimento desse contrato em Governador Valadares. Suspeitamos que, mais uma vez, está sendo realizado um grande espetáculo para manchar o governo do Partido dos Trabalhadores em Governador Valadares e para manchar também a imagem de uma grande liderança, que é a prefeita Elisa, que a maioria dos deputados conhece e sabe da sua seriedade e da sua honestidade em trabalhar e lidar com as coisas públicas. Assim, mais uma vez prestamos a nossa solidariedade a uma mulher do Partido dos Trabalhadores, que, neste momento, está sendo perseguida com a tentativa de manchar o seu nome na política. Portanto, é mais um espetáculo. Reivindicamos e queremos um esclarecimento oficial em relação ao que aconteceu, ao que está acontecendo em Governador Valadares. Sr. Presidente, muito obrigado. Devolvo-lhe a palavra.

A deputada Cristina Corrêa – Quero parabenizar todos os servidores da educação por essa conquista. Sei que foi uma conquista de muita luta, pois a classe, por muitos anos, sofreu descaso por parte de governos anteriores, mas hoje chegamos, finalmente, a essa grande conquista para a educação. Agradeço também ao nosso governador Fernando Pimentel, que, diante da grave crise econômica que o País enfrenta – e o Estado de Minas não é diferente –, diante do fato de assumir um governo com uma dívida enorme, mesmo assim tem cumprido o compromisso assumido em campanha com a educação e valorizado os servidores, o que é o ponto principal. Com muito orgulho, digo que sou professora de história; lecionei 10 anos na rede pública estadual; fui funcionária dos governos anteriores e sei o que passamos. Quando falo da valorização que temos hoje, neste governo, falo por ter participado, presenciado e sofrido todo o descaso por que passou a nossa categoria nos governos anteriores. O que o governador Pimentel fez, em um ano de governo, foi muito além do que fizeram todos os outros governos, porque eles não deram ouvidos à educação, não deram valor aos educadores, não deram valor aos alunos. E, a partir do momento em que o professor é desvalorizado, o aluno também o é. Então o nosso governador realmente tem cumprido, assumido e honrado o seu compromisso com a educação. Muito obrigada, Fernando Pimentel. No momento em que dei o meu voto, eu o fiz também como professora. Muito mais que uma deputada votante, sinto-me uma professora contemplada por essas conquistas da nossa classe. Queria falar um pouquinho sobre esse boletim informativo que chegou muito atrasado, referindo-se ao não comparecimento dos deputados. Só que, unanimemente, todos os deputados presentes na Casa, na semana passada, votaram a favor da educação, a favor do aumento de 11,36%, a favor do piso salarial dos servidores da educação. Todos os deputados da Casa votaram a favor. Então, esse boletim chegou muito atrasado, apenas para implantar um clima que não favorece a Casa, não favorece o andamento dos projetos nesta Casa. Tenho certeza de que o Sind-UTE elaborará um material mostrando que todos os deputados votaram favoravelmente à educação. Todos nós, independentemente de partido, de posição política, votamos favoravelmente aos projetos da educação, que valorizam os seus servidores. Este é o nosso compromisso como deputados: valorizar os servidores não apenas da educação, mas também todos os servidores públicos. Esse é o nosso compromisso principal, muito além de bandeiras partidárias. Esse foi um compromisso assumido por todos os deputados, para ser um sucesso a aprovação dos projetos que favorecem a classe da educação e valorizam todos os seus trabalhadores. Muito obrigada. Bom dia.

O deputado Felipe Attiê – Sr. Presidente, nada comentarei sobre esse boletim porque é uma besteirada danada: papel aceita tudo; foi feito fora de época, fora de hora; e é falso, pois não condiz com a verdade. Votamos a favor do projeto, os vetos foram derrubados, então acho que esse é um assunto vencido. Não perco tempo com esse boletim, não gasto tempo com isso. Precisamos agora não apenas votar o projeto, mas também ver como o governo fará o pagamento aos professores. Primeiro, porque não sabemos se o governador Pimentel termina o mandato dele, indiciado que foi pela Polícia Federal por vários crimes, como está sendo dito – bem acima do que qualquer governante do País tenha cometido hoje, em vários órgãos e coisas passadas. Isso é muito difícil. Ele pode estar dando uma coisa que não vai pagar. Essa situação vai ficando insustentável, e o STJ tem de julgar logo, assim como o Ministério Público, para resolver essa pendência em Minas Gerais. A população começa a nos cobrar o *impeachment* do Pimentel. “Se ele tem todos os crimes, menos o peculato, vocês não vão denunciá-lo, não vão pedir o *impeachment* dele?”. Está acontecendo isso. Quero ver, então, se ele vai ficar para pagar essa



conta. O pior de tudo é o secretário de Fazenda do Estado de Minas Gerais dar uma declaração ao jornal *Valor Econômico*, no sentido de que quer dar o cano na dívida pública interna do Estado com a União, como se dar o cano na União não fosse dar o cano em terceiros. Em 1998, a União emitiu títulos da dívida pública do governo brasileiro, letras de crédito do Tesouro, e vendeu no mercado financeiro para o João, para a Maria, para o Antônio, para a empresa A, para a empresa B, para a C, e têm esse dinheiro aplicado desde então. Quem tinha R\$4.000,00 aplicados em 1998, hoje tem R\$58.000,00, porque os juros e a inflação no Brasil são elevados. De 1998 para cá, aumentou isso tudo, alguém tinha R\$4.000,00 e agora tem R\$58.000,00, é juro e inflação sobre inflação. Quando Fernando Henrique tirou os empréstimos em 1998, ele pagava juros de 25% ao ano e emprestou para os estados por menos da metade do valor, com o limite de 13% da receita para pagar de juros, ou seja, um comprometimento da receita líquida em 13%. Na verdade, houve um subsídio da União em 1998 para os estados rolares suas dívidas. O problema no Brasil é que o sujeito compra um monte de coisas, não dá conta de pagar, vai à Crefisa, tira o dinheiro, já negativado, não paga a Crefisa e depois quer pôr a culpa em quem emprestou. Precisamos resolver o problema não dando cano na União, é dinheiro de terceiros que está depositado lá. Se o dinheiro fosse da União, tudo bem. É do governo federal? Não. O governo federal captou no mercado, com letras de crédito do Tesouro, dinheiro de particulares e emprestou ao governo de Minas, subsidiado. O secretário dá uma demonstração de que parece não saber disso e quer dar o cano na União. Juros simples é da época da Idade Média. Pela matemática financeira, são juros compostos. Em qualquer lugar do mundo se cobram juros compostos. Na verdade, ele quer inventar novas regras para dar o cano no governo federal. Dar o cano no governo federal é criar uma crise mobiliária da dívida pública no Brasil, que vai se refletir em quem emprestou o dinheiro para o governo federal tampar o buraco do governo do Estado em 1998 e está rolando essa dívida. É uma dívida que está como garantia do Tesouro, com títulos que o Tesouro captou no mercado. O secretário não pode falar uma besteira dessa. Ele fala que tem de dar o cano na dívida, porque não tem dinheiro para pagar, e, ao mesmo tempo, o governador está concedendo aumentos aqui. Que País é este? Que governo é este em que o secretário fala isso no principal jornal de economia do País? Fala que não tem dinheiro, que tem de dar o tombo na dívida interna do Estado, que não tem de pagar, que já pagou a dívida. É lógico, já pagou. Os R\$4.000,00 depositados em 1998 hoje são R\$58.000,00 com os juros, se hoje fossem os mesmos R\$4.000,00, ele já teria pago mesmo, mas são juros sobre juros. Aí o governo paga os particulares para tomar o dinheiro emprestado a juros sobre juros, e o governo do Estado quer pagar juros simples, não quer pagar juros compostos. É piada, é ridículo, e ainda vai ao STF pedir liminar para isso. Quer dizer, o País está de cabeça para baixo. Isso é uma irresponsabilidade. Meio trilhão é o que devem os 26 estados, o mesmo valor da Petrobras. A Petrobras deve o que deve São Paulo, Minas, Acre, Roraima, os 26 estados. A Petrobras deve meio trilhão, e os 26 estados devem meio trilhão. Uma empresa deve o que devem os 26 estados. Olhem onde nós chegamos! Essa situação é gravíssima, Sr. Presidente. Se derem o cano nesse meio trilhão, vai ser uma coisa muito ruim, e acredito que nós temos condição. Aproveito para cumprimentar Patrocínio pelo seu aniversário, uma cidade maravilhosa que está comemorando seu aniversário hoje. Sem dúvida, é uma cidade que nos encanta desde que, quando criança, íamos ao Hotel Serra Negra, hoje fechado. Era um hotel-fazenda agradável, onde íamos à missa aos domingos, quando hospedados ali, na cidade de Patrocínio. Tem uma sociedade acolhedora, um povo encantador, é uma cidade gostosa, uma das riquezas e das antigas cidades do Triângulo Mineiro, a nossa cidade de Patrocínio, que cumprimento pelo seu aniversário no dia de hoje. Parabéns, Patrocínio! Desejo-lhe que dê muitas glórias e alegrias ao Triângulo Mineiro. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, há instantes falei sobre o problema da Polícia Militar e brinquei com o deputado Tiago Ulisses. O deputado Tiago Ulisses é um amigo, é um excelente deputado, um deputado exemplar nesta Casa e faz a sua parte. Quando falamos de projetos, fico brincando com ele. Quero lembrar que temos um projeto que assinamos juntos, que é o projeto das comandas dos bares, que está parado na Casa, mas queremos colocá-lo para tramitar.



Declarações de Voto

O deputado Vanderlei Miranda – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a V. Exa. por ceder tempo para a minha declaração de voto. Na verdade, o PMDB não poderia votar diferente do que votou hoje, nesta Casa, mais uma vez dando a sua contribuição como a maior bancada desta Casa, como sempre tem feito ao longo do tempo. V. Exa. é testemunha do tempo e da história, como líder da bancada que foi por algumas vezes e hoje exercendo o honroso cargo de presidente de uma Assembleia que, com toda certeza, é uma inspiração para as outras assembleias do nosso país. O PMDB, com essa proposta de sempre ser coerente e mostrar o seu posicionamento, votou, e não votou diferente de como votou na semana passada, ocasião em que, por esta Casa, passaram os projetos da educação. Mais uma vez, o PMDB aqui estava. E por que é que estou fazendo toda essa base, construindo esse pequeno alicerce, dando essas explicações, que, na verdade, são até dispensáveis? Porque, Sr. Presidente, mais uma vez hoje o Plenário foi surpreendido com a chegada dessa comida que – vou dizer – é uma comida azeda. E requentaram uma comida azeda para servir na festa, que foi a aprovação dos projetos da educação. Depois, observando mais atentamente, Sr. Presidente, verifiquei a data desse boletim: 1º de abril. Portanto, é um boletim mentiroso; tinha que ter sido impresso mesmo no dia 1º de abril; é uma pegadinha. Por que digo que é uma pegadinha, Sr. Presidente? Primeiro, aqui está dizendo que a maioria dos deputados não comparece para a votação dos projetos da educação. Quando isso foi rodado, o que estava pautado em primeiro lugar para ser votado não era o projeto da educação, era veto. Então, na verdade, não se tratava de votar o projeto da educação. Quando os projetos da educação entraram em pauta, aí os deputados desta Casa, cumprindo aquilo que juraram quando tomaram posse, estiveram aqui, votaram e aprovaram os projetos da educação. Mas, para nossa surpresa, não vimos um “carômetro” mostrando as fotos dos deputados que votaram a favor dos projetos da educação, portanto tenho certeza de que este papel que tenho em minha mão e que rasguei aqui mais cedo só teve uma proposta, Sr. Presidente: criar constrangimento dentro deste Plenário, o que não contribui em nada para o andamento da Casa e dos projetos que tramitam. Isso aqui só veio criar um certo desconforto. Hoje, por exemplo, temos registrada ainda na memória do nosso painel a presença de 65 deputados. Ou seja, na hora de votar os projetos de interesse dos servidores deste estado, o quórum tem dado um *show*. Agora, é preciso mais uma vez ressaltar – e o faço com V. Exa. presente no Plenário – que essa votação e esse quórum espetacular – 65 de 77 – devem-se ao trabalho de V. Exa., que, com equilíbrio, sabedoria, tranquilidade e, principalmente, respeito de todos os deputados desta Casa, tem conseguido conduzir os trabalhos para chegarmos a essa condição tão favorável, a despeito de todas as situações com que, lamentavelmente, convivemos nos últimos dias. Espero que não tenhamos mais que conviver com situações dessa natureza, porque o que aqui está com data de 1º de abril, para mim, é de fato o retrato da brincadeira dessa data, ou seja, é uma mentira o que está publicado aqui. Não estávamos votando projetos de professores, estávamos votando vetos. Que isso fique mais uma vez claro para que não parem dúvidas sobre os deputados, especialmente os do PMDB, no sentido de que alguém tenha faltado com seu compromisso. Nunca faltamos e não vamos faltar. Obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, solicitei a V. Exa. a palavra para declarar meu voto mais no final, porque quero repetir o que fiz no encaminhamento: comemorar uma vitória. Não é uma vitória pequena, mas grande. Em um momento de crise econômica nacional, reforçada por uma crise política cuja principal responsável, infelizmente, é a oposição no Brasil, que perdeu as eleições e não aceita essa derrota até hoje, estamos honrando um acordo feito com o sindicato, os trabalhadores da educação e o Sind-UTE desde o início do governo Pimentel. E muito desse acordo foi feito graças à base de governo, de que fazem parte o Partido dos Trabalhadores, o PMDB, o PCdoB, o PRB, o PR, que insistiram com o governador Pimentel para que cada ponto daquele acordo fosse cumprido na íntegra. Tanto é assim que o projeto do reajuste aprovado agora em redação final já não é o que veio originalmente: na forma de abono e a partir de março. Houve um grande esforço de todos nós para que esse projeto se transformasse em projeto de reajuste e, ao mesmo tempo, abrangesse todas as carreiras, durante todo o período. A oposição trabalha no Brasil e em Minas para que tudo dê errado; para eles, vale a política do quanto melhor pior. Então, no dia de comemorar uma vitória, é óbvio que a oposição venha aqui para tentar desconsiderá-la, presidente, a vitória que tivemos no dia de hoje: o reajuste de 11,36% retroativo a janeiro e o restabelecimento de 8 mil



trabalhadores e trabalhadoras da educação que estavam adoecidos e vão receber seu retroativo. Veja bem, presidente, que vitória estupenda! É claro: a oposição quer dizer que tudo seja ruim, que nada funcione. Por que querem dizer isso? Porque não têm como comparar com o passado. No passado a professora não se alimentava na escola; era proibido; o Estado não colocava um centavo na alimentação escolar; não se pagava piso, pagava-se subsídio; greves duravam 112 dias. Esse é o retrato do passado. As professoras trabalhavam a título precário porque não havia nomeação de concursados. Era uma bagunça o Estado de Minas Gerais. Escolas não tinham verbas para reformas ou ampliações; o quadro da educação em Minas era caótico com o PSDB e, por isso, querem que hoje não comemorem. E aí vem o Sargento Rodrigues – que até hoje não explicou que não estava em Caetanópolis, não disse onde estava – e vem fazer da Assembleia Legislativa hoje um palco de contradições, para tentar apagar a vitória das professoras, do governo Pimentel e da base do governo. Nesses meus dois minutos restantes, quero terminar minha fala fazendo uma homenagem sincera ao Sind-UTE. É claro que o sindicato tem seus instrumentos de luta, e o jornal, o boletim é um deles, pelo qual ele informa aquilo que julga justo ser informado ou não e faz a sua pressão em relação ao governo, em relação ao Parlamento. Isso é movimento sindical. Ou acham que o sindicato deve ser submetido a um partido político, a um governo ou a um parlamento? De forma alguma. Então não tenho reparos a fazer em relação ao sindicato, mesmo porque aqui não é palco para se avaliar um sindicato. Palco para se avaliar sindicato é montado pelos trabalhadores da educação, em suas assembleias e em suas instâncias organizativas. Portanto, acho que cabe à Assembleia Legislativa respeitar o papel do Sind-UTE e de qualquer sindicato. Quero deixar aqui bem clara essa minha posição. Termino, presidente, nesses segundos que me faltam, fazendo uma homenagem especial à Profa. Beatriz Cerqueira, que está aqui até agora. Escutou, teve paciência, ouviu, mas fez com que a luta dos trabalhadores da educação resultasse em vitória. Ora, podem achar o que quiserem, mas o resultado final foi uma vitória, que é a aprovação dos três projetos de lei que o governador enviou a esta Casa; é o resultado de uma vitória de um acordo que está sendo cumprido pela força da categoria e do sindicato. E quem conduziu isso foi a diretoria do sindicato. A Profa. Beatriz Cerqueira veio aqui hoje para testemunhar e comemorar essa vitória. O que ela não sabia era que a falta de educação de setores da oposição era tão grande. Não respeitam o sindicato, não respeitam as pessoas e, pior que isso, mentem para o sindicato até sobre o que estavam fazendo em determinado dia.

A lista que o sindicato publicou é uma lista oficial de um determinado dia. Se o sindicato julgou que era prudente apresentá-la, essa é uma avaliação dele. Então eu pediria aos deputados que, em vez de ficarem remoendo angústias, o passado e às vezes fortalecendo argumentos da oposição que tanto prejudicou Minas Gerais, comemorassem comigo, com os deputados do PT, do PMDB e da situação, com o governador Pimentel e as professoras a grande vitória que tivemos. Esse é o fundamento do que aconteceu hoje. Então parabéns, Beatriz; parabéns Sind-UTE.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/4/2016

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.807/2015, do deputado Douglas Melo, na forma do Substitutivo nº 1.



Em 1º turno: Projetos de Lei nºs 437/2015, do deputado Fabiano Tolentino, na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1, 1.111/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, com a Emenda nº 1, 1.581/2015, do deputado João Leite, na forma do Substitutivo nº 1, 1.683/2015, do deputado Gustavo Corrêa, na forma do Substitutivo nº 1, e 2.167/2015, do deputado Antônio Jorge, na forma do Substitutivo nº 1.

Em 2º turno: Projeto de Lei Complementar nº 49/2016, do Tribunal de Justiça, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno.

Em redação final: Projeto de Lei Complementar nº 49/2016, do Tribunal de Justiça, e Projetos de Lei nºs 921/2015, do deputado Braulio Braz, e 2.929/2015, do deputado Fábio Avelar Oliveira.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 20/4/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 1.031/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o Sistema Estadual de Transporte em Saúde, esclarecendo a substituição da rota de veículos prevista para 2015, deliberada pela Comissão Intergestores Bipartite, e a implantação de novos módulos do Sets com vistas à universalização do programa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.032/2015, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre as habilitações dos leitos de UTI e UCI no Estado, detalhando o total de leitos aprovados pela Comissão Intergestores Bipartite Estadual e o total de leitos publicados pelo Ministério da Saúde. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.039/2015, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o programa Caminhos de Minas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.040/2015, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o planejamento das obras a serem realizadas na MG-050. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.



Votação do Requerimento nº 1.058/2015, da Comissão de Assuntos Municipais, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Transportes pedido de informações sobre as datas das desapropriações previstas para a realização das obras de melhoria do trecho da MG-050 sob responsabilidade da concessionária Nascentes das Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.060/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Codemig pedido de informações sobre a fundamentação legal e os valores efetivamente pagos relacionados com o contrato de 7/5/2015, publicado no *Minas Gerais* nº 83 (ano 123), do dia 8/5/2015, na pág. 106, coluna 4, que teve como objeto a contratação dos Srs. Luiz Felipe Salomão e Luiz Fux para proferimento de palestra na conferência "O novo Código Civil Brasileiro", realizada no MinasCentro, em Belo Horizonte, em 8/5/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.081/2015, da Comissão de Esporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Econômico e ao secretário de Esportes pedido das informações que menciona, relativas à parceria público-privada firmada entre o Estado e a concessionária Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. para a gestão do Estádio Governador Magalhães Pinto. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.089/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao subsecretário de Comunicação Social pedido de informações sobre o motivo pelo qual o Portal de Investimentos e Publicidade parou de ser atualizado; o critério para contratação de serviços gráficos; os fornecedores de serviços contratados diretamente ou através de agências de publicidade, bem como os valores dos contratos e serviços a partir de 1º/1/2015; os investimentos em publicidade a partir da referida data, especificando os critérios para a sua definição, assim como a relação dos valores, objetos e veículos, incluindo patrocínios, campanhas publicitárias e balanços oficiais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.090/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações sobre o contrato celebrado com a Concessionária Nascentes das Gerais em decorrência de parceria público-privada com o Estado, cujo objeto é a concessão patrocinada da Rodovia MG-050, informando especialmente sobre o montante recebido pela empresa a título de tarifa de pedágio desde o início da cobrança, em 13/6/2008. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.091/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Fazenda pedido de informações acerca do motivo pelo qual não estão sendo cumpridas as determinações da Lei Federal nº 12.741, de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 8.264, de 2014, que obriga a inclusão, nas notas fiscais, da informação sobre os tributos incidentes e respectivas alíquotas, em especial no que diz respeito às notas fiscais relativas a combustíveis. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.092/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações acerca da observância da obrigação da aquisição de veículos de motorização flex, quando do acréscimo ou substituição da frota de veículos pertencente à administração pública direta, autárquica, fundacional e a empresas estatais dependentes, bem como da obrigação do abastecimento com álcool combustível – etanol – dos veículos, próprios ou em uso pelo Estado, com motorização flex. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.099/2015, do deputado Braulio Braz, que altera a Lei nº 15.895, de 6 de dezembro de 2005. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que

apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.433/2015, da deputada Ione Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Itaúna os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.682/2015, do deputado Tony Carlos, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Rede de Urgência e Emergência da Macrorregião do Triângulo do Sul – Cistrisul – o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.832/2015, do deputado Lafayette de Andrada, que concede novo prazo para o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 11.548, de 27 de julho de 1994, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Palma. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 20/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.156/2016, do deputado Sargento Rodrigues; e 4.294/2016, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.019 e 1.100/2015, do deputado Wander Borges; 2.046, 2.047 e 2.049/2015, do deputado Inácio Franco; 2.745/2015, do deputado Adalclever Lopes; 2.789/2015, do deputado Cássio Soares; 2.798/2015, do deputado Tiago Ulisses.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 20/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 20/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.252/2016, do deputado Fred Costa.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.831/2015, da deputada Marília Campos; 72 e 634/2015, do deputado Fred Costa; 750/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes; 834/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.181 e 1.270/2015, do deputado Léo Portela; 1.326/2015, do deputado Arlen Santiago; 1.840/2015, da deputada Rosângela Reis; 2.239/2015, do deputado Léo Portela; e 2.922/2015, do deputado Fábio Cherem.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.767/2015, do deputado Anselmo José Domingos; 3.337/2016, do deputado Doutor Wilson Batista; 3.340 a 3.342/2016, do deputado Carlos Pimenta; 3.343 e 3.344/2016, do deputado João Leite; 3.346 a 3.349/2016, do deputado Carlos Pimenta; 3.350 e 3.351/2016, do deputado Fabiano Tolentino; 3.352/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel; e 3.355 a 3.360/2016, do deputado Carlos Pimenta.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 20/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 4.348/2016, da Comissão de Administração Pública.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/4/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 20/4/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 734/2015, da deputada Rosângela Reis; 3.208/2016, do deputado Emidinho Madeira; 2.310/2015, do deputado Deiró Marra; 3.138/2015, do deputado Léo Portela; 3.178/2016, do deputado Anselmo José Domingos; 3.213 e 3.214/2016, do deputado Emidinho Madeira; 3.215/2016, do deputado Geraldo Pimenta; 3.217/2016, do deputado Duarte Bechir; e 3.222/2016, do deputado João Magalhães.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 20/4/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário.

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.208/2015, do deputado Ivair Nogueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 20/4/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.258/2016, da Comissão de Segurança Pública; 4.292/2016, do deputado Noraldino Júnior; 4.296/2016, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.352 e 4.355/2016, do deputado Emidinho Madeira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 20/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.322/2015, do deputado Glaycon Franco; 2.985/2015, da deputada Geisa Teixeira; 2.995 e 3.132/2015, do deputado Fabiano Tolentino; e 3.203/2016, do deputado Tito Torres.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a proceder à entrega do diploma referente ao voto de congratulações formulado com a escritora Paula Pimenta em atenção ao Requerimento nº 3.525/2015, da deputada Ione Pinheiro.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DO IDOSO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 20/4/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Recebimento e votação de requerimentos.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Minas e Energia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bosco, Glaycon Franco, João Vítor Xavier e Tony Carlos, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 20/4/2016, às 15 horas, em Belo Horizonte, à Vale Fertilizantes, com a finalidade de tratar da planta de fertilizantes dos Municípios de Araxá e Patrocínio.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2016.

Gil Pereira, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.243/2016

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Arnaldo Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Aeromodelistas de Uberlândia, com sede no Município de Uberlândia.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Aeromodelistas de Uberlândia, com sede no Município de Uberlândia, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prática do aeromodelismo e do plastimodelismo.

Na consecução desse propósito, a instituição desenvolve atividades sociais, recreativas e esportivas.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade no Município de Uberlândia, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.243/2016, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2016.

Anselmo José Domingos, relator.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 921/2015

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 921/2015, de autoria do deputado Braulio Braz, que institui o Polo de Piscicultura Ornamental e dá outras providências, foi aprovado no 2º turno, com a Emenda nº 1 ao vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 921/2015

Institui o Polo de Excelência em Piscicultura Ornamental na região da Zona da Mata.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Polo de Excelência em Piscicultura Ornamental na região da Zona da Mata, integrado por municípios onde são realizadas atividades voltadas para o desenvolvimento da piscicultura ornamental.

Art. 2º – São objetivos do polo de que trata esta lei:

I – incentivar a produção e a comercialização de peixes ornamentais;

II – promover o desenvolvimento e a divulgação de tecnologias aplicáveis ao cultivo de peixes ornamentais;



III – contribuir para a geração de empregos e para o aumento da renda no meio rural, principalmente mediante ações voltadas para a agricultura familiar, observando-se os princípios do desenvolvimento sustentável;

IV – organizar e fortalecer as estruturas geradoras de *expertise* de produção e mercado, conhecimento, tecnologias, formação de recursos humanos e prestação de serviços;

V – criar condições para atrair novos negócios.

Art. 3º – As ações governamentais relacionadas ao polo de que trata esta lei observarão as seguintes diretrizes:

I – promover o desenvolvimento e a divulgação de boas técnicas de manejo aplicáveis ao cultivo dos peixes ornamentais;

II – destinar recursos específicos para a pesquisa, a assistência técnica e a extensão rural, observadas as previsões e limitações orçamentárias;

III – contribuir para o fornecimento de assistência técnica aos produtores, sendo essa gratuita para a agricultura familiar;

IV – estimular o desenvolvimento de ações de capacitação profissional de técnicos, agricultores e trabalhadores, inclusive quanto aos aspectos gerenciais e de comercialização;

V – viabilizar a criação de mecanismos que propiciem tratamento tributário diferenciado para fomentar o cultivo de peixes ornamentais e promover a competitividade dos produtos mineiros nos mercados mineiro e interestaduais, observada a legislação de regência do ICMS;

VI – proporcionar a implantação de sistema de informação de mercado, interligando entidades públicas, empresas, cooperativas e associações de produtores, com vistas a subsidiar o processo de tomada de decisão dos agentes envolvidos no negócio;

VII – propor a criação, nas instituições bancárias oficiais, de linhas de crédito especiais para financiar as atividades de piscicultura ornamental;

VIII – contribuir para o desenvolvimento de parcerias para efetivar a capacitação profissional de técnicos, agricultores e trabalhadores, inclusive quanto aos aspectos gerenciais e de comercialização.

Art. 4º – As ações relacionadas à implementação do polo de que trata esta lei contarão com a participação de representantes dos produtores e das entidades públicas e privadas ligadas à produção e à comercialização dos peixes ornamentais.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2016.

Gilberto Abramo, presidente – Léo Portela, relator – Tiago Ulisses – João Vítor Xavier.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 2.929/2015

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.929/2015, de autoria do deputado Fábio Avelar Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova Serrana o imóvel que especifica, foi aprovado no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 2.929/2015**

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova Serrana o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Nova Serrana imóvel com área de 290,29m² (duzentos e noventa vírgula vinte e nove metros quadrados), constituído pelo segundo pavimento do prédio localizado na Praça Tito Pinto, 93, Centro, naquele município, registrado sob o nº 19.989, a fls. 241 do Livro 2-H-2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pitangui.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* destina-se à instalação da Policlínica Municipal José Batista de Freitas.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2016.

Gilberto Abramo, presidente – Léo Portela, relator – Tiago Ulisses – João Vítor Xavier.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 49/2016**Comissão de Redação**

O Projeto de Lei Complementar nº 49/2016, de autoria do presidente do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a transformação de cargos de Juiz de Direito em cargos de Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau, no âmbito da Justiça Comum Estadual e dá outras providências, foi aprovado no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno.

Vem agora o projeto a esta comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 49/2016

Dispõe sobre a transformação de cargos de Juiz de Direito em cargos de Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau, no âmbito da Justiça Comum Estadual, altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam transformados em cargos de Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau:

I – seis cargos de Juiz de Direito da Comarca de Belo Horizonte, ainda não providos, criados pelo inciso XIII do art. 51 da Lei Complementar nº 105, de 14 de agosto de 2008;

II – quatro cargos de Juiz de Direito da Comarca de Contagem, ainda não providos, criados pelo inciso XXX do art. 51 da Lei Complementar nº 105, de 2008.

Art. 2º – Fica acrescentado ao *caput* do art. 9º da Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, o seguinte inciso VIII:

“Art. 9º – (...)

VIII – Juízes de Direito Substitutos de Segundo Grau.”.



Art. 3º – Em decorrência da transformação de que trata o art. 1º e considerando as modificações introduzidas pelas Leis Complementares nº 85, de 28 de dezembro de 2005, nº 105, de 2008, e nº 135, de 27 de junho de 2014, os incisos I e III do *caput* do art. 10 da Lei Complementar nº 59, de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 – (...)

I – em Belo Horizonte, duzentos Juízes de Direito titulares de varas, sendo quarenta dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais; cinquenta e oito Juízes de Direito Auxiliares, com função de substituição e cooperação; e dez Juízes de Direito Substitutos de Segundo Grau;

(...)

III – em Contagem, trinta e nove Juízes de Direito, sendo quatro do Juizado Especial;”.

Art. 4º – Em decorrência do disposto no art. 1º, o número de Juízes de Entrância Especial das Comarcas de Belo Horizonte e de Contagem, previsto no item I.2.I do Anexo I da Lei Complementar nº 59, de 2001, passa a ser, respectivamente, de “268” e de “39”.

Art. 5º – Ficam acrescentados à Lei Complementar nº 59, de 2001, os seguintes arts. 46-B e 46-C:

“Art. 46-B – O Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau, dentre outras funções específicas, atuará na substituição de Desembargador e no auxílio à Justiça Comum Estadual de Segundo Grau, nos termos de regulamento do órgão competente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG.

§ 1º – Os cargos de Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau são classificados como de entrância especial e são lotados na Comarca de Belo Horizonte.

§ 2º – No Tribunal Pleno e no Órgão Especial não haverá substituição de Desembargador por Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau.

§ 3º – O Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau, durante a substituição, terá a mesma competência atribuída ao substituído, exceto quanto a matéria administrativa.

Art. 46-C – O provimento dos cargos de Juiz de Direito Substituto de Segundo Grau dar-se-á, exclusivamente, por remoção, observados alternadamente os critérios de antiguidade e de merecimento, dentre os Juízes de Direito de Entrância Especial, de acordo com o art. 93 da Constituição da República.”.

Art. 6º – O Capítulo XI do Título I do Livro II da Lei Complementar nº 59, de 2001, passa a denominar-se: “Da Substituição e do Auxílio no Tribunal de Justiça”.

Art. 7º – Fica acrescentado ao art. 179 da Lei Complementar nº 59, de 2001, o seguinte § 5º:

“Art. 179 – (...)

§ 5º – Além das hipóteses previstas no § 2º, a remoção poderá ser recusada por interesse público devidamente justificado.”.

Art. 8º – Fica criada a Comarca de Matipó.

§ 1º – Os Municípios de Matipó, Caputira e Santa Margarida ficam transferidos da Comarca de Abre-Campo para a comarca a que se refere o *caput*.

§ 2º – Em decorrência do disposto no *caput* e no § 1º, o item 2 do Anexo II da Lei Complementar nº 59, de 2001, passa a vigorar na forma do Anexo I desta lei complementar.

§ 3º – Em decorrência do disposto no *caput* e no § 1º, fica acrescentado o item 181 ao Anexo II da Lei Complementar nº 59, de 2001, na forma do Anexo II desta lei complementar, ficando renumerados os itens subsequentes.

Art. 9º – As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Poder Judiciário do Estado.



Art. 10 – A implementação do disposto nesta lei observará o previsto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 11 – Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de abril de 2016.

Gilberto Abramo, presidente – Léo Portela, relator – Tiago Ulisses – João Vítor Xavier.

ANEXO I

(a que se refere o § 2º do art. 8º da Lei nº ..., de ... de ...de 2016)

“ANEXO II

Relação das comarcas com os municípios que as integram

(a que se refere o § 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 59, de 2001, consolidado com as alterações promovidas pelos arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 105, de 2008)

(...)	
2 – Abre-Campo	Abre-Campo
	Pedra Bonita
	Sericita”

ANEXO II

(a que se refere o § 3º do art. 8º da Lei nº ..., de ... de ... de 2016)

“ANEXO II

Relação das comarcas com os municípios que as integram

(a que se refere o § 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 59, de 2001, consolidado com as alterações promovidas pelos arts. 52 e 53 da Lei Complementar nº 105, de 2008)

(...)	
181 – Matipó	Matipó
	Caputira
	Santa Margarida”

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.007/2015

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado Fábio Cherem aprovado na 24ª Reunião Ordinária de 10/11/2015, a proposição em epígrafe solicita seja encaminhado ao presidente da Rádio Inconfidência pedido de informações sobre a previsão contida no Decreto nº 40.404, de 11/6/1999, para esclarecer: qual o valor do imposto de renda devido nos trimestres dos anos de 2014 e 2015, para fins de cálculo da importância de 1%; qual o montante repassado nos anos de 2014 e 2015 para o Fundo da Infância e da Adolescência; qual o percentual do valor repassado, se houver, vinculado a projetos específicos, e qual o critério da escolha da destinação.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 20/11/2015, vem a proposição à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

Por meio da proposição em análise, solicita-se, nos termos regimentais, seja encaminhado ao presidente da Rádio Inconfidência pedido de informações sobre a previsão contida no Decreto nº 40.404, de 1999, que dispõe sobre contribuição para o Fundo para a Infância e a Adolescência – FIA – pelas sociedades de economia mista, empresas públicas e entidades de direito privado sob controle direto ou indireto do Estado, integrantes da administração indireta do Poder Executivo. O requerimento tem o intuito de obter esclarecimento sobre o valor do imposto de renda devido nos trimestres dos anos de 2014 e 2015, para fins de cálculo da importância de 1%; o montante repassado nos anos de 2014 e 2015 para o FIA; o percentual do valor repassado, se houver, vinculado a projetos específicos e o critério da escolha da destinação.

O art. 1º do Decreto nº 40.404, de 1999, estabelece a destinação mensal de 1% do imposto de renda devido pelas sociedades de economia mista, pelas empresas públicas e pelas entidades de direito privado sob controle direto ou indireto do Estado, integrantes da administração indireta do Poder Executivo para o FIA. Como a Rádio Inconfidência é uma empresa pública, integrante da administração indireta do Poder Executivo do Estado, deve destinar recursos para o referido fundo. Além disso, a Rádio Inconfidência, assim como os demais órgãos da administração pública, está sujeita ao controle exercido pelo Poder Legislativo sobre os atos daquele Poder.

De acordo com o art. 62, XXXI, da Carta Estadual, é competência do Poder Legislativo fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo e de sua administração indireta, sendo as informações solicitadas necessárias ao exercício dessa atribuição. Já o art. 74 da referida norma determina que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração indireta seja exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo. Dessa forma, a pretensão de se obter informação acerca da destinação dos recursos de uma entidade da administração indireta do Estado também encontra amparo no exercício dessa atribuição constitucional.

Com respeito à iniciativa do requerimento, ele está respaldado pelo art. 54, § 3º, da Constituição Estadual, que estabelece que a Assembleia Legislativa tem a prerrogativa de encaminhar, por meio de sua Mesa, pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta, e que sua recusa ou não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa importam em infração administrativa, sujeita a responsabilização. Consideramos, portanto, não haver óbices jurídicos ao encaminhamento da matéria.

Ressaltamos que as informações solicitadas pelo parlamentar não estão disponíveis nos armazéns de dados do Estado aos quais a Assembleia Legislativa de Minas Gerais tem acesso, ou nos *sites* oficiais, o que justifica o encaminhamento do pedido ao presidente da Rádio Inconfidência.

Pelas razões abordadas, entendemos ser pertinente o requerimento em apreço.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 3.007/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de abril de 2016.

Hely Tarquínio, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.113/2015

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em análise, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia requer ao presidente da Assembleia Legislativa seja encaminhado ao presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada



em Águas – Hidroex – pedido de informações sobre a existência de instrumentos legais, para a participação no Condomínio Temático das Águas, firmados com as seguintes instituições: UFMG, Ufla, UFV, UFTM, UFJF, UFU, UFVJM, Ufop, Unifal, Unifei, PUC Minas, Cefet-MG, Uemg, Unimontes, Uaitec, Embrapa, Agência Nacional de Águas, Cemig, Fapemig, CNPq, Epamig, Igam, Emater-MG, Copasa-MG, Fiemg, Green Cross International, Fundação Jacques Cousteau, Conselho Mundial da Água, Capes e Sebrae.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 26/11/2015, a proposição vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento visa obter esclarecimentos sobre a existência de instrumentos legais, para a participação no Condomínio Temático das Águas, firmados com as seguintes instituições: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, Universidade Federal de Lavras – Ufla –, Universidade Federal de Viçosa – UFV –, Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM –, Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF –, Universidade Federal de Uberlândia – UFU –, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM –, Universidade Federal de Ouro Preto – Ufop –, Universidade Federal de Alfenas – Unifal –, Universidade Federal de Itajubá – Unifei –, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas –, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Cefet-MG –, Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, Universidade Aberta e Integrada de Minas Gerais – Uaitec –, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa –, Agência Nacional de Águas – ANA –, Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq –, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig –, Instituto Mineiro de Gestão de Águas – Igam –, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG –, Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG –, Federação das Indústrias de Minas Gerais – Fiemg –, Green Cross International, Fundação Jacques Cousteau, Conselho Mundial da Água, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes – e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae.

Criada pela Lei nº 18.505, de 2009, a Hidroex é vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sectes – e desenvolve suas atividades em conjunto com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais. Sua finalidade é planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar programas e projetos de defesa e preservação do meio ambiente, relativos à gestão das águas e dos recursos hídricos, envolvendo a capacitação e o desenvolvimento de recursos humanos, a promoção de ações educativas, a construção de bancos de dados e a prestação de serviços de interesse público.

Quanto à competência e à iniciativa, a proposição em exame se fundamenta no inciso X do art. 49 da Constituição da República, que estabelece como competência do Poder Legislativo a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, bem como nos arts. 73 e 74 da Constituição do Estado, que atribuem ao Legislativo estadual o dever de fiscalizar o exercício da função administrativa do Estado. Já o § 3º do art. 54 da Carta Mineira autoriza a Mesa da Assembleia a encaminhar pedido de informação a autoridades estaduais, determinando que a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias, ou a prestação de informação falsa constituem infrações administrativas, sujeitas a responsabilização.

Quanto ao mérito, o conteúdo do requerimento se harmoniza com as atribuições de fiscalização e controle constitucionalmente delegadas ao Poder Legislativo, sendo o acesso às informações solicitadas de utilidade para a prestação de contas à sociedade quanto ao monitoramento da política pública de recursos hídricos e ao acompanhamento da execução orçamentária estadual.

Por essas razões, nosso entendimento é de que a proposição deve ser aprovada por esta Casa.



Conclusão

Diante do exposto opinamos pela aprovação do Requerimento nº 3.113/2015 na forma apresentada.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de abril de 2016.

Lafayette de Andrada, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.161/2015

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da Comissão de Participação Popular, a proposição em exame requer seja encaminhado ao diretor-geral do IEF pedido de informações sobre a situação das unidades de conservação estaduais quanto à qualidade da proteção ambiental e à gestão (pessoal disponível e efetividade na execução do plano de manejo), para melhor subsidiar as propostas e decisões de proteção e conservação das unidades já criadas, em especial para execução da Ação 4380 – Criação, Gestão e Implantação das Unidades de Conservação.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2015, a proposição vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Entre as sugestões acatadas por meio da Proposta de Ação Legislativa nº 58/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por membros da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, estava a de acréscimo de recursos financeiros (passando de R\$25.000.000,00 para R\$28.000.000,00) em 2016 na Ação 4380, destinada à Criação, Gestão e Implantação das Unidades de Conservação, além de inclusão do território Médio e Baixo Jequitinhonha.

Ao analisar a questão, a Comissão de Participação Popular argumentou que grande parte das unidades de conservação ainda não dispõem de adequados planos de manejo, conforme as diferentes categorias, quer de uso sustentável, quer de proteção integral. Nessa última categoria, há aquelas que necessitam de maiores cuidados por sua fragilidade e particularidades ambientais, bem como as que ainda contam com indefinição fundiária e até ocupação humana, além da falta de pessoal técnico e de recursos financeiros para a sua administração. Em resposta à sugestão apresentada, foi recomendado encaminhar ao IEF pedido de informações sobre a situação das unidades de conservação estaduais (qualidade da proteção ambiental) e a gestão (pessoal disponível e efetividade na execução do Plano de Manejo), para melhor subsidiar as propostas e decisões de proteção e conservação das unidades já criadas. Essa solicitação está atendida pela proposição em exame, que visa a subsidiar a ação parlamentar com informações mais atualizadas e específicas sobre a situação administrativa das unidades de conservação do Estado.

A proposição em exame encontra amparo legal com base nas disposições da Constituição do Estado, em especial em seu art. 73, que atribui ao Poder Legislativo a competência para o controle e fiscalização de atos da administração pública estadual, na salvaguarda dos interesses e direitos da sociedade, bem como no § 3º do art. 54, que autoriza a Mesa da Assembleia a encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta.

Entendemos que o requerimento atende às atribuições de fiscalização e controle constitucionalmente previstas para o Poder Legislativo e merece ser aprovado.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 3.161/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de abril de 2016.



Lafayette de Andrada, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.162/2015

Mesa da Assembleia

Relatório

De autoria da Comissão de Participação Popular, a proposição em exame requer seja encaminhado ao diretor-geral do IEF pedido de informações sobre o diagnóstico do passivo de regularização fundiária de unidades de conservação e o planejamento da regularização prevista para o quadriênio 2016-2019 no âmbito da Ação 4417 – Regularização Fundiária de Unidades de Conservação.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2015, a proposição vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorreu nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Entre as sugestões acatadas por meio da Proposta de Ação Legislativa nº 58/2015, elaborada por grupo de trabalho composto por membros da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg –, estava a de aumento dos valores das metas físicas e financeiras em quatro vezes todos os anos à Ação 4417, que dispõe sobre a Regularização Fundiária de Unidades de Conservação, incluindo também o território Médio e Baixo Jequitinhonha.

No parecer da Comissão de Participação sobre a matéria, considerou-se que o pedido de aumento dos valores das metas físicas e financeiras para a Regularização Fundiária de Unidades de Conservação tem sido recorrente no processo de revisão do PPAG. Embora recurso anual previsto tenha sido da ordem de R\$22.000.000,00, não se tinha uma informação exata do passivo total existente no Estado nem das correspondentes necessidades financeiras. Para atendimento da sugestão, optou-se pelo encaminhamento ao IEF de pedido de informações sobre o diagnóstico do passivo de regularização fundiária de UCs e o planejamento da regularização prevista para o quadriênio 2016-2019, motivo pelo qual foi apresentado o requerimento em análise.

A proposição em exame encontra amparo legal com base nas disposições da Constituição do Estado, em especial em seu art. 73, que atribui ao Poder Legislativo a competência para o controle e fiscalização de atos da administração pública estadual, na salvaguarda dos interesses e direitos da sociedade, bem como no § 3º do art. 54, que autoriza a Mesa da Assembleia a encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta.

Entendemos que o requerimento atende às atribuições de fiscalização e controle constitucionalmente previstas para o Poder Legislativo, e merece ser aprovado.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 3.162/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de abril de 2016.

Lafayette de Andrada, relator.

**PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.181/2015****Mesa da Assembleia****Relatório**

De autoria da Comissão Extraordinária das Barragens, a proposição em exame requer seja encaminhado ao diretor executivo da Epamig pedido de informações sobre as planilhas de receitas e custos da instituição, em que se explicita a necessidade de suplementação de seu financiamento.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2015, a proposição vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – é a principal instituição de execução de pesquisa agropecuária de Minas Gerais. Entre suas funções no âmbito da política agrícola, busca gerar e adaptar alternativas tecnológicas, oferecendo serviços especializados, capacitação técnica, insumos qualificados para as demandas da sociedade em geral.

Em mais de uma oportunidade, a Assembleia Legislativa tem recebido dirigentes da Epamig para discutir a situação da empresa e melhor conhecer as atividades por ela desenvolvidas, como na audiência pública da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, ocorrida no dia 12/8/2015. Na ocasião, ficou claro que a situação financeira da Epamig é crítica. Segundo palavras de seu próprio presidente, contabiliza-se para a empresa um déficit de R\$1.100.000,00. Ao longo dos anos, sua arrecadação teria diminuído, e as despesas teriam aumentado, chegando a R\$5.100.000,00 em 2015. Pelo fato de as contas não fecharem, foi necessária suplementação. Um dos maiores desafios da empresa é ter dotação orçamentária específica para garantir sua manutenção, sobretudo se se considera que todas as demais instituições de pesquisa do País recebem aporte de recursos do respectivo Tesouro Estadual para custeio e investimento.

Afirmou-se ainda, na reunião, que a agricultura tem sido o sustentáculo da balança comercial do Brasil e de Minas. Para o dirigente da empresa, grande parte do desenvolvimento da agricultura do Estado provém de tecnologia e pesquisa. Ele salientou que existem 28 unidades da Epamig distribuídas no Estado, com 365 projetos em execução atualmente. No exercício de suas funções, a empresa concedia até então 8 mil bolsas a estudantes. Diga-se, por oportuno, que tramita na ALMG a Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2015, que altera o percentual de recursos destinados ao financiamento de instituições de fomento à pesquisa agropecuária. O texto prevê que 10% dos recursos destinados à pesquisa no Estado (pela Constituição Estadual, 1% da receita corrente ordinária deve ser dirigida ao fomento à pesquisa) sejam utilizados para financiar a pesquisa agropecuária. São fatos como esse que evidenciam a necessidade de que o Parlamento Mineiro tenha um real conhecimento da situação dessa empresa, o que justifica o pedido de informações encaminhado pelo requerimento em exame.

A proposição encontra amparo legal nas disposições da Constituição do Estado, em especial em seu art. 73, que atribui ao Poder Legislativo a competência para o controle e fiscalização de atos da administração pública estadual, na salvaguarda dos interesses e direitos da sociedade, bem como no § 3º do art. 54, que autoriza a Mesa da Assembleia a encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta, e a outras autoridades estaduais

Entendemos que o requerimento atende às atribuições de fiscalização e controle constitucionalmente previstas para o Poder Legislativo, e merece ser aprovado.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 3.181/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de abril de 2016.

Lafayette de Andrada, relator.

**PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.279/2015****Mesa da Assembleia****Relatório**

De autoria da Comissão de Participação Popular, a proposição em exame requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a estrutura da secretaria e seu planejamento para realizar suas atividades de fiscalização.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 27/11/2015, a proposição vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame surgiu no processo de discussão participativa do Projeto de Lei nº 2.937/2015, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019, ocorrido nesta Casa entre os dias 26 de outubro e 5 de novembro de 2015. Entre as sugestões formuladas pelos participantes, que deram origem à Proposta de Ação Legislativa nº 62/2015, foram apresentadas as que solicitam acréscimo de recursos financeiros em cada ano para todos os territórios na Ação 4416 – Fiscalização Ambiental Integrada e na Ação 4422 – Fiscalização Ambiental Produtiva.

Tais ações integram o Programa 166 – Monitoramento, Controle e Fiscalização Ambiental, o qual, na ótica dos proponentes, foi escolhido devido ao fato de os recursos para ele previstos no PPAG serem suficientes apenas para manter as ações rotineiras de fiscalização. Para o grupo, o cenário atual, de crise hídrica e avanço do desmatamento, demonstra a necessidade de aprimoramento e intensificação das ações previstas no programa. Assim, o aporte de mais recursos ao programa (foram solicitados R\$6.000.000,00 em cada ano para a Fiscalização Ambiental Integrada – Ação 4416) visaria permitir a incorporação de ações estratégicas voltadas para a inibição das infrações ambientais, com a aquisição de equipamentos e ferramentas tecnológicas que subsidiariam as ações de fiscalização.

Após realizar estudo de viabilidade das sugestões, a Comissão de Participação Popular entendeu que a proposta deveria ser acolhida na forma de requerimentos com pedidos de informação e de providências à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad. Nesse sentido, a proposição em exame objetiva encaminhar o concernente pedido de informação, para que se tenha um conhecimento mais concreto da estrutura da secretaria e de seu planejamento para realizar as atividades de fiscalização.

A proposição encontra amparo legal com base nas disposições da Constituição do Estado, em especial em seu art. 73, que atribui ao Poder Legislativo a competência para o controle e fiscalização de atos da administração pública estadual, na salvaguarda dos interesses e direitos da sociedade, bem como no § 2º do art. 54, que autoriza a Mesa da Assembleia a encaminhar pedido de informação a secretário de Estado.

Entendemos que o requerimento atende às atribuições de fiscalização e controle constitucionalmente previstas para o Poder Legislativo e merece ser aprovado.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 3.279/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de abril de 2016.

Lafayette de Andrada, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.520/2015**Mesa da Assembleia****Relatório**

De autoria da Comissão de Administração Pública, atendendo a requerimento do deputado João Magalhães aprovado na 24ª reunião extraordinária, em 3/12/2015, a proposição em epígrafe solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações consubstanciadas em relatório dos contratos de construção, manutenção, reforma e adaptação de rodovias estaduais, bem como das rodovias federais que estejam sob sua jurisdição.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 11/12/2015, compete à Mesa da Assembleia a emissão de parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

Por meio da proposição em análise, solicita-se, nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral do DER-MG pedido de informações consubstanciadas em relatório dos contratos de construção, manutenção, reforma e adaptação de rodovias estaduais, bem como das rodovias federais que estejam sob sua jurisdição.

Infere-se do art. 2º da Constituição da República não apenas a independência funcional atribuída a cada um dos Poderes do Estado como também a interdependência entre eles, com o objetivo de instituir um sistema de freios e contrapesos, por meio do qual é estabelecido mecanismo de controle recíproco entre os Poderes, com o escopo de promover o equilíbrio constitucional, tornando-os harmônicos e inter-relacionados.

Nesse diapasão, foram instituídos mecanismos de controle entre os Poderes, dos quais se destacam aqueles que atribuem ao Parlamento, desde os primórdios de sua criação, a competência para fiscalizar atos do poder público, especialmente os do Poder Executivo, sob as formas, principalmente, de autorização, aprovação, apreciação e suspensão. O art. 49 da Constituição da República e o art. 62 da Constituição Mineira tratam das competências administrativas de natureza exclusiva e privativa do Legislativo, nas esferas correspondentes, relacionadas ao exercício do controle dos atos estatais.

No exercício do poder constituinte decorrente, o constituinte mineiro assegurou ao Poder Legislativo mecanismos de controle dos atos do poder público, atribuindo-lhe poder fiscalizatório, especialmente em relação aos atos de competência do Poder Executivo. Destaca-se, nesse ponto, o inciso XXXI do art. 62 da Constituição Estadual, que atribui à Assembleia Legislativa competência privativa para “fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

Como instrumento desse poder fiscalizatório, a Carta Política Mineira instituiu também a prestação de informações pessoalmente e o pedido escrito de informações. Com efeito, a prestação pessoal de informações, em consonância com o *caput* do art. 50 da Constituição da República, encontra-se regulada no *caput* do art. 54 da Carta Mineira, segundo o qual “a Assembleia Legislativa ou qualquer de suas comissões poderão convocar Secretário de Estado, dirigente de entidade da administração indireta ou titular de órgão diretamente subordinado ao Governador do Estado para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, sob pena de responsabilidade, no caso de ausência injustificada”. Além disso, o inciso IV do § 2º do art. 60 atribui às comissões parlamentares a competência para convocar as autoridades referidas no art. 54 ou outra autoridade estadual para prestar informação sobre assunto inerente às suas atribuições.

Por sua vez, os §§ 2º e 3º do art. 54 atribuem à Mesa da Assembleia a possibilidade de realização de pedido escrito de informações: o primeiro assegura a possibilidade de encaminhamento do pedido a secretário de Estado; o segundo prevê que a Mesa poderá encaminhar o pedido “a dirigente de entidade da administração indireta, ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais, e a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização”.



Dessa maneira, considerando que o pedido de informações é dirigido a dirigente de entidade da administração indireta, o requerimento em análise é compatível com o texto constitucional.

Conclusão

Ante o exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 3.520/2015.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de abril de 2016.

Lafayette de Andrada, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.687/2016

Mesa da Assembleia

Relatório

Por meio da proposição em análise, a Comissão Extraordinária das Águas requer seja encaminhado ao superintendente Regional de Regularização Ambiental em Diamantina – Supram Jequitinhonha – pedido de informações sobre as licenças ambientais em vigor, solicitadas e em tramitação, para pesquisa e exploração de ouro no leito e no entorno do Rio Araçuaí.

Publicada no *Diário do Legislativo* de 5/2/2016, vem a matéria à Mesa da Assembleia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A apresentação do requerimento foi feita por ocasião da audiência pública promovida pela Comissão Extraordinária das Águas, nesta Casa, em 10/12/2015, que teve por finalidade debater a grave crise hídrica nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Durante a reunião foi evidenciada preocupação com possíveis atividades de extração ilegal de ouro no Rio Araçuaí, tendo sido apresentado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí um vídeo que mostrava a situação crítica de assoreamento e de baixa vazão dos Rios Araçuaí e Jequitinhonha.

O Rio Araçuaí é o principal afluente do Rio Jequitinhonha, e estes são os principais cursos d’água perenes da região semiárida do Nordeste de Minas Gerais. Sua bacia hidrográfica banha 16.273km² de 25 municípios, com população estimada em 2013 de 311 mil habitantes. Dez desses municípios utilizam o Rio Araçuaí como manancial de abastecimento.

A região geográfica da bacia do Rio Araçuaí teve grande importância histórica nos tempos idos do garimpo de ouro e diamantes e atualmente é uma região que vem sofrendo, cada vez mais, o impacto das atividades humanas sobre seus recursos naturais.

Nesse sentido, as informações solicitadas são de fundamental importância, e a solicitação em tela está constitucionalmente amparada, uma vez que compete à Assembleia Legislativa fiscalizar a aplicação das políticas públicas e buscar a transparência e adequações nas questões que dizem respeito aos interesses da sociedade.

No que se refere à legitimidade da iniciativa, o pedido de informações do Poder Legislativo às autoridades estaduais integra o rol de ações de controle externo sobre as atividades da administração pública e é amparado constitucionalmente pelos arts. 54, § 3º, e 62, XXXI, da Constituição Estadual.

As informações solicitadas têm relevante interesse para a sociedade e compete ao Poder Legislativo solicitá-las, motivo pelo qual somos favoráveis à aprovação do requerimento.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 3.687/2016

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de abril de 2016.

Lafayette de Andrada, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.771/2016**Mesa da Assembleia****Relatório**

A proposição, de autoria do deputado Noraldino Júnior, solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento pedido de informações referentes ao cumprimento do Decreto nº 45.229, de 2009, que regulamenta medidas do poder público do Estado de Minas Gerais referentes ao combate às mudanças climáticas e à gestão de emissões de gases de efeito estufa e dá outras providências.

Publicada no *Diário do Legislativo* em 18/2/2016, vem a matéria a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O governador do Estado de Minas Gerais, regulamentando dispositivos da Lei nº 7.772, de 1980, e no enfrentamento das mudanças climáticas em curso, editou o decreto supracitado no ano de 2009, implementando medidas, no âmbito do setor público do Estado de Minas Gerais, para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Entre as medidas, estão incluídas aquelas relativas à frota de veículos oficiais ou a serviço do Estado, em especial a obrigatoriedade da compra de veículos com motorização *flex* – abastecidos a etanol ou gasolina – e da utilização do etanol, quando houver disponibilidade desse combustível na rede distribuidora local. Além de estarem contidas no Decreto nº 45.229, tais obrigatoriedades também constam no Decreto nº 45.463, de 2010, que dispõe sobre a política de aquisição e locação de bens e contratação de serviços da Família Frota de Veículos, cria o Comitê Executivo de Gestão Estratégica de Suprimentos da Família Frota de Veículos – Cegesfv –, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, e dá outras providências.

Segundo a Constituição Estadual – inciso II do §1º do art. 73 –, compete à Assembleia Legislativa o controle externo dos atos das unidades administrativas dos Poderes do Estado. Já o art. 54, § 2º, prevê que a Mesa da Assembleia pode encaminhar pedido escrito de informação a secretário de Estado, e que a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização.

O Regimento Interno desta Casa, conforme inciso III do art. 46, assegura ao deputado o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. Conforme alínea “c” do inciso VIII do art. 79, a Mesa da Assembleia somente admitirá o pedido quando o fato estiver relacionado com matéria legislativa em trâmite ou quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa.

Parece-nos claro, portanto, que arguir o secretário de Planejamento acerca do cumprimento pela administração estadual das normas citadas faz parte do papel de controle e fiscalização da Assembleia Legislativa tanto sobre aquele órgão quanto sobre a política pública estadual de meio ambiente, política essa de grande importância para a sociedade mineira desta e das futuras gerações.

Conclusão

Opinamos pela aprovação do Requerimento nº 3.771/2016.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de abril de 2016.

Lafayette de Andrada, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.778/2016**Mesa da Assembleia****Relatório**

Por meio da proposição em epígrafe, o deputado Noraldino Júnior solicita à Presidência da Assembleia seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre as rodovias que cortam cidades da Zona da Mata, especificando: a) quais e quantas rodovias foram danificadas pelas chuvas que ocorreram no final de janeiro de 2016; b) quais medidas estão sendo tomadas para a reparação das estradas danificadas; c) o que está sendo feito para que tais problemas não ocorram novamente quando houver um novo período de chuvas na região.

Após publicação no *Diário do Legislativo* de 18/2/2016, a matéria vem a este órgão colegiado para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

Por meio da proposição em análise, solicita-se, nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG – pedido de informações sobre as rodovias que cortam cidades da Zona da Mata, especificamente: quais e quantas rodovias foram danificadas pelas chuvas que ocorreram no final de janeiro de 2016; quais medidas estão sendo tomadas para a reparação das estradas danificadas; e o que está sendo feito para que tais problemas não ocorram novamente quando houver um novo período de chuvas na região.

Segundo a Constituição Estadual – inciso II do §1º do art. 73 –, compete à Assembleia Legislativa o controle externo dos atos das unidades administrativas dos Poderes do Estado. Já o art. 54, §§ 2º e 3º, prevê que a Mesa da Assembleia pode encaminhar pedido escrito de informação a secretário de Estado ou a dirigente de órgão da administração indireta, e que a recusa, o não atendimento no prazo de 30 dias ou a prestação de informação falsa implicam em responsabilização.

O Regimento Interno desta Casa, conforme inciso III do art. 46, assegura a deputado o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. Conforme alínea “c” do inciso VIII do art. 79, a Mesa da Assembleia somente admitirá o pedido quanto a fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa.

Entendemos ser clara a pertinência do pedido de informação sobre a condição das rodovias que cortam a Zona da Mata, uma vez que se trata da política pública estadual de transportes, muito importante para o Estado e sujeita a controle e fiscalização desta Casa.

Conclusão

Opinamos pela aprovação do Requerimento nº 3.778/2016.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de abril de 2016.

Lafayette de Andrada, relator.

PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 3.834/2016**Mesa da Assembleia****Relatório**

De autoria da deputada Ione Pinheiro, a proposição em epígrafe requer ao presidente da Assembleia Legislativa seja encaminhado ao secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de informação sobre a revogação da Licitação CO.085/2013, feita pelo Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – Deop-MG.



Publicada no *Diário do Legislativo* de 19/2/2016, foi a matéria encaminhada à Mesa, a fim de receber parecer, com fulcro no art. 233, XII, combinado com os arts. 234 e 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em tela tem por objetivo obter informação sobre a revogação da licitação destinada à construção do prédio da Escola Estadual Padre Pedro Thysen, no Município de Piedade dos Gerais.

A autora esclarece que essa escola é a mais importante da cidade, uma referência em termos de educação, com alto padrão de ensino e uma filosofia orientada pelos melhores valores éticos e morais. Não obstante, encontra-se em precárias condições de funcionamento, sem infraestrutura que possibilite aos alunos boa aprendizagem.

A Constituição do Estado, no Título III, Capítulo II, Seção I, Subseção VI – Da Fiscalização e dos Controles –, em especial nos arts. 73 e 74, estabelece: a sociedade tem direito a governo eficaz; os atos de entidades da administração indireta, nas quais se inclui o Deop-MG, sujeitar-se-ão a controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa; é direito da sociedade manter-se correta e oportunamente informada de ato de que tenha resultado ou possa resultar prestação de serviço público insuficiente, tardia ou inexistente; a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades da administração indireta é exercida pela Assembleia Legislativa e abrange a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade de ato.

A Constituição Mineira, no art. 54, § 3º, também estabelece que a Mesa da Assembleia poderá encaminhar pedido de informação a dirigente de entidade da administração indireta do Estado e que a recusa, ou o não atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização..

Ademais, o Regimento Interno, no art. 79, VIII, “c”, estatui que é admissível requerimento de informações às autoridades estaduais quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembleia Legislativa, como no caso em tela, qual seja a execução de obra pública.

Assim, a proposição configura o legítimo exercício da prerrogativa constitucional reservada à Assembleia Legislativa de exercer a fiscalização do Estado e atende aos pressupostos regimentais.

Finalmente, entendemos que as informações solicitadas são relevantes para a sociedade e que a proposição merece prosperar.

Não obstante, cumpre esclarecer que o Deop-MG é uma autarquia vinculada, e não subordinada, à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas. Tem autonomia administrativa e financeira e personalidade jurídica de direito público. Segundo Hely Lopes Meirelles, a vinculação é resultante do poder de supervisão do Executivo sobre a entidade vinculada e é exercida nos limites que a lei estabelece, sem retirar a autonomia do ente supervisionado, enquanto a subordinação é decorrente do poder hierárquico e admite todos os meios de controle do superior sobre o inferior. O Deop-MG abriu e revogou a referida licitação. Assim, entendemos que a ele, mais precisamente ao seu diretor-geral, deve ser dirigido o pedido de informação. Para tanto, propomos a Emenda nº 1, redigida na conclusão desta peça opinativa.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 3.834/2016 com a Emenda nº 1, a seguir redigida.

EMENDA Nº 1

Substitua-se a expressão “secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas” pela expressão “diretor-geral do Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – Deop-MG”.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 11 de abril de 2016.

Lafayette de Andrada, relator.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES****18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 5/4/2016**

O deputado Bonifácio Mourão* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, distinta assistência aqui construída principalmente pelo pessoal da área de educação, estamos aqui no pinga-fogo. Não é ainda momento de votação, então vamos abordar um assunto que, a nosso ver, Sr. Presidente, é de suma importância. Trata-se do Projeto nº 31, de 2015, da oposição desta Casa, que tem por objetivo sustar os efeitos do Decreto nº 48.859, de 1º/10/2015. Esse decreto do governador Pimentel, de forma dissimulada, está aumentando os impostos de cerca de cento e cinquenta produtos em Minas Gerais. Então, queremos mostrar que esse decreto é inconstitucional, porque, de forma dissimulada, de forma oblíqua, de forma indireta, está aumentando impostos, aumentando a alíquota de cerca de cento e cinquenta produtos diferentes, principalmente em matéria de higiene, construção civil e vários outros produtos.

Mas vamos mostrar aqui o seguinte: primeiro, em 1975, veio o nosso código tributário, deputado Dalmo Ribeiro Silva, que estabelece 18% como alíquota básica do ICMS em Minas Gerais; já em 2005, uma lei desta Assembleia – Lei nº 15.956 – autorizou o então governador Aécio Neves a baixar a alíquota que era de 18%, estabelecida no código tributário para o ICMS, para 12%. E o governador Aécio Neves, através do Decreto nº 44.206, baixou os impostos de 18% para 12%.

O que fez agora o governador em 2015? O que fez, deputado Luiz Humberto? O que fez o governador Pimentel? Aumentou os impostos de forma disfarçada. Por que ele aumentou de forma disfarçada? Porque, através do Decreto nº 48.859, de outubro de 2015, ele revogou o decreto do governador Aécio Neves. Ao revogar o decreto do governador Aécio Neves, ele fez subir todos os impostos de 12% para 18%. E até em alguns casos, como o de pasta dental, papel higiênico, absorvente e assim por diante, aumentou para 27%. Porque foram dois aumentos, um em 1º de janeiro, outro em 1º de abril. Até a data é insinuante, data da brincadeira da mentira. Mas, mesmo assim, aumentou. Repito, de forma disfarçada, de forma oblíqua, o governador Pimentel aumentou impostos em Minas Gerais em cerca de 150 produtos diferentes. E por que de forma disfarçada? Porque, em vez de mandar para esta Casa, para a Assembleia Legislativa, um projeto de lei que previsse esse aumento de impostos, ele revogou o decreto do governador Aécio Neves que baixava de 18% para 12%. Ao revogar, os impostos subiram para 18% e 27%. É uma forma disfarçada, uma forma oblíqua de levantar todos os impostos em Minas Gerais.

Chamo a atenção, deputado Dalmo Ribeiro Silva, porque precisamos ver que, enquanto Minas Gerais cobra 27% em produtos na área de higiene, por exemplo, pasta dental, como é o caso de Uberlândia – e aí está o deputado Luiz Humberto –, São Paulo cobra 12% e vende aqui em Minas. É claro que as empresas mineiras não têm condições de concorrer com as empresas paulistas. Isso é forma de estimular as empresas mineiras? Não, é forma de liquidá-las; é forma de levá-las a fechar as portas.

Mas pergunto outra coisa: enquanto o governador Pimentel, do PT, fala em aumentar salários, em reajustar salários dos servidores de um modo geral – e aqui estamos falando perante nobres servidores da área da educação –, enquanto há necessidade de se fazer isso, é preciso buscar arrecadação. E o governador Pimentel, em vez de buscar aumentar a arrecadação, está jogando-a para baixo. Porque, com esses aumentos absurdos de impostos, inúmeras empresas brasileiras e sobretudo mineiras estão fechando as portas.

Agora mesmo estou com dados da Fiemg que mostram que, só em um mês, 1.144 empresas fecharam as portas. Em Minas estamos perdendo cerca de nove mil empregos por mês. E o governador aumenta os impostos de forma inconstitucional, de forma irregular.

Vamos conceder aparte a V. Exa., deputado Dalmo Ribeiro. V. Exa., que é jurista, constitucionalista, sabe que a Constituição Mineira é clara em seu art. 62, incisos XXX e XXXIII, que dizem que é dever da Assembleia Legislativa de Minas



Gerais zelar pelas suas atribuições legais. Por aquilo que é da nossa atribuição temos de zelar. Não podemos deixar que invadam a nossa competência, como está fazendo, de forma disfarçada, o governador Pimentel. Temos também aquilo que foi invasão, que foi ilegal. Quando um decreto procura substituir, de forma agressiva, a lei, temos de sustar a vigência desse decreto. É isto que a oposição está procurando fazer: sustar a vigência de decreto inconstitucional que agride, inclusive, o art. 150, inciso I, da Constituição Federal. E agride mais: só pode decidir quanto a aumento ou diminuição de imposto, principalmente a aumento, o Confaz, isto é, a união de todos os estados brasileiros, através das suas secretarias da Fazenda. Isso está nos arts. 150 e 155, § 2º, II, “g”, da Constituição Federal, que estão sendo grosseiramente infringidos.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) – Muito obrigado, deputado Mourão. Estou ouvindo atentamente a sua lúcida manifestação quanto à carga tributária. Aliás, mais uma vez, um ato ofensivo a nossa Constituição. De forma abusiva, desrespeitosa e, principalmente, inconstitucional, faz com que isso, sem mais nem menos, traga os mais sérios prejuízos a todos os empresários do Estado de Minas Gerais, inviabilizando os seus negócios. Isso nos remete ao desemprego.

V. Exa. assinalou muito bem; já tivemos mais de mil e duzentas empresas fechadas por mês. Todos os dias, todas as horas, empresas dão baixa em suas atividades, empresas de longo tempo, em nosso Sul de Minas. Estou acompanhando isso muito de perto, o que está nos remetendo à desempregabilidade. Não encontramos, hoje, empresas sólidas por falta, exclusivamente, de olhar, de atenção do governo do Estado.

Esse anúncio, caríssimo deputado Mourão, já tínhamos certeza de que ia acontecer. Não havia outros recursos, e o governo procurou, acima de tudo, buscar do empresário, com aumento da carga tributária. E não somente isso: os empresários que pagavam a carga tributária dia 9 passaram a pagar dia 2, tendo mais prejuízos. Alegaram que precisariam de recursos para pagar os servidores do Estado. Nada temos. Vejam só quantas ofensas estão remetendo, num só momento, à classe laboriosa. Temos tantas e tantas indústrias, empresas pequenas e microempresas, que, hoje, lamentavelmente, estão fechadas. É só percorrer as lojas no centro e em todos os bairros de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, que verificamos que estão fechadas, falidas. É uma reflexão sincera que temos de fazer e cobrar. Parabéns!

O deputado Bonifácio Mourão* – Muito obrigado, deputado Dalmo Ribeiro, que, mais uma vez, mostra a triste realidade, em razão do aumento de impostos em Minas Gerais.

Não podemos, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, cruzar os braços, vendo mais de mil e duzentas empresas em Minas sendo fechadas por mês, mais de mil pessoas desempregadas por mês. Temos de reagir, temos de buscar uma forma de parar essa sangria em Minas Gerais. Não podemos, de jeito nenhum, deixar que isso continue a acontecer. Estamos aqui perante, volto a dizer, respeitáveis servidores públicos de Minas Gerais, que perderam seu emprego por causa de precipitação, e muitos outros que buscam o reajuste. Mas, para contratar, para reajustar, é preciso arrecadação.

O governo está levando as empresas a fechar suas portas. São mais de 1.200 por mês. Como o governo vai arrecadar? Estamos buscando uma forma de o governo arrecadar mais. Qual é a forma? A forma é acabar com esse aumento ilegal e absurdo de impostos através de decretos. Acabando com isso, as empresas vão reagir, as empresas vão contratar; haverá geração de emprego. Temos que, pelo menos, sugerir ao governador um planejamento melhor de suas ações. Não é simplesmente dizer “vamos aumentar os impostos”, como tem feito o governo federal. Esse sistema de ouvir o povo para aumentar os impostos vem da história, vem desde os tempos do João Sem-Terra, em 1200, na Inglaterra. Ouvia-se o povo para aumentar os impostos para saber se ele estava de acordo. E como se ouve o povo? Através de uma legislação adequada, e isso não está acontecendo nesta Casa.

Por isso, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, através dessa argumentação que estamos apresentando aqui, fundamentada na Constituição Estadual, art. 62, XXX e XXXIII; e na Constituição Federal, art. 150, I, e art. 155, § 2º, II, “g”, fundamentamos e pedimos a todos os deputados: vamos apoiar esse projeto da oposição, nº 31/2015, que está sustando os efeitos do Decreto nº 46.859, do Sr. Governador, que apronta grosseiramente com as Constituições Federal e Estadual. Muito obrigado, Sr. Presidente.



* – Sem revisão do orador.

O deputado Ulysses Gomes* – Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, queria cumprimentar todos os que nos acompanham pela TV Assembleia, todos os profissionais da educação e da justiça e todos os que nos acompanham na tarde de hoje. Sr. Presidente, vim a esta tribuna, queria pedir a atenção dos nobres deputados para compartilhar um problema que passamos no Sul de Minas nesta semana. De alguma forma, queria compartilhar esse desastre que estamos enfrentando lá e prestar conta à comunidade, em especial a comunidade da cidade de Bom Repouso e a cidade vizinha, que estão assustados com o que aconteceu na última terça-feira, à tarde. Depois de um final de semana de um pouco de chuva, na terça-feira, à tarde, mesmo sem estar chovendo, a cidade foi pega de surpresa com um deslizamento de terra e lama muito grande. O deputado Dalmo conhece o local e sabe disso.

Queria aproveitar a oportunidade, ao partilhar essa situação com a Casa, para prestar conta à comunidade da nossa região em relação às ações que estão sendo efetivadas, para que, de alguma forma, sabendo o que está acontecendo, as pessoas fiquem mais tranquilas e, conseqüentemente, as que tiverem oportunidade contribuam com esse andamento.

O relatório que compartilhamos com o governo apenas alerta sobre esse incidente. Às vezes alguém não teve ocasião de acompanhar o que aconteceu no Município de Bom Repouso só por fotos e vídeos. Neste final de semana, estive lá com o secretário de Governo, junto com o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar. É impressionante a quantidade de lama que desceu da cabeceira do morro afetando casas, terrenos e a MG que corta o município.

Sr. Presidente, uma equipe do núcleo emergencial do governo da área ambiental esteve no local representando o governo, para preparar os estudos. No lugar, especificamente na região chamada Bairro dos Araújo, zona rural de Bom Repouso, próximo à nascente do Rio Mogi-guaçu, houve, na verdade, escorregamento do solo a aproximadamente 2km da nascente do rio.

A lama foi represada no início da cidade em parte da Rodovia LMG-884 em razão desse escoamento. Pelas fotos de satélite e por sobrevoos, podemos ver a quantidade de lama que ali se formou. Houve danos a cinco residências, que foram derrubadas. Outras duas sofreram problemas em sua estrutura. Houve danos às plantações e à criação de animais, além de danos ambientais e assoreamento do rio.

O ocorrido já vai completar uma semana. Outras cidades da região, como Ouro Fino e Inconfidentes, estão percebendo lama no rio. Diante da quantidade de lama que se formou na estrada, que formou na verdade uma barreira, o DER achou por bem, depois de todo estudo feito junto à Secretaria de Meio Ambiente, abrir uma vala, cortando a estrada para que aquela lama, aquela água fosse escoando aos poucos. Conseqüentemente, o rio ficou sujo.

O que mais causou estranheza, Sr. Presidente, é que não foi propriamente a chuva que provocou isso. Parte foi conseqüência da chuva, mas os técnicos também estão avaliando que ali houve, com certeza, uma reação química do solo que quase provocou uma explosão na terra, levantando toda aquela lama e provocando essa tragédia naquele município, que é pequeno, que tem cerca de dez mil habitantes. A população da região faz uma comparação com o que viu na TV com relação à Mariana, obviamente numa proporção muito menor. Todavia, pela realidade local, pelo tamanho do município, pela dimensão do ocorrido, houve um prejuízo muito grande àquela cidade e à região, sobretudo considerando os impactos ambientais obviamente provocados.

Sr. Presidente, encaminhamos à Comissão de Meio Ambiente requerimento de audiência pública, para a qual chamaremos todos os envolvidos, como o DER, a Secretaria de Meio Ambiente, a Polícia Militar, que está acompanhando tudo, a fim de que a Assembleia, por meio dessa experiência acumulada pela comissão das barragens, vinculada a Mariana, possa contribuir para que os estudos técnicos e os encaminhamentos ali em Bom Repouso possam ser feitos de forma mais ágil e, conseqüentemente, possam ser minimizados os danos que aquela comunidade sofreu e vem sofrendo em razão desse desastre ambiental.



Infelizmente, a rodovia ainda está interditada. Muitas pessoas têm entrado em contato, sobretudo pelas redes sociais, para obter informações sobre isso. Enquanto essa lama não descer, ao ponto de os estudos comprovarem que a estrutura que permaneceu da estrada será compatível, teremos de esperar. Abaixo daquela estrutura, ainda há muitas casas, aliás há mais residências do que havia para cima. Consequentemente, o risco de outras famílias serem prejudicadas, agravando mais o problema, é maior. Ainda hoje temos 47 pessoas desabrigadas e 126 pessoas que foram afetadas em suas áreas, em suas casas. Pela dimensão da realidade local, a situação é preocupante.

Quero informar que todas as ações demandadas pela prefeitura junto ao governo do Estado foram atendidas com a parceria do Corpo de Bombeiros, que está lá, e com a parceria importante da Polícia Militar, que deixa no local uma guarnição durante o dia e à noite, para que possa ocorrer o escoamento da produção agrícola, sobretudo de batata e de morango da região. Está havendo um desvio de 9km a 12km, dependendo da opção de cada um. A polícia militar está acompanhando tudo isso. Um estudo técnico da Secretaria de Meio Ambiente está sendo feito *in loco* para que possa ser detectado o motivo e feito o estudo do impacto que essa lama possa vir a provocar naquela região, sobretudo no caso do rio que virou obviamente um lamaçal.

Quero compartilhar nesse sentido, Sr. Presidente, porque, como eu disse, sobretudo nas redes sociais, a população interage ainda mais conosco, e a prefeitura não está sendo diferente também. Há uma preocupação muito grande da liberação da estrada, da retomada das atividades na cidade, e quero, nesse aspecto, deixar claro que ainda não foi apresentado o relatório técnico das consequências disso. Por enquanto, todas as medidas relativas às famílias atingidas que estão sendo atendidas pela prefeitura local com o suporte da Defesa Civil estão sendo atendidas. Não há nenhuma família sem atendimento. Toda a comunidade de Bom Repouso pode ficar tranquila. Estivemos lá no sábado com o secretário de Governo Odair Cunha, com a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, acompanhando e visitando, junto com o prefeito. Comprovamos isso, todo o atendimento que está sendo feito. Qualquer intervenção na área será feita após o estudo que esse núcleo emergencial de meio ambiente fará em relação a essa lama, para ver qual o impacto que essa lama poderá provocar ao meio ambiente na região, sobretudo no rio.

Vi matérias da população preocupada em Inconfidentes, em Ouro Fino e outras cidades que são banhadas pelo Rio Mogi, que, consequentemente, estão vendo essa lama passar, mas, tão logo o estudo seja apresentado, queremos fazer esse debate aqui na Assembleia para contribuímos, que possamos procurar medidas e ações que venham a contribuir e minimizar esse sofrimento que momentaneamente a população de Bom Repouso está sofrendo.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) – Muito obrigado, deputado Ulisses. Somente gostaria de manifestar nossa séria preocupação pelo trágico acontecimento em Bom Repouso. Estamos atentos. Já apresentamos nossa solidariedade não somente à população, mas também aos municípios, na certeza de que buscaremos o encaminhamento através dessa audiência pública, ouvindo todos os técnicos, para que reine a paz e a tranquilidade de todos. Como V. Exa. manifestou, não somente Bom Repouso como também as cidades, particularmente as próximas ao nosso Rio Mogi, as questões ambientais nos preocupam a todos. Tenho certeza de que toda a população está unida buscando soluções para que reine a tranquilidade de todos. Minha solidariedade à nossa região e com sua fala, muito oportuna, neste momento.

O deputado Ulysses Gomes* – Muito obrigado, deputado Dalmo, grande parceiro nosso lá. Sem dúvida nenhuma, é o momento de darmos as mãos e nos unir. Acho que toda a comunidade regional em torno de Bom Repouso e, consequentemente, a própria cidade de Bom Repouso estão muito atentas, preocupadas e unidas para que possamos, nas intervenções possíveis, procurar atender, o mais rápido possível, essa comunidade que foi tragicamente atingida por essa lama, que caiu do topo do morro. No mais, registro mais uma vez nossa solidariedade com toda a população de Bom Repouso, na parceria que temos em toda a região. Vamos contar, com certeza, com esses órgãos, que são parceiros e que estão ajudando na região. Obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.



O deputado Gustavo Valadares* – Sr. Presidente, deputado Adalclever Lopes, deputadas, deputados, cidadãos mineiros, que nos acompanham das galerias, tomei um tempo para chegar até a tribuna porque fomos surpreendidos por uma nova modalidade prevista no Regimento – para mim é uma novidade –, que é essa opção apresentada pelo relator do veto de manter parte do veto e derrubar parte dele.

Como fomos surpreendidos, porque a decisão chegou agora – parece-me que o parecer acabou de chegar no Plenário –, o Pedro e o Sabino, assessores de nosso bloco, vão trazer aqui. Enquanto isso, vou tratando de outras questões. Quero entender como vamos fatiar esse veto.

Nós, do bloco de oposição, fomos pegos de surpresa quando do veto do governador a esse projeto. É um projeto simpático, que acho que vai ao encontro dos anseios da população. No momento em que a classe política, deputado Iran Barbosa, encontra-se, mais do que nunca, questionada, é de se lamentar o veto do governador, que não permite que se proíba a inauguração de obras públicas inacabadas. O que queria o legislador, no caso o deputado Inácio Franco, era que não se pudesse fazer inauguração de obras públicas sem que elas estivessem concluídas. Votamos todos da Assembleia pela aprovação do projeto, que foi, por unanimidade, encaminhado ao chefe do Executivo para que ele o sancionasse. Ele não só não o sancionou como o vetou. Qual o recado que ele trouxe? “Quero inaugurar obras inacabadas.” Agora, cerca de 2 minutos atrás, com a leitura do parecer do deputado Durval Ângelo, parece-me que a coisa é meio lá, meio cá, é um pé em cada canoa. Quero entender e, por isso, peço ao Pedro e ao Sabino para que tragam isso à tribuna, assim que conseguirem entender essa matemática que ainda não entendi, para eu passar às senhoras e aos senhores.

Mas estou aqui, como líder da minoria, com o objetivo de fazer alguns alertas. Veremos. Mas para dar a vocês um posicionamento referente ao que tem sido o posicionamento do nosso bloco na Assembleia Legislativa com relação a essas questões que estão na pauta de hoje. Até pediria ao deputado Antônio Jorge – você está novo ainda e está em pé – que me trouxesse uma cópia da pauta que está em Plenário. Temos na pauta hoje cinco vetos, e o primeiro deles é esse que trata da questão das obras públicas. Nós, do bloco de oposição, trabalharemos pela derrubada do veto. Somos favoráveis, deputado Paulo Lamac, e acredito que V. Exa. também, à proibição de inauguração de obras inacabadas.

Depois desse, vamos tratar da questão de um projeto do deputado Antônio Carlos Arantes que foi vetado – depois o deputado vai encaminhar o projeto – e que trata de uma doação de imóvel – coisa de praxe aqui na Assembleia – da Codemig para Arcos. A justificativa apresentada pelo governador será, com facilidade, derrubada pelo deputado Antônio Carlos Arantes. Votaremos também pela derrubada desse veto.

Em seguida, há um veto que trata da questão do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema. É interessante, porque existe um projeto que está, neste minuto, na pauta de uma comissão em que eu deveria estar agora, mas estou aqui na tribuna. Acabou de ter, não é, deputado Cabo Júlio? Há um projeto tramitando na Casa que trata exatamente da mesma coisa que traz o veto. O governador vetou uma modificação ao Sisema, mas encaminhou um projeto à Assembleia para trazer um projeto de lei de sua autoria idêntico ao veto. Questão de vaidade. Não, é o governador que quer fazer, a Assembleia não pode, é o governador que o faz.

Muitos aqui podem dizer que a Assembleia não tem competência, deputado Leandro Genaro, para tratar dessa questão. Isso não é verdade. O STF já disse que a Assembleia somente não pode emendar projetos encaminhados pelo Executivo quando se tratar de aumento de despesa, de criação de despesa, que não é o caso dessa emenda do Sisema. Não se trata de criação de despesa. Por essa razão é que não há necessidade de mantermos o veto para depois aprovarmos um projeto idêntico ao veto que vamos manter. Vamos também pela derrubada do veto.

Depois disso, há um outro veto que trata do PMDI. Isso é uma questão técnica. Votaremos por sua derrubada, mas é uma questão do PMDI, peça orçamentária que diz respeito ao planejamento do Estado pelos próximos 20 anos.

Em seguida, é um veto a um projeto de lei do deputado Sargento Rodrigues que trata da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado. Em solidariedade ao nosso colega de partido e de bloco, votaremos também pela sua derrubada.



Então, chegamos àquela fase que será a mais importante da reunião de hoje. Trataremos dos projetos que dizem respeito à educação no Estado. Aí, deputados Duarte Bechir, Bonifácio Mourão, demais deputados, fiquei na obrigação, fui indicado pelos nossos colegas de bloco para vir aqui rememorar um pouquinho, requentar um pouquinho a memória daqueles que acompanham a Assembleia há alguns anos. Vou começar pela questão dos servidores da Lei nº 100. É interessante que alguns que hoje chamam, convocam os deputados para estarem em Plenário para votação desse projeto que será benéfico aos servidores da Lei nº 100 não fizeram coro com nosso bloco quando defendemos, lá atrás, os interesses desses mesmos servidores.

Querem aparecer, deputado Tony Carlos, apenas agora. Não apareceram quando os servidores da Lei nº 100 precisavam, lá atrás. A Lei nº 100, que permitiu que mais de trinta mil servidores do Estado se aposentassem, foi questionada por uma parcela e até por alguns sindicatos. Não defenderam, não foram solidários aos servidores da educação, aos servidores da Lei nº 100. Não foram. Agora querem posar de defensores da Lei nº 100 e dos seus seguidores. Não foram. Enquanto nós, do bloco de oposição, na época, ainda situação, quisemos votar a famosa PEC nº 69, esse sindicato colocou-se contrário à aprovação dela. Depois disso, quando viramos o mandato...

Como esse assunto é muito importante e diz respeito aos servidores da Lei nº 100, não vejo problema e terei paciência de ficar na tribuna por quanto tempo precisar, para conversar com eles, para lembrá-los de quem eram os que estavam e que estão ao lado deles desde o início do problema, deputado João Vítor Xavier, não só agora. Postar mensagem nas mídias sociais com o problema resolvido é muito fácil, é a mesma coisa que jogar bola num time que já está ganhando de sete, oito a zero, como foi o caso do Atlético no sábado passado. Ele estava ganhando de sete a dois. Entrar com a goleada resolvida é muito fácil. Por que não entraram lá quando a bola estava sendo dividida no zero a zero? Por que é que não se mostraram solidários enquanto os servidores da Lei nº 100 precisavam, lá atrás? Por que não os defenderam quando o governador, no dia 31 de dezembro, mandou todos embora? Por que não foram defendê-los? Por que não estiveram solidários com esses servidores lá atrás?

Por que, quando a oposição apresentou emenda ao projeto de lei orçamentária, votado em dezembro do ano passado aqui – peça orçamentária que está em vigor e trata do exercício de 2015 –, por que, quando apresentamos uma emenda com teor idêntico a esse projeto que está para ser votado hoje, eles não foram favoráveis? Tratava-se de manter nos quadros do Ipsemg os servidores da Lei nº 100 que estavam com tratamento de saúde em andamento. É exatamente uma das coisas que vamos votar hoje, deputado Isauro Calais, sem tirar uma vírgula nem colocar um pingão diferente num “i”. Por que não foram solidários na época? Por que, junto com uma parcela da base do governo, votaram pela rejeição daquela emenda ao orçamento? Se tivessem aprovado nossa emenda do bloco de oposição em dezembro, as senhoras e os senhores da Lei nº 100, em especial, não estariam aflitos pela aprovação desse projeto no dia de hoje. Abram seus olhos, servidores da Lei nº 100 em especial, o governo trabalhou contra vocês durante meses nesta Casa, para não dizer anos. E agora quer posar de bom moço, como se fosse ele o responsável pela solução dos problemas. Não é, não é.

Aqui temos os deputados Alencar da Silveira Jr., Tito Torres, Antônio Carlos Arantes, Antônio Jorge, Dalmo Ribeiro Silva, João Vítor Xavier, Bonifácio Mourão, Sargento Rodrigues, Carlos Pimenta, este deputado, e nós votamos para resolver esse problema dos servidores da Lei nº 100 lá em dezembro, mas o governo trabalhou contra. O sindicato, na época, não deu uma palavra em respeito e solidariedade aos senhores e às senhoras. Não deu, e agora vai para a mídia social dizer que os deputados têm de estar em Plenário porque os servidores da Lei nº 100 estão desamparados. Estão desde dezembro porque vocês ajudaram a derrotar uma emenda do nosso bloco. Por essa razão estão desamparados.

Voltando à questão do veto em especial, deputado Bonifácio Mourão e deputados do nosso bloco, a proposta do relator, deputado Durval Ângelo, é derrubar o veto quando trata da vedação, da proibição de inauguração de obras públicas inacabadas. V. Exa. está votando para derrubar esta parte do veto, deputado Durval Ângelo?

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Eu não queria entrar nesse detalhamento. O projeto tem um erro conceitual nas palavras “inaugurar” e “funcionar”. Inauguração e funcionamento se confundem no texto. Expliquei ao deputado Bonifácio



Mourão um pouco disso. O governo vetou nesse sentido. O governo não quer inaugurar obra inacabada ou não, essa não é a polêmica, mas temos um problema concreto. Em função da confusão desses dois verbos, se terminar uma escola estadual e ficar faltando a quadra, pode-se entender que a quadra é equipamento imprescindível. Aí a escola não poderá entrar em funcionamento.

Se você terminar um hospital, mas não tiver um aparelho de raios-X, o hospital não poderá funcionar por causa da expressão “equipamento imprescindível”. Então, como os dois verbos “inaugurar” e “funcionar” não são precisos no projeto, ele, pretensamente para coibir a promoção pessoal, acaba prejudicando a população. Essa é a questão.

Quando preservo o art. 1º, ressaltando que vou encaminhar por sua manutenção, é porque ele proíbe a inauguração de obras públicas, mas não entra nessa polêmica de funcionar ou inaugurar. Foi por esse motivo que fiz isso. Minha visão aqui é o interesse público; não é nada de propaganda.

O deputado Gustavo Valadares* – Mas o interesse público, como os dois termos usados por V. Exa., pode ser subjetivo: o que pode interessar a uma parte do público pode não interessar à outra.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Então, se é subjetivo, não podemos fazer uma lei com subjetividade.

O deputado Gustavo Valadares* – É por isso que quero entender. A lei está muito clara para mim. A lei aprovada pela Assembleia é muito clara. O que não está claro é o parecer que foi apresentado por V. Exa. há 5 minutos.

Por isso, peço mais uma vez ao Sabino e ao Pedro que se debrucem sobre isso, pois não consegui entender a explicação do deputado Durval Ângelo. Não entendi. Quero entender o que ele está mantendo e o que está derrubando no veto. Se formos perder a validade ou, vamos dizer, o coração, a parte principal do projeto, não nos interessará concordar com o relator. Se acontecer isso, para nós, não será interessante concordar. Então, preciso que vocês estudem isso. (– Manifestação da galeria.)

As pessoas estão doentes, companheiro... Escute um minutinho, por favor. Eu o escutei; agora, você me escuta. Sabe por que estão doentes? Porque, em dezembro, o seu governo derrotou uma emenda que tratava disso. Então, agora, você me espera falar. Vou ficar aqui falando pelo tempo que quiser.

Um membro da galeria está me trazendo um argumento que é muito forte: há gente que está doente e está precisando da votação. São 15h8min. Garanto às senhoras e aos senhores que até as 18 ou 19 horas estará aprovado. A diferença será de 2 ou 3 horas, até porque, depois, o governador tem de sancionar a matéria.

Mas o mais interessante é que ele não quer enxergar que o governo que ele está defendendo aqui foi contra uma emenda que tratava disso lá atrás, em dezembro; que agora era para ele estar em casa, sem precisar se preocupar com isso, mas o seu governo e o seu sindicato trabalharam para derrubar essa emenda. O senhor sabia disso? Não sabia. É engraçado, não é? Lá em dezembro, eles trabalharam para derrubar uma emenda da oposição que atendia aos doentes da Lei nº 100, que podiam estar em tratamento desde dezembro e não teriam ficado desamparados em janeiro, fevereiro, março e abril. Mas ele não enxerga isso; ele não quer enxergar isso. Minha gente, os servidores da Lei nº 100, em especial: abram os olhos. Abram os olhos: aqueles que hoje querem a aprovação do projeto ontem eram contra uma emenda que tratava disso.

Abram os olhos para ver quem estava ao lado de vocês durante todo esse tempo. Não foi o sindicato, não foram os deputados da base do governo aqui dentro. Não foram, porque estes votaram para derrubar uma emenda da oposição.

Há um projeto de lei orçamentária que foi votado em meados de dezembro, antes que esses 60 mil, 50 mil servidores tivessem sido mandados embora do governo pelo governador Pimentel. Passem a enxergar, você vai ver, você vai fazer coro. Passem a enxergar. Eu vou voltar.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Estamos discutindo o veto da proibição de inaugurar obras inacabadas. Quero trazer ao conhecimento de todos que oposição e situação fizeram um acordo para votar hoje os projetos da educação e do Sisema.

Acho bom que todos que estão nas galerias saibam que haverá duas reuniões: esta, das 14 horas, e a das 18 horas. Votação de veto é difícil mesmo, é complicado, exige quórum especializado. Está acordado que vamos terminar a noite aqui com a grande festa da educação.

Talvez o que esteja gerando polêmica é que o líder da oposição, do bloco da Minoria, está abordando outros projetos da pauta fora da hora. Portanto, a gente gostaria de pedir a todos muita paciência porque o acordo é de votar a favor e, na quinta-feira, pela manhã, já votarmos o 2º turno e a redação final.

É bom que na democracia todos possam se manifestar, mas vamos ouvir o parlamentar, que ele está acordado num conjunto da obra, num conjunto do voto favorável à educação.

Porém eu gostaria de falar, parlamentar, sobre a lei do Ipsemg. Há um problema grave, o vício de iniciativa. A Assembleia não pode legislar sobre matéria de cunho financeiro, que cria despesa. Então a emenda da oposição que tratava do Ipsemg não poderia ser apreciada, senão estaríamos discutindo aqui a mesma polêmica que estamos discutindo desse veto, o vício de iniciativa.

Então acho, o caminho correto, aí, sim, era que governador Alberto Pinto Coelho mandasse um projeto de lei no final do ano passado protegendo no Ipsemg as pessoas da Lei 100, especialmente os adoecidos. Isso é iniciativa do Executivo. Agora, o atual governador cumpriu seu papel. Ele pode fazer despesa. Ele mandou. Então não é questão de dizer que a oposição, em dezembro, que hoje é governo, foi perversa, foi ruim, foi negativa. Não adianta vitória para cair depois na Justiça. Os servidores da Lei 100 já viram, foi 11 a 0 no Supremo.

Respeito muito V. Exa. Reconheço que temos um acordo para todo mundo votar. O Alencarzinho sabe e veio do Marrocos para votar. Ele estava lá com o América e veio aqui para votar. Todo mundo vai votar. Então é bom que o Plenário tenha um pouquinho de paciência, que veto é complicado mesmo; é amassar barro. Portanto, peço paciência ao Plenário para tal. É importante ouvirmos os argumentos, mesmo que a gente discorde.

O deputado Gustavo Valadares* – Do fundo do meu coração, vou pedir um minutinho para responder ao deputado Durval Ângelo, porque ele está um pouco desinformado. Tenho certeza de que não é má-fé, é desinformação.

Deputado Durval Ângelo, peça orçamentária, quando é analisada e aperfeiçoada pela Assembleia Legislativa, pode receber emenda, que não sofre esse tipo de questionamento de competência. Inclusive, apontamos a fonte de onde sairia o recurso para poder bancar a continuidade do tratamento dos servidores da Lei nº 100, que estavam em tratamento pelo Ipsemg. Não há questionamento na peça orçamentária de emendas de parlamentares que tratam desse tipo de questão, do contrário a Assembleia não poderia fazer emenda alguma a projeto de lei orçamentária. Nós, o conjunto dos 77 deputados – Noraldino está até ali –, apresentamos todos os anos emendas ao projeto de lei orçamentária. Inclusive, aquelas que fazem com que verbas, investimentos cheguem aos 853 municípios do Estado. No entanto, não somos questionados, não há questionamento. Ora, a peça orçamentária é encaminhada à Assembleia para que possamos aperfeiçoá-la, e essa era uma matéria que faria isso.

Mostramos de onde tiraríamos o dinheiro para gastar com os servidores da Lei nº 100, que ficariam desamparados ao final do mês de dezembro: era da cota de publicidade deste governo, que só gasta com propaganda. Não há indício de iniciativa de apresentação de emenda de parlamentar à peça orçamentária. Então, o argumento do líder de governo, neste caso, não vale, mais uma vez, aos servidores da Lei nº 100, àqueles que hoje querem aprovação com rapidez, com presteza, alegando que há gente doente e desamparada. Eles não pensaram nisso em dezembro, quando nós, do bloco de oposição, apresentamos uma emenda que tratava dessa questão.

Minhas senhoras e meus senhores, é preciso deixar a emoção de lado e nos concentrar na razão. O momento agora é de analisar o que é melhor: que estivessem já contemplados desde dezembro, quando fossem mandados embora – e realmente foram em 31 de dezembro – ou que a aprovação se desse agora, em meados do mês de abril. Na verdade, hoje vamos aprovar o 1º turno. Saiba aquele cidadão que está preocupado e quer celeridade na aprovação que hoje aprovaremos



apenas em 1º turno. Se este deputado descer desta tribuna agora e falar que vamos votar, não vai resolver o problema, teremos um 2º turno. O Regimento da Casa diz que precisamos respeitar prazos. Então, esses que estão desamparados, os servidores da Lei nº 100, em especial, não devem acreditar naqueles que hoje querem defendê-los, porque há meses estavam contra. Quando nós, do bloco de oposição, quisemos aprovar uma proposta de emenda à constituição, trazendo de volta ao corpo do Estado o conjunto de mais de cinquenta mil servidores, a famosa PEC nº 3, que ainda está tramitando na Assembleia, esse sindicato foi contra, os deputados do governo foram contra. Não se deixem levar por um discurso no dia de boas notícias. Analisem todo o processo, analisem o último ano, procurem saber quem aqui estive para defendê-los, que aqui subiu para defender a tramitação da PEC nº 3.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* – Vou ser muito breve, deputado Gustavo Valadares. Primeiro, quero reconhecer as palavras do deputado Durval Ângelo no que diz respeito à necessidade da ação coletiva nesta Casa. Isso passa muito pelo deputado Durval Ângelo, por V. Exa., como líder da oposição, e pelo presidente da Casa, deputado Adalclever Lopes. Algumas pessoas querem tomar iniciativas individuais e oportunistas na Casa. Ora, esta é uma Casa do diálogo, do consenso, onde é necessário o diálogo entre todos.

Na semana passada havia gente achando que votava tudo sozinho, querendo iludir, quando se sabia que não era possível votar porque não havia condições necessárias para votação com as bancadas do PMDB, do PSDB, do PDT e do próprio PT, que não se fazia presente em sua maioria na Casa.

Eu coloquei no ar, nas minhas redes sociais, um vídeo gravado na terça-feira da Semana Santa, em que havia no máximo 15 deputados de diferentes partidos na Casa. Não estava aqui, em sua totalidade, a bancada do PT; não estavam aqui, em sua totalidade, as bancadas do PSDB, do PDT, do PMDB, do PSD, de nenhum partido. Mas há muito oportunista que gosta de jogar para a galera e quer iludir as pessoas. Foi construído o consenso graças ao diálogo do deputado Durval Ângelo, como líder de governo; do deputado Gustavo, como líder da oposição; do deputado Agostinho, como líder do bloco independente; e do presidente da Casa, deputado Adalclever Lopes, que tem conduzido muito bem os trabalhos na Casa, de maneira dialogada e colegiada.

Para encerrar minha fala, deputado Gustavo, eu gostaria apenas de discordar num pequeno ponto do que diz o deputado Durval Ângelo. A Lei nº 100 teve importância, sim. Daqueles 30 mil servidores que se aposentaram, alguns vinham desde Francelino Pereira, alguns desde Hélio Garcia, alguns desde um governo dos anos 1980. Para essas pessoas a Lei nº 100 foi muito importante, mudou sua vida. E eu quero aqui reforçar, deputado Gustavo, o que já tenho dito de maneira muito enfática: é muito importante que se resolva a questão dos profissionais que vinham trabalhando e que agora não estão passando na perícia. Quem já estava trabalhando ou tem de ser aposentado se não tiver condição física de continuar, ou tem de ser ato contínuo a sua permanência no governo. Porque essas pessoas que vinham trabalhando não podem, de maneira alguma, ser tiradas de um ofício que já vinham exercendo.

V. Exa. acabou de engasgar. Sou radialista, dia ou outro fico com a garganta fadigada, e é essa a dificuldade que o profissional da educação tem. É inaceitável que um professor, que até há dois meses estava dando aula, tenha de passar por uma nova perícia para fazer o que já vinha fazendo. Isso é inaceitável e tem de ser ponto fundamental na aprovação desse projeto. Muito obrigado pelo aparte, deputado.

O deputado Gustavo Valadares* – Eu é que lhe agradeço por engrandecer este pronunciamento.

Então acho que ficou clara a questão da Lei nº 100 – quem eram e são os defensores dos servidores da Lei nº 100 e quem são aqueles que, depois do jogo como o do Atlético, depois do sete a dois, querem entrar no time que está ganhando.

Quanto à questão do reajuste do piso nacional, dos 11,36%, dois pontos são importantes. O nosso bloco votará pela aprovação. Uma já gritou ali: “Então desça daí e me ajude”. Só que é importante colocar o seguinte: esse reajuste foi concedido em meados para o fim de janeiro, e estamos em abril. O governo podia ter encaminhado esse projeto aqui antes mesmo da volta dos trabalhos, em 1º de fevereiro; não encaminhou. O governo poderia ter encaminhado esse projeto logo



após o Carnaval; não encaminhou. O governo poderia ter encaminhado esse projeto antes do início do mês de março; não encaminhou. Demorou, demorou, demorou. E agora vêm alguns com *posts* nas redes sociais para dizer que o atraso é culpa nossa? O atraso é culpa da Assembleia Legislativa? Está tudo errado. A Assembleia cumpre o seu papel.

A Assembleia trabalha nas comissões com os projetos para aperfeiçoá-los na apresentação de emendas, verificando, inclusive, o que é de praxe desse governo, erros ortográficos, erros de gramática em projetos encaminhados pelo Executivo à Casa, de pessoas que não conhecem o português, não conhecem os princípios que regem a redação de um projeto de lei para se encaminhar à Casa Legislativa. Até para isso temos trabalhado aqui, para corrigir o português de projetos que vêm com erros gramaticais do Executivo para a Assembleia. Trabalhamos, ao longo das últimas semanas, para aperfeiçoar esse projeto – o deputado Geraldo Pimenta sabe disso –, deputados da oposição e deputados da situação, corrigindo erros de português, erros gramaticais, coisa que é de praxe desse governo, que encaminha tudo errado à Assembleia. E a culpa do atraso é da Assembleia... Não foi do governo que não encaminhou o projeto em janeiro, não encaminhou em fevereiro, não encaminhou em março...

Estou fazendo a minha parte. Não tenho de fazer diferente, diferente tinha de fazer o governador, que deveria ter encaminhado o projeto em janeiro. O meu papel aqui é fazer o que estou fazendo. O senhor e a senhora me pagam para estar aqui fazendo isso.

Estou resolvendo. Estou aqui trabalhando, não estou aqui brincando. Não estou aqui à toa, estou aqui trabalhando. Estou cumprindo o meu papel. Não estou, deputado Leandro? Essa é minha obrigação. Fui eleito. Fui eleito para ser oposição a esse governo. Graças a Deus, de mãos limpas, oposição a esse governo. Posso dizer, em especial, aos servidores: sou oposição a um governo que, depois de 12 anos, conseguiu atrasar e parcelar o salário das senhoras e dos senhores. Sou oposição a esse governo, sou oposição ao governo que está envolvido em diversas denúncias de corrupção, sou oposição a um governo que não investiu 1/4 do que foi investido, durante os últimos 12 anos, nas escolas estaduais do nosso estado. Sou oposição a esse governo. Fui eleito para isso.

Meu Deus! Estamos aqui discutindo a realidade. Vejam quem são aqueles que se dizem defensores da educação. Estou aqui discutindo a educação, estou aqui discutindo a situação dos servidores públicos estaduais, estou aqui discutindo a situação de um governo estadual que não investe em educação, que não investiu no imobiliário, nas escolas, que não fez investimento em reforma e ampliação das escolas estaduais. Aí começam a vir com um assunto de que não vai haver golpe. Quem tratou de golpe aqui? Quem tratou dessa questão aqui? São esses, deputado Carlos Pimenta, os que se dizem defensores da educação? Estão bem treinados, estão muito bem treinados. Se vocês querem discutir o golpe, então vamos; não vamos discutir a educação nada – não é? Não vamos discutir interesse de Lei nº 100 nada, não vamos discutir melhorias na saúde nada. Não quero discutir melhorias nas estradas do meu Estado nada. Quero dizer o seguinte: não vai haver golpe. A que ponto chegamos, deputado Mourão, a que ponto chegamos!

Senhoras e senhores professores do nosso estado, prestem bem atenção: estou aqui tratando de interesses do meu estado, estou aqui tratando de investimentos no meu estado, estou aqui tratando de respeito aos servidores do meu estado, estou aqui tratando de parcelamento e atraso de salário dos servidores do meu estado, e vocês estão falando de golpe?

Vocês estão falando de golpe? A senhora está falando de helicóptero? É esse o assunto? Vocês querem tratar de helicóptero? Vocês querem tratar de golpe? Vocês não querem tratar de educação, vocês não querem tratar de proibição de inauguração de obras públicas inacabadas. Isso para vocês não interessa, isso não vale nada.

Isso não interessa aos mineiros. Senhoras e senhores professores e aqueles que estão em casa ou nas escolas nos ouvindo numa hora dessas, prestem atenção naqueles que aqui estão com o objetivo de defendê-los. Gritem aí: “Não vai ter golpe! Não vai ter golpe! Não vamos discutir saúde! Não vamos discutir educação! Não vamos discutir infraestrutura!”. É isso mesmo? É isso mesmo? Não estou entendendo. Olhem aí: “Golpistas! Não passarão. Golpistas! Golpistas!” É isso aí?



Eu tratei, deputado Bosco, de golpe aqui? Falei alguma coisa de golpe? Falei de *impeachment* aqui? Tratei disso? Deputado Dilzon Melo, eu falei disso aqui? Eu tratei do meu estado. Eu tratei da educação do meu estado. Eu tratei da saúde do meu estado. É isso aí, deputado Cabo Júlio?

O deputado Dilzon Melo (em aparte) – Deputado, o golpe já foi dado, com a roubalheira que fizeram neste país. O golpe já foi dado na Petrobras, já foi dado nos planos de saúde. O golpe já foi dado no BNDES. O golpe já foi dado no povo brasileiro, que está sem emprego, que está nas filas de hospitais morrendo à míngua. O golpe já foi dado por esse partido que fez o maior roubo na história mundial. Não é só neste país, não. O povo ainda não está sentindo na pele, porque ainda deve estar cortando a gordura, mas está pagando o preço do desemprego, o preço da falta de Fies para colocar os filhos em faculdades. Eles estão pagando o preço, principalmente na área de saúde, com muitos morrendo nas filas. Esse é o golpe de que estão falando.

Entendo, deputado, que é um golpe mantido pelos sindicatos, pois estão aí certamente com o pão com salame que os sindicatos estão pagando. É muito fácil falar em golpe. Eu quero ver é o resultado nas empresas, naqueles que geram emprego e renda. Eu quero ver é isso. Então é bom que esse povo comece a especificar o que é golpe e principalmente a refletir sobre isso, porque o golpe já foi dado com este governo corrupto que foi eleito neste país.

O deputado Gustavo Valadares* – Deputado Dilzon, muito obrigado pelo aparte. Presidente, para encerrar, porque o deputado Sargento Rodrigues ainda vai fazer a sua discussão, quero dizer que nós, do bloco de oposição, estaremos aqui prontos para votar pela educação. Continuaremos aqui ao longo dos próximos três anos para discutir educação, saúde, segurança, infraestrutura, bem-estar e políticas sociais do nosso estado.

No dia 17 de dezembro, domingo, uma votação importante estará acontecendo no Brasil. Lá vou discutir se é golpe ou se não é golpe? Aqui estou cumprindo o meu papel. Para discutir o meu estado, para discutir as políticas que dizem respeito ao meu estado, no qual fui eleito para representar a população, contem comigo. Para algo mais, não precisem contar. E aqueles poucos que estão de costas para o meu pronunciamento, vocês não estão de costas para mim, mas para os seus colegas de educação, que precisam do meu pronunciamento para defender os interesses deles. Muito obrigado a todos.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, presidente. Quero agradecer a presença de todos os deputados e deputadas. Cumprimento o público que nos acompanha nas galerias, os sindicatos e, principalmente, Sr. Presidente, os trabalhadores em educação que aqui vieram acompanhar a votação. Antes mesmo, Sr. Presidente, de receber aqui qualquer cobrança um pouco mais contundente das galerias, gostaria de dizer que eles estão certos de se mobilizarem, de comparecerem e exercerem o que chamamos de pressão democrática. Esse é um tipo de exercício de cidadania de que nenhum cidadão pode abrir mão. Nenhum cidadão pode abrir mão de vir aqui e se manifestar livremente. Esse é o exercício da democracia.

Obviamente o que não é exercício da democracia são os ataques e a falta de respeito não só contra os oradores, mas também contra os demais deputados que estão acompanhando os pronunciamentos. Exercitar a democracia faz parte da luta de classe e da luta sindical. Eu particularmente acompanho luta de classe há muito tempo. Sou fruto de luta de classe. Aqui cheguei exatamente por liderar processo de greve dos profissionais da segurança pública, junto a outras lideranças.

Quero, presidente, ao iniciar a discussão do veto à Proposição de Lei nº 22.827, que proíbe a inauguração e a entrega de obra pública sem que ela esteja devidamente acabada, manifestar ao deputado Inácio Franco, autor da lei que teve aqui uma acolhida enorme por todos nós, que sou favorável à derrubada do veto. Esse é o tipo de projeto de lei que o próprio governador deveria ter sancionado imediatamente.

Porque governo, seja ele qual for, quando é sério, responsável, transparente e tem como objetivo o bem-estar da coletividade, não apenas na retórica do palanque eleitoral, mas no exercício da administração pública, deveria sancionar. Portanto, vários deputados desta Casa, inclusive da base de governo, deveriam pensar igual a este deputado: devemos

derrubar o veto do governador, e, certamente, o presidente desta Casa deverá promulgar essa lei, que é boa, para que não haja inauguração de nenhum tipo de obra sem que ela esteja devidamente acabada, até porque deveríamos acabar com aquela embromação, enrolação e falsas promessas de um determinado governo – e não estou falando de nenhum partido, no plano municipal, estadual ou federal – que inicie uma obra e não a conclua.

Portanto, será uma lei, deputado Bonifácio Mourão, muito bem-vinda, quando derrubarmos o veto, e aquele deputado, mesmo da base de governo, deverá refletir sobre essa matéria e entender que, realmente, é um veto que não deveria ter ocorrido. Eu quero, presidente, dizer o seguinte: fico muito à vontade, porque, por diversas vezes, acompanhei as votações. Já estou no 18º ano de mandato, no 5º mandato consecutivo. No mandato passado, se não estou equivocado, em 2010 ou 2011, quando o governo anterior mandou para esta Casa o projeto de lei, transformando o vencimento dos trabalhadores da educação em subsídio, votei contra, e olha que não foi por falta de pressão do governo anterior para que eu votasse a favor da modalidade subsídio. Votei contra, por quê? Porque entendo que a modalidade subsídio acaba trazendo um enorme prejuízo para todo o conjunto do funcionalismo público, não só da educação, mas também de qualquer outra área. O prejuízo será certo. Portanto, a decisão de transformar subsídio e de retornar ao piso salarial é uma decisão acertada.

Quero, presidente, aproveitar que estamos tendo a compreensão e o silêncio para esclarecer que, por mais que um membro de um sindicato, seja da CUT ou do Sind-UTE, venha aqui vaiar um deputado em Plenário, eu não conheço – e há deputados aqui que são meus adversários, com quem já tive atritos – nenhum deputado que vá votar contra o projeto. Todos os deputados que aqui se encontram vão votar favoravelmente ao projeto. E é bom que vocês, que estão nas galerias, saibam disso. Vocês precisam saber disso. Falo assim porque foram dezenas de vezes, deputada Celise, que eu trouxe aqui os policiais, bombeiros, policiais civis, agentes penitenciários e várias categorias de servidores para também se manifestar. Pedi para votarem e pressionarem, mas nunca, em hipótese alguma fomentei qualquer tipo de manifestante da sociedade civil organizada, de sindicatos ou de associações, para que proferisse qualquer agressão, verbal ou não, a algum membro do Parlamento. Por quê? Porque, Celise, isso funciona da seguinte maneira: hoje, se eu colocar alguém para vaiá-la, criticá-la e xingá-la, amanhã, precisarei de você para a votação de outro projeto, para o qual, às vezes, o interesse ainda vai ser muito maior. Então é necessário fazer essa reflexão. Falo isso absolutamente desprendido de qualquer vaidade. Os que são servidores da educação são trabalhadores, pessoas honradas, que merecem nosso respeito, nossa compreensão, e, acima de tudo, merecem nossa ação política, que é estar no Plenário e votar as matérias.

É por isso que, quando vocês conseguem fazer silêncio e nos ouvir, nós também conseguimos transmitir uma posição tranquila, serena, sem maquiagem, sem cortes, sem rodeios. Deputado Bonifácio Mourão, deputada Celise, não deixarei de enumerar alguns pontos relativos ao que o próprio PMDB tem sofrido na sua própria bancada. Infelizmente, a votação dos projetos, especialmente o dos professores, foi mal conduzida. Disseram: “Ah, vou mandar a lista dos deputados que não estavam em Plenário para que sejam cobrados pela categoria lá na base”. Só que houve irresponsabilidade ao encaminharem a lista. Presidente, cito diversos deputados que não estavam aqui na quarta ou quinta-feira da semana passada porque viajavam pela Comissão de Segurança Pública a Caetanópolis: este deputado, os deputados João Leite, Dilzon Melo – ele está aqui? –, Anselmo José Domingos – ele está aqui? Deve estar na antessala aguardando o término das falas – e Léo Portela. Estávamos dentro de uma escola, com mais de 300 alunos, o corpo docente, a diretoria, os prefeitos de Caetanópolis, Paraopeba, Araçuaí e Cordisburgo, além de representantes das Polícias Militar e Civil e do Ministério Público, realizando debate sobre o aumento dos índices de criminalidade e violência, a pedido da população. Pergunto ao deputado Douglas: havia como V. Exa. ser onipresente, estar lá em Caetanópolis, a 100 km, e ao mesmo tempo aqui no Plenário? Não há como.

Eu sabia que vocês trariam as datas. Estou apenas dando um exemplo, seja dos dias 29, 30, 31, seja de hoje. Eu abri a reunião da Comissão de Segurança Pública às 14 horas. O deputado João Leite está lá, pois pedi a ele que me substituísse. Havíamos acertado que o bloco de oposição faria o encaminhamento, e logo em seguida eu falaria. Nós não precisaríamos estar longe. Se a comissão estivesse na região metropolitana, o nome dos deputados não constaria na lista de presença. É



bom esclarecer isso porque, às vezes, vocês fazem uma cobrança contundente a um deputado que votará a favor da matéria e comunga com o que está sendo pleiteado. Mas aqui existem os bastidores. Vamos falar disso agora.

A maioria dos deputados não vem aqui falar. Sabem por quê? Porque tem medo de melindrar um parlamentar. O próprio deputado Rogério Correia, líder do Bloco PT-PMDB, que tem lutado muito para aprovar esse projeto, teve diversas discussões e brigas com outros deputados de várias bancadas. Aí, sim. Ninguém fala aos senhores e às senhoras que isso inviabilizou a presença de alguns deputados no Plenário. Ninguém tem coragem de vir aqui e falar isso. E foi exatamente por causa da postura dele, da estratégia que utilizou, que houve ruído. Quem estava aqui hoje viu a discussão de um deputado do PMDB com ele. E assim ocorrem outras discussões de que vocês, da educação, não ficam sabendo porque ninguém fala disso na tribuna, ninguém tem essa coragem. Aí, perguntam: “Beatriz Cerqueira, você trouxe o sindicato aqui. Por que não se votou o projeto na semana passada?”

A Beatriz também não está sabendo que, nos bastidores, a bancada do PMDB não queria, e os deputados da oposição tiveram vários atritos – houve atrito com o Gustavo Corrêa, com o Gustavo Valadares, com o João Leite, com o Sargento Rodrigues, com o deputado Iran Barbosa. Então, houve atritos inviabilizando a votação. Inclusive, o líder de governo, deputado Durval Ângelo, às vezes tenta apagar um incêndio ali, e surge outro aqui. Isso aqui ninguém conta para vocês. São os bastidores do Legislativo, que foi mal conduzido.

O deputado Léo Portela está chegando aqui e estava comigo lá em Caetanópolis. É vice-líder do governo. A reunião, Leo e deputado Douglas Melo, acabou às 13h15min. Há como sair de lá e chegar aqui às 14 horas? Não! Então, naquele dia, V. Exa., eu e os deputados João Leite e Anselmo José Domingos recebemos falta. Então, essas questões têm de ser ditas.

O deputado vem e diz assim: “Vou levar a CUT, o Sind-UTE; vou armar nas galerias e mandar xingar os deputados”. Qualquer um de vocês, se amanhã estiver aqui sentado na cadeira de deputado e for xingado, não ficará satisfeito. Não ficará. O deputado pode não ter a coragem de vir aqui externar seu pensamento, mas não fica satisfeito. Aí vocês ficam perguntando se há cinco vetos na pauta. Há, sim, cinco vetos na pauta, que estão sobrestando a votação dos demais projetos. Enquanto não forem votados, não se votarão os demais projetos? Não. Sabe como se votam esses vetos? O presidente Adalclever Lopes disse aqui: são 22 deputados do bloco de oposição. Se cada um fosse discutir durante a 1 hora a que tem direito, não votaríamos hoje. Pergunto aos senhores e às senhoras que estão aqui atentamente me ouvindo: será que, se cada um falasse por 1 hora, o quórum não se esvaziaria? Sim. O acordo foi que falariam o deputado Gustavo Valadares e o deputado Sargento Rodrigues. De 22, apenas dois falariam. Mas eu não poderia, em nome da transparência, da seriedade, da honradez com que exerço o mandato, deixar de trazer a público essas questões de que vocês não têm conhecimento e que inviabilizaram, no mínimo, uma semana de votação do projeto de vocês.

Então, a verdade tem de ser dita aqui, deputado Bonifácio Mourão. Os professores e as professoras, os trabalhadores da educação precisam saber dos bastidores. Peguem a lista do dia 29 e perguntem se havia algum deputado do PMDB no Plenário. Não havia, em função desses motivos. E por que não havia, se o PMDB tem o vice-governador, o presidente da Assembleia? Então, há algo estranho. O PMDB comanda comissões importantes aqui na Casa. Ajudei a abrir a reunião da Comissão de Administração Pública para suspender, de forma que, na hora em que passassem os projetos aqui, isso fosse em 2º turno, já passassem hoje em 2º turno. Quem estava lá? O deputado da oposição para abrir. Eu o fiz em nome dos deputados da oposição. Abri os trabalhos da comissão para que os projetos da educação pudessem ser votados, para passarem em 2º turno.

Então, os senhores e as senhoras precisam entender que, infelizmente, a questão foi mal conduzida. Brigaram com vários deputados. Aí, não adianta. Se o deputado falar que determinada bancada não vai a Plenário, não vai. E por quê? Porque precisam vir a público esclarecer esses fatos. O professor pode perguntar o que tem a ver com isso. O professor, a professora, o cantineiro não têm absolutamente nada a ver com isso. Foi a liderança política que deveria ter conduzido tudo de forma mais tranquila.

O deputado João Vítor Xavier disse que isso aqui é uma construção conjunta. Se o deputado não quiser entrar aqui e votar ele não vota. E aí? Não adianta, pois não se consegue pegá-lo na marra e colocar aqui dentro e falar para ele votar. Então, é bom ter esses esclarecimentos.

O deputado Dilzon Melo (em aparte) – Gostaria de dizer que certamente isso foi estimulado pelo Sind-UTE. Mas queria dar um conselho: o Sind-UTE deveria cobrar isso dos deputados do governo, que são 55. Eles votam esse projeto com 39 deputados. A base tem 55 deputados. Nós, da oposição, somos somente 22 deputados. Eles deveriam cobrar do bloco que dá sustentação ao governo, e não da oposição.

Além do mais, gostaria de lembrar que, nas semanas retrasada e passada, nós, da oposição, Sargento Rodrigues, estávamos em Plenário cobrando do bloco do governo e do bloco chamado independente que viessem votar esse projeto. Sabe o que eles alegaram? Que o governo mandou por engano – esse engano diga-se de propósito – um projeto de lei que dava abono aos funcionários, o que os prejudicaria solenemente. Não aceitamos, o governo reconheceu e mandou para cá um projeto transformando em salário, o que já deveria ter sido feito desde fevereiro. Mas como o governo tem o propósito de empurrar com a barriga, mandou um projeto de abono, o que o Sind-UTE também não aceita e com razão.

Fico indignado porque vemos ameaça do Sind-UTE a quem não estiver no Plenário, dado que saiu uma lista de um deputado da base do governo, uma lista que eles dizem de “sacanagem”, uma lista de Calabar, de Joaquim Silvério dos Reis, mostrando quem estava ausente... Deputado Sargento Rodrigues, você sabe que essa lista criou constrangimento na base do PMDB e na base do governo, porque vieram pedir que houvesse retratação desse deputado. Não sei se ele tem a humildade necessária para vir a Plenário se retratar e pedir desculpas aos companheiros que traiu. Não sei se ele tem, mas se isso acontecer, nós, do bloco de oposição, estaremos aqui para votar esse projeto, porque nosso compromisso é votar tudo o que beneficia o funcionalismo, principalmente o da educação. Se puderem pagar retroativamente, é o que queremos, é do que precisam, é o que merecem.

Não vou aceitar passivamente que venham aqui denegrir a imagem do bloco da oposição, simplesmente porque estamos cobrando há muito tempo a presença em Plenário, enquanto o governo fica empurrando com a barriga. Não tenho medo de ameaças, porque disseram que na próxima vão colocar o retratinho e mandar para suas bases eleitorais. Sind-UTE, comece a cobrar do bloco do governo, dos que deveriam estar aqui para cumprir o que foi tratado, mas não estão. Nós, da oposição, vamos fazer oposição, mas uma oposição que não prejudica o funcionalismo e que faça crescer o Estado de Minas Gerais, que está parado, com o desemprego aflorando, com a pobreza aumentando dia a dia, enquanto o governo não faz nada para melhorar essa situação. Não cobrem da oposição o que não é cobrado da situação. São 55 contra 22. Essa é a questão.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, deputado Dilzon Melo. Queria reforçar junto aos trabalhadores da educação que essa é a realidade. Os deputados da base são 55. Para votar essa matéria são necessários 39 em Plenário. É preciso ter 39 deputados. Se a base tem 55, a conta está fácil. Mesmo sendo deputado da base de governo, os que são da base – não é o meu caso, sou da oposição... (– Manifestação das galerias.) Parabéns. Está errado. Se o governo tem uma base de 55 deputados e para votar essa matéria são necessários 39, o governo tem de cobrar da sua base.

Mas não é, Douglas, fazendo daquele jeito. Enquanto você está em Caetanópolis, o cidadão vem aqui e imprime a lista. Quem imprimiu a lista foi o 1º-secretário, e quem mandou foi o deputado Rogério Correia. Não há segredo. Conheço uma professora que é eleitora no Jequitinhonha que disse que acabou de receber a lista. Imprimi, estou sabendo de onde veio. Se tem deputado que não tem coragem de falar isso aqui, eu não tenho nenhum problema. Mas será que o deputado Douglas fica satisfeito de estar lá em Caetanópolis, de não chegar aqui, e depois falarem que ele não estava aqui para votar? E você é do PMDB, Douglas; o Anselmo, do bloco parlamentar independente, é da base de governo. Essas questões não podem ficar assim.

Quero esclarecer ao público presente, antes de conceder aparte ao Bonifácio Mourão, que tenho enorme satisfação de ter sido autor da Emenda Constitucional nº 91, que aboliu toda e qualquer votação secreta no âmbito da Assembleia. Hoje as www.almg.gov.br Página 69 de 94



senhoras e os senhores recebem uma lista, sabem quem estava presente, e quem votou contra ou a favor. Na hora da votação vocês poderão acompanhar e poderão imprimir a lista. Como vocês vão ver que não tem nenhum deputado contra, vão dizer: “Acho que o deputado Sargento Rodrigues tem razão”. Porque, se todos os deputados estavam em Plenário e vão votar favoravelmente, alguém fez uma articulação de forma indevida, de forma a agredir os próprios colegas e não trouxe harmonia. Aí o deputado não veio ao Plenário.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, estamos aqui acompanhando o raciocínio de V. Exa. e, ao mesmo tempo, estamos com a pauta em nossas mãos. No momento, estamos discutindo o Veto Total à Proposição de Lei nº 22.827. Vários oradores já saíram desse assunto e entraram em outros. Precisamos voltar, até porque, deputado Sargento Rodrigues, não podemos pautar nossos atos, porque a plateia está impaciente para que votemos o projeto do seu interesse. Aqui temos uma pauta, temos de votar primeiro os vetos. O próprio deputado Durval Ângelo, líder de governo, falou aqui que há um acordo entre governo e oposição para votarmos todos favoravelmente a esse projeto de interesse da plateia que aqui está. Todos votaremos favoravelmente, não há dúvidas sobre isso. Mas é preciso que a plateia entenda que nós, deputados, temos obrigações a cumprir, e não é o barulho que nos impedirá de cumpri-las, presidente Adalclever.

Por exemplo, em relação ao projeto de autoria do deputado Inácio Franco, temos obrigação de discuti-lo o melhor. Por quê? Porque o deputado Inácio Franco, em seu louvável projeto, está querendo impedir que se inaugurem obras incompletas em Minas Gerais, por exemplo, que se inaugurem escolas, hospitais, estradas, pontes incompletas. Mas nós, deputados, vamos fugir dessa discussão porque há barulho? Não, temos obrigação de discutir esse veto, e ele está na frente. Temos de raciocinar dentro do nosso dever constitucional, fomos eleitos para isso. Porque há barulho da plateia impaciente para que se vote o seu projeto, não vamos nos acovardar e deixar de discutir o que temos obrigação de discutir.

Então estou aqui, deputado Sargento Rodrigues, para lembrar da Ferrovia Norte-Sul, que começou no governo Sarney, ficou 17 anos parada, teve oito inaugurações, e até hoje nenhum trem passa pelos trilhos dessa ferrovia. Ela já foi inaugurada 8 vezes. Ouvimos aqui o deputado Durval Ângelo dar um parecer, dizer que o governo concorda que se derrube o veto por um lado e que se o mantenha por outro. Vale dizer que o deputado Durval Ângelo, líder do governo, está contra a posição do governo, de que é inconstitucional o projeto do deputado Inácio Franco. O deputado Durval Ângelo reconhece que não é inconstitucional, que é constitucional, conforme pareceres favoráveis de três comissões desta Casa. Penso que, diante do parecer do deputado Durval Ângelo, isso ficou um pouco confuso. Precisamos esclarecer melhor. Então, por causa do barulho que está havendo aqui, vamos votar errado um veto? Não. Precisamos esclarecer melhor essa questão e depois votarmos com unanimidade esse projeto. Não vamos fugir das nossas obrigações, não.

Gostaria fazer um esclarecimento ao público das galerias. O dia 29, que é o dia famoso da lista, 62 deputados registraram presença em Plenário e foram embora, pelos motivos que expliquei aqui. Aqui está a famosa lista. Não há nenhum deputado do PMDB na lista. O PMDB é da base, tem o presidente da Assembleia, tem o vice-governador. Aí, é para vocês refletirem: por que os deputados do PMDB não estavam aqui? Por causa daqueles motivos que disse anteriormente. Eu não fui embora. Se existe um dos deputados mais presentes nesta Casa, tenho orgulho de dizer isso, é este deputado que está na tribuna. Posso não ser o mais presente, mas um dos mais presentes. Então, essa lista trouxe uma série de insatisfações a diversos deputados, pela forma como foi conduzida, pela forma leviana com que foi levada. Aí, o professor e a professora, que estão na ponta da linha, não sabem disso, não sabem quem deveria articular, quem deveria conversar com a oposição, quem deveria negociar. Se os deputados da oposição quisessem ficar aqui com mais 10 deputados discutindo uma hora, o Plenário iria esvaziar-se. Por que o Plenário não vai esvaziar hoje? Não vai esvaziar hoje porque houve um acordo, porque houve conversa, porque houve diálogo. Em que pese o fato – sou da tese do deputado Dilzon – de estarem precisando vir aqui à tribuna pedir desculpas ao conjunto de deputados, não a mim, mas ao conjunto, porque todos os partidos foram aqui afetados. Não estou defendendo meu partido. Aliás, os deputados da base do governo se sentiram ofendidos pela forma com que tudo se conduziu.



O deputado Noraldino Júnior (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, presidente, queria pedir um pouco de compreensão da galeria.

Deputado Sargento Rodrigues, primeiro gostaria de parabenizar sua manifestação. No dia 29, deputado Sargento Rodrigues, eu tinha duas reuniões. Interrompi a segunda reunião e peguei o avião para vir a Belo Horizonte, porque fui comunicado de que poderia haver a votação, de que poderia haver um acordo nos vetos, de que poderia haver a votação dos professores. Cheguei a esta Casa, deputado Sargento Rodrigues, às 14h45min, vindo do aeroporto para cá. Quando cheguei, já haviam interrompido a reunião. Cada deputado daqui tem seus compromissos e suas agendas já definidas. Sr. Presidente, gostaria de dizer que essa movimentação foi uma covardia, não com os deputados, mas com os professores. Sabe por que, deputado Sargento Rodrigues? Tenho diversos amigos professores em Juiz de Fora. Eu estava aqui a semana passada toda, para votar. Quinta-feira cheguei aqui. Por que não foi divulgada a lista de quinta-feira? Por que não havia acordo para votar os vetos. O acordo para votar o veto, Sr. Presidente, que está aqui, aconteceu agora, e foi divulgado de forma intencional e irregular aos professores.

Porque todos nós, deputados que estamos aqui, sabemos que, se não houvesse acordo, não seria votado nem hoje. Eu mesmo estava inscrito para falar por 1 hora, mas cancelei pelo acordo e pelo consenso de todos, pois, desde o início, todos nós estávamos a favor do projeto. Mas isso não foi comunicado, deputado Sargento Rodrigues. Não houve interesse em comunicar isso.

Olhem, está tudo tranquilo, todos os deputados estão favoráveis ao projeto, sem exceção. Mas agora o que precisamos fazer é somente votar os vetos, acordo para votar os vetos. Não foi divulgado aos professores que o projeto da educação estava acordado com todos, mas os vetos não estavam acordados. E criou-se esse sentimento dentro da Assembleia. O que poderíamos discutir na semana passada, o acordo para os vetos, a votação dos vetos, não foi acordado por causa dessa situação constrangedora em que ficou a Casa, e os prejudicados foram os professores.

Não quero polemizar nem citar nome de deputado, mas quero pedir a todos os deputados que, nos próximos projetos, tenham mais sensatez, dialoguem com mais transparência e passem melhor a realidade para qualquer categoria. E quero dizer que estamos aqui, todos os deputados, Sargento Rodrigues, e como V. Exa. sou um dos deputados mais presentes nesta Casa Legislativa. Estou aqui para votar e apoiar o projeto com responsabilidade, que é o que sempre tive para chegar aqui, e que tenho ainda. Peço também responsabilidade para quem divulga certo tipo de posição, porque foi uma posição que atrapalhou a votação, não foi a verdade, tanto que vários deputados estavam em outras reuniões e não estiveram aqui. Tanto é que agora são 16h12min, temos o consenso de que vamos votar hoje, mas todos nós sabemos que não será às 16 horas, poderá ser às 17 horas, às 18 horas. Há deputado que está em reunião, esperando chegar o momento para votar. (– Intervenção fora do microfone.)

Eu sei disso, deputado, quanto mais cedo melhor.

Muito obrigado pelo aparte. Parabenizo V. Exa. e peço mais compreensão de todos os deputados em relação a fatos como esse, que podem acontecer.

O deputado Sargento Rodrigues – Agradeço ao deputado Noraldino Júnior. E quero que os nossos educadores prestem atenção no momento das votações. Eu disse aqui que não há nenhum deputado contrário, e os senhores e as senhoras devem ter paciência. E o senhor, que é líder, deve ter paciência. Os senhores vão ver que não haverá nenhum voto contrário, e aí a posição de quem estava dizendo que o deputado A, B ou C é contra vai cair hoje.

O deputado Isauro Calais (em aparte) – Agradeço o aparte ao deputado Sargento Rodrigues.

Quero dirigir-me aos deputados e deputadas e aos servidores presentes. Para corroborar com o que o deputado Sargento Rodrigues está dizendo, quando essa matéria do aumento chegou à Comissão de Constituição e Justiça fui designado relator da matéria. Nós aprovamos a matéria em uma tarde, e na outra tarde, mesmo o presidente da comissão, Leonídio Bouças, e o vice-presidente, João Alberto, tendo um compromisso fora de Belo Horizonte, eles convocaram uma



reunião extraordinária para que pudéssemos votar no outro dia. Presididos pelo deputado da oposição, Antônio Jorge, fomos lá e foi aprovado o nosso relatório a favor do aumento.

Em relação ao Ipsemg, nós apresentamos emendas, sobre as quais vamos falar na hora da discussão.

Quero dizer aos pares e aos professores presentes que somos todos favoráveis. O que não podemos é mentir ao servidor, colocando-o contra esta Casa. O servidor deseja esse aumento e precisa dele, e temos de votá-lo o mais rapidamente possível. Mas o que aconteceu foi muito claro, deputado Sargento Rodrigues: fizeram demagogia com alguns profissionais da educação colocando em xeque a Casa, os deputados, que são todos favoráveis, e não podemos permitir que isso aconteça. Queremos a valorização do magistério, sim, e isso não é defendido por um deputado ou por uma bancada apenas.

Nós, da bancada do PMDB, deputado Sargento Rodrigues, estávamos no Palácio conversando com o secretário Odair Cunha. Se estávamos lá, é porque houve o acordo de que não haveria votação naquele dia. Então, não se pode mentir, não se pode jogar para a galeria; tem de olhar no olho do servidor público e mostrar o que deseja. Não tenho de me dirigir a ninguém, não; não quero dar guarida a ninguém nem dar ibope para ninguém, deputado. Quero apenas mostrar que temos a responsabilidade de votar e valorizar o magistério e queremos fazer isso hoje. Portanto, vamos votar.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) – Vamos colocar alguns... Ô cruzeirense, aguenta aí.

Vou contar um negócio a vocês: a gente poderia ter resolvido essa coisa, principalmente na área da saúde, em dezembro. Como recordar é viver, no dia 17 de dezembro subi a essa tribuna em que está o deputado Sargento Rodrigues e pedi uma recondução no orçamento, mostrando a necessidade daqueles professores e professoras que estavam em tratamento de saúde. Naquele dia, neste Plenário, recebemos voto contrário. Mas eu já alertava a todos sobre o que estava acontecendo e o que poderia acontecer.

Por acaso uma senhora, D. Cleonice, me mandou o que falamos então, deputado Sargento Rodrigues. Peço a atenção de vocês, já que uma professora, deputado Durval Ângelo, senhoras e senhores, já que uma senhora que faz tratamento de saúde e que está acompanhando nossos trabalhos me enviou essa mensagem pelo *WhatsApp*. Eu gostaria só de lembrar o que dissemos naquela hora. Por acaso, ela é tia-avó de um deputado desta Casa. Não sei se a qualidade está boa, mas vou rodar para todos, mostrando o que dizíamos naquela hora: tirávamos da publicidade um recurso de R\$5.000.000,00, que destinávamos ao tratamento de saúde dessas pessoas que estão internadas. Fizemos isso no dia 17 de dezembro, mas, naquela hora, a nossa emenda foi rejeitada por este Plenário. Temos de deixar isso bem claro, porque essa era uma preocupação desta Casa já no dia 17 de dezembro do ano passado. Obrigado, deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, foram feitos os esclarecimentos e dito aquilo que muita gente às vezes faz um esforço gigantesco para não dizer da tribuna. Entendo que, no encaminhamento por parte do bloco de oposição, que designou este deputado e o deputado Gustavo Valadares para falar em seu nome, conseguimos trazer todas as informações, principalmente, deputado Douglas Melo, as informações de bastidores, aquelas que normalmente não são tratadas da tribuna. Viemos aqui e falamos delas exatamente para que o professor, a professora, as pessoas que estão aguardando a votação compreendam o que aconteceu.

E que, das próximas vezes, quem sabe assim a condução por parte da liderança política do deputado tenha um jogo de cintura melhor, uma compreensão, um diálogo e traga, no convencimento, os deputados para um apoio, que todos nós já havíamos decidido dar. Mas fez exatamente o oposto. Ou seja, expulsou os deputados do Plenário exatamente com um comportamento que não é um comportamento que realmente venha agregar e fazer convergir as forças políticas.

Tenho absoluta convicção de que quando, encerrada a minha fala, o presidente colocar a matéria em votação, nós vamos tratar dos vetos e, logo em seguida, votar favoravelmente a eles. Todos os deputados da oposição e da base votarão favoravelmente. São essas as considerações, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.



O deputado Durval Ângelo* – É só para seguir o meu parecer na conciliação. São duas votações: a primeira votação é “sim”, a segunda votação é “não”. Primeira “sim”, segunda “não”. Talvez isso simplifique bastante.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Sr. Presidente, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, público das galerias. Em primeiro lugar, quero me manifestar mais uma vez favoravelmente ao projeto de lei do aumento dos 12% para vocês, que acho até que é muito pouco. Teria de ser muito mais. E também para lhes dizer que essa lista que saiu dos deputados ausentes cometeu grande injustiça. Estive aqui em todas. A uma cheguei atrasado 3 minutos, e já estava fechada a reunião pela base do governo, não pela oposição. Todos os dias eu estava aqui presente. E o nosso nome aparece para os professores, falando da nossa ausência. É triste saber que muitas vezes os próprios professores ainda são usados e manipulados de forma que não merecem. Mas não há problema, vamos votar todos favoravelmente e resolver o problema. Hoje se vota em 1º turno, amanhã em 2º, fiquem tranquilos.

Esse outro projeto que também vamos votar é do pessoal da Lei nº 100, para ter acesso ao Ipsemg. Gente, que humilhação. Eles tinham de ter acesso à garantia do seu emprego e da sua renda. Aí a pessoa teve laudo positivo, já não está mais doente, e não terá mais acesso ao Ipsemg. E aquele outro que terá acesso ao Ipsemg, que fará inscrição no Ipsemg por dois anos, dali a dois anos sai com uma mão na frente e outra atrás, e com o pé no traseiro. Aquelas pessoas que cuidaram de tantas crianças, lavaram banheiro, fizeram merenda, educaram nossas crianças. Essa é a paga que o poder público está dando a esses cidadãos. E muitos não terão oportunidade de novos empregos, no momento em que até cidadãos de alta formação e de alta saúde têm acesso limitado, praticamente não têm acesso mais ao emprego em virtude da grave crise financeira. Imaginem o cidadão que já está com a idade um pouco avançada. Mas estamos juntos, contem conosco.

Vou falar do veto, Sr. Presidente, e queria que cada deputado ouvisse a minha fala, porque quem ouvir e não votar favoravelmente a esse projeto, derrubando o veto do governador, não vai dormir com a consciência tranquila. Porque esse projeto não tem nada do que foi justificado pela Codemig. Numa fazenda de 500ha, 1,18ha, menos de 1,2ha seria doado a uma entidade que já está lá há mais de 20 anos, deputado Gilberto Abramo. Lá há pastores, há padres que cuidam de pessoas que chegam ao fundo do poço por essa desgraça que são as drogas. Nesse local quantas e quantas pessoas saem recuperadas... Um grupo de voluntários que ajudam, que participam. O poder público, o prefeito, entidades sociais que contribuem.

Naquele local se recuperam, deputado Leandro Genaro, tantas e tantas pessoas, pais de famílias, como vi há poucos dias, deputado Tiago Ulisses, que é votado em Arcos. Fui lá, aliás, com Denílson, fui também com o Baiano, atual prefeito. Sabe quem deu o laudo, deputado Dilzon Melo, dizendo que a área não é zona de amortecimento? Um dos técnicos mais conceituados da Emater, Sr. Zenaido Lima da Fonseca, que disse que lá não é zona de amortecimento, não é área de preservação. Primeiro, quero dizer o seguinte: lá está cheio de árvores, sim, exóticas, como mangueiras. Deputado Durval, o senhor que é um homem consciente, que sabe a hora de avançar e a hora de recuar, este projeto aqui não é um projeto do deputado Antônio Carlos, não. É um projeto de famílias de drogados. Nesse local, as árvores, todas belíssimas, deputado Vanderlei, são mangueiras, abacateiros, várias espécies exóticas. Há, sim, um rio muito próximo, mas está a aproximadamente 100m. A lei ambiental brasileira e mineira diz que... Primeiro, se fosse mata nativa, mas não era, com a ocupação consolidada de 2008 para trás, deputado Ivair Nogueira, ela se torna área de ocupação, sim, pelo cidadão. Lá havia uma escola, que foi fechada porque o prefeito fez outra próxima muito melhor. Aí a área foi cedida a essa entidade. Mas essa entidade, deputado Roberto Andrade, fica engessada porque não tem documentos. Se ela tiver documento da área, poderá viabilizar um monte de projetos do Pró-Vida, de bancos de desenvolvimento, do próprio Estado, das secretarias. Então a questão, deputado Fábio Avelar Oliveira, é de interpretação. Se aprovarmos, derrubando o veto do governador, essa área será doada à entidade. Lembrem-se, representa menos de 0,5% da área total. Ela fica numa lateral, não fica no meio da propriedade, não complica em nada. É uma área nobre para essa entidade que cuida de pessoas envolvidas com drogas.



Então, minha gente, sou oposição, sim, mas uma oposição construtiva. Votei favoravelmente a muitos e muitos projetos aqui do governador Pimentel, o que achei que era positivo, deputada Marília. Então peço isso a vocês, gente. O deputado Durval Ângelo, nosso líder, vai entender. Vamos trabalhar junto com o governador, que vai entender que, realmente, foi uma interpretação errônea da Codemig. Se derrubarmos esse veto, essa entidade, essas famílias vão vibrar porque terão uma área específica. Eles serão donos, deputado Bosco, daquela área. Aí eles vão montar ali belíssimos projetos, com o Zenaído da Emater, que monta os melhores projetos da cabeceira do Rio São Francisco e já saiu no *Globo Rural*, na *Globo News*, em um monte de entrevistas de jornais e televisões do Brasil e do mundo, um homem exemplar na área de preservação ambiental, na área de projetos alternativos, um dos poucos que conseguiu incentivar a cultura do tomate orgânico na região, com pequenos produtores.

Outra coisa, minha gente: ao lado dessa área, deputado Mourão, há uma grande fazenda da Epamig, grande piscicultura, lançada agora pela Epamig. Sabem quais são as pessoas que poderão trabalhar lá, naquela atividade? Os próprios recuperandos, que terão trabalho ao lado do espaço onde vivem. Então, minha gente, vamos esquecer a questão entre oposição e situação. Não é o Antônio Carlos que está pedindo a vocês, não. Quem está pedindo são as famílias que têm ali seus filhos, pais e irmãos internados naquela área de recuperação. Quem vai agradecer a vocês muito é o Pe. Almerindo, uma das maiores lideranças da região, os pastores de várias igrejas que participam ativamente com programas naquele espaço de recuperação de vidas.

Vão ser as famílias, as crianças. No dia em que estive lá, havia um pai de mais de quarenta anos, com crianças pequenas que estavam lá visitando-o. Fico emocionado porque eles estavam lá visitando o seu pai, drogado e que estava se recuperando. Ele dizia que ali, João Leite, você que é um homem de Deus, entendia que ainda poderia voltar a ser um cidadão de bem, que poderia cuidar daquelas crianças na hora em que estivesse recuperado.

Então, minha gente, peço que me ajudem, ajudem aquelas famílias a terem aquele espaço de forma definitiva, porque aquela terra não é do Pimentel, não é minha, não é do prefeito, não é da Dilma, não é de ninguém. Ela é do povo brasileiro, é daquelas famílias, que precisam daquele espaço para terem uma escritura definitiva em seu nome, para que seu horizonte possa abrir para buscar projetos importantes, desenvolver atividades, recuperar-se, transformar-se novamente em cidadãos de bens, pais de famílias que farão o bem para a sociedade.

Deputado Cabo Júlio, ali havia pessoas que também tiveram problemas com crimes, drogas, mas que estavam recuperando-se. Então, peço a ajuda de vocês, e quem está pedindo não é o deputado Antônio Carlos Arantes, quem está pedindo é o povo que gosta de cuidar das pessoas que estão no fundo do poço e que podem ter um horizonte maior amanhã. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Durval Ângelo* – Quero encaminhar pela manutenção do veto, porque o projeto em questão não tratou da área de ocupação da comunidade. Ele tratou de toda a fazenda, inclusive da área de proteção ambiental, e há legislações específicas para doar área de proteção ambiental. Então, que seja encaminhado um projeto específico na área ocupada pela comunidade. Vamos tratar disso, e o governo saberá discutir, não da forma como o projeto foi, porque é uma fazenda, uma grande fazenda, que é área de proteção ambiental. Por isso estou encaminhando pelo “sim”, pela manutenção do veto.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cabo Júlio* – Quero dizer duas coisas, deputado Antônio Carlos Arantes. Temos um primeiro problema com esse projeto, pois é um projeto autorizativo: “Autoriza a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais a doar esse imóvel”. O simples fato – e disse isso ao líder Durval – de esse projeto não ter sido vetado, se fosse transformado em uma lei, não vincula o Executivo a cumprir o objeto do projeto. Não posso fazer um projeto determinando que um bem do Estado seja alienado. É um projeto autorizativo. Então, se o governo não quisesse doar, não precisaria – no meu neófito entendimento – sequer vetar. Esse é o primeiro ponto.



O segundo é que assumo com V. Exa. também o compromisso de fazer uma costura com o Executivo – trabalho com recuperação de dependentes há 16 anos, sei o que é isso –, de fazer, aliás, com que esse projeto venha do Executivo para sanar essa discussão, que venha do Executivo para a comunidade terapêutica. (– Intervenção fora do microfone.)

Sim, eu concordo. Estou dizendo que isso não vincula. Aí há uma questão política. Estou dizendo que, se porventura o veto for mantido, isso também ajuda V. Exa. a resolver esse problema. É isso que queria explicar.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Valadares* – Deputado Durval, não é inconstitucional, deputado Durval Ângelo, por uma simples razão: não há criação de despesa nesse veto. Não houve criação de despesa. Existia no projeto criação de diretorias, que eles queriam fazer por decreto depois. Era como se fizéssemos um cheque em branco ao Executivo, para que ele, de acordo com sua vontade, definisse as diretorias. O que fizemos foi dizer quais diretorias já existiam. Não houve criação de despesa, o que, segundo o tribunal, seria a única forma de se declarar inconstitucional essa emenda. Não houve criação de despesa. Quisemos, na verdade, regulamentar o que vocês poderiam fazer depois, através de um cheque em branco, ou o que fizemos. Não havia necessidade desse veto. Não houve criação de despesas. Por essa razão, peço aos deputados que votem “não” pela derrubada do veto.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Durval Ângelo* – Eu só gostaria de dizer que a norma do Supremo, a súmula vinculante, refere-se a despesas e transformação de cargos. E se ela fala até em transformação, temos de votar “sim”, para adequar e termos uma secretaria de Estado de Meio Ambiente sem nenhum problema.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Obrigado, presidente. Serei muito breve, mas quero discordar do líder do governo e dizer que os fundamentos trazidos aqui por ele são absolutamente rasos e superficiais quando trata dessa matéria. Há uma demonstração clara de que essa designação de relator a toque de caixa, de forma surpreendente, leva a cometer erros gravíssimos, irreparáveis, até no próprio encaminhamento, deputado Tito Torres.

Primeiramente, o art. 90, inciso III, da Constituição do Estado, alegado aqui pelo ilustre líder do governo, diz assim: “Promover e extinguir os cargos públicos do Poder Executivo, observado o disposto nesta Constituição”. Esqueceu-se de ler o restante do inciso.

Quando se trata desses cargos, estamos falando de promoções de oficiais. É o ato do governador, não os atos de praças, deputado Dilzon Melo.

Talvez os consultores tenham passado rapidamente para o líder do governo essa questão. Quem promove praça é comandante-geral da PM e dos bombeiros, não é governador do Estado. Atacamos o primeiro argumento por aí.

O segundo argumento é que o governador Fernando Pimentel orientou seus deputados da base de governo... Aliás, ouvi o próprio deputado da base de governo, o deputado Cabo Júlio, do PMDB, dizer que precisava votar rapidamente para que os soldados que fossem virar cabos recebessem retroativamente. Até em respeito à pessoa do deputado Cabo Júlio, que acolheu minha emenda lá na Comissão de Administração Pública quando relator, quero dizer a ele que o governador não está sequer cumprindo e pagando o retroativo. Faço aqui esse registro. O deputado Cabo Júlio, como relator da matéria na Comissão de Administração Pública, aprovou a emenda, e a aprovou absolutamente consciente do que estava fazendo, para que não houvesse no futuro embromação do governo com a questão.

O governo, deputado Durval Ângelo, quando da fundamentação das razões do veto, caiu na própria incoerência que aqui apregoa o tempo todo. Por quais motivos? O governo dizia o seguinte: “Preciso da lei de efetivo, porque assim não posso promover”. Temos de acabar com esse, eu diria, medinho do comando, que não era medo, mas aqui a máscara caiu, a farsa do governo caiu. Não era medo, o governo queria empurrar com a barriga o pagamento da diferença da promoção. Aprovamos a emenda, ela veio a Plenário, e o conjunto dos deputados entendeu que aquilo ali sanava a dúvida. Realmente sanamos a



dúvida. A emenda determina a promoção, porque ela simplesmente reforçou. Ela não alterou, como falou o líder do governo quando disse que uma lei ordinária alterou uma lei complementar. Ela não alterou, simplesmente reafirmou, deputado Leandro Genaro. Ela reafirmou o comando de uma lei superior e ficou em perfeita sintonia. Aí o governo, para justificar o voto, chama, invoca o art. 214, que fala exatamente do mesmo teor, ou seja, que, para promover única e exclusivamente a graduação de soldado a cabo, não precisa de lei de efetivo. A promoção é automática. Daí o governo vem com essa desculpa mais esfarrapada do mundo.

Deputado Cabo Júlio, estou com mensagem de vários colegas, que estão dizendo o seguinte: “Bom dia, Sr. Deputado. Saiu o contracheque, na sexta-feira passada, de março, mas não veio o retroativo referente a fevereiro dos cabos promovidos a partir de 11/2/2016”. O governo disse que, na própria lei do efetivo, pagaria retroativamente, que não precisava aprovar lei. No intuito de sanar a dúvida futura, apresentamos emenda dizendo que os comandantes da PM e dos bombeiros deveriam promover excepcionalmente de soldado a cabo. Por quê? Os deputados da Casa – muito menos o líder do governo – não sabem que a função de soldado e cabo dentro da lei estatutária é a mesma. Por isso não há. E, quando há promoção de cabo para sargento, mudam-se as funções.

Por isso não precisa de nova lei de efetivo. Agora, sabem o que o governo está fazendo? Ele não pagou a diferença. O governo veta emenda, o governo não está pagando, não está permitindo. Para as senhoras deputadas e os senhores deputados entenderem melhor, um sargento encontrou-se comigo, no dia 1º de abril, na praça. Com um ano e três meses, ele foi embora para a reserva, deputado Leandro Genaro. Sabe o que o governo fez? Ele não deixa publicar o ato de aposentadoria. Sabe para quê? Para não pagar a diferença de promoção nem os direitos que eles têm de férias-prêmio, algumas ainda que podem ser convertidas em espécie. O governador não está pagando diária, não paga diferença de promoção, não está pagando essa diferença e faz um veto completamente contraditório. Ele foi fundamentar-se no art. 14 da Lei nº 5.301/69, que trata do estatuto do pessoal da Polícia Militar e dos bombeiros militares exatamente onde reforçamos o comando jurídico. Não há nenhuma incongruência, deputado Dilzon Melo, na lei ordinária com a lei complementar, porque a lei ordinária reforça o comando jurídico da lei complementar.

Portanto, os argumentos utilizados aqui pelo líder do governo são absolutamente falaciosos. Agora, vergonha é o governador Fernando Pimentel não pagar a diária dos policiais, não permitir a publicação dos atos de aposentadoria, deixando policiais, bombeiros militares e policiais civis sem a publicação do ato e sem receber a diferença salarial. O governo ainda não permite que a emenda seja sancionada.

Na verdade, foi o seguinte: por que o governador não quis a sanção? Porque era o deputado Sargento Rodrigues autor da emenda. O governador não pensou, deputado Dilzon Melo, em aperfeiçoar a legislação, porque alegava que o comando precisava da lei de efetivo. O discurso todo aqui foi este: precisa da lei de efetivo. Eu afirmava: não precisa, a promoção é automática. Mas, quando ele vai fundamentar o veto, vai no artigo que fala que não precisa, exatamente para fundamentar. Totalmente falacioso o fundamento do governo. Obviamente o líder do governo tem de fazer o papel de líder do governo. Buscou os mesmos argumentos, que são absolutamente falaciosos. Promoção de soldado a cabo não é ato do governador, é ato do comandante-geral da PM. Ato do governador é somente na promoção de oficiais de polícia e do bombeiro militar.

Portanto, solicitamos o apoio dos deputados para dizer “não” ao veto, para que, no próximo ato de promoção, os soldados não venham sofrer novamente as agruras de uma nova lei de efetivos. Deputado Dilzon Melo, sabe por quê? Porque, o início do projeto, como disse aqui o deputado Gustavo Valadares – é como o projeto dos professores –, está totalmente atabalhoado. Manda um projeto, manda uma emenda, tira a emenda, manda falando que é abono, depois há pressão de todos os lados. Aí reconhece que tem de ser subsídio.

Deputado Dilzon Melo, encerrando minhas palavras, o governador está cometendo uma crueldade enorme. Parcelou em três vezes o salário de milhares de servidores, várias pessoas estão recebendo no dia 18. Vi o deputado Rogério Correia dizer desta tribuna: “Não vai haver parcelamento, não vai haver atraso, isso é terrorismo da oposição; podem ficar tranquilos.



Pimentel é bom de serviço e é competente”. Agora, principalmente a área de segurança pública está amargando por quase seis meses o parcelamento e o atraso.

Portanto, solicito às deputadas e aos deputados que digam “não” ao veto, para que não ocorra.

O projeto que era para prever uma lei de efetivo de quatro anos foi só para este ano. Ano que vem, vão ter de fazer tudo de novo, porque o comandante-geral da PM só não tem medo de receber R\$65.000,00 de diárias, mas para promover soldado ele morre de medo, aí ele diz que é improbidade administrativa. Então, quando o comandante-geral vai receber R\$65.000,00 de diária em 10 meses, ele não tem medo nenhum, recebe tranquilamente; agora, quando é para promover soldado a cabo, aí ele tem medo de incorrer em crime de improbidade. Esse é o comandante-geral da Polícia Militar, que, para fazer isso para a tropa, para o comandado, para o servidor lá na ponta, tem medo de tomar a decisão, mas, quando é para embolsar R\$65.224,00 em 10 meses de diária, ele não tem medo, não.

Solicito o apoio dos nobres colegas deputados e das colegas deputadas para dizer não ao veto.

O deputado Carlos Pimenta* – Presidente, quero encaminhar favoravelmente ao projeto porque, hoje, ao lado de projetos importantes que serão votados, esse projeto tem, com certeza, um motivo muito especial para esta Casa, porque vamos ao encontro de milhares de servidores da Lei nº 100 que precisam desse socorro do governo. Para mim, não importa se deveria ter sido no passado. Se tivesse sido no passado, por meio da nossa emenda, teria sido melhor, mas antes tarde do que nunca. É um projeto importantíssimo, tenho a certeza de que nenhum deputado votará contra. Gostaríamos de ampliar ainda mais as conquistas para os professores e serventuários da Lei nº 100, que ajudaram muito a educação. O meu voto é favorável, e tenho a certeza de que a Assembleia está cumprindo o seu papel, e gostaria muito que fosse registrado este momento para ajudar tantos servidores da Lei nº 100, que estão precisando do socorro do Estado, principalmente para tratar as questões de doença. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, serei muito breve. Farei o encaminhamento do Plenário, não vou usar a tribuna. Mas queria resgatar a fala da deputada Elisa Costa, do PT, que é muito importante esclarecer neste momento em que estamos discutindo a questão da Lei nº 100, deputado João Leite. Durante o encaminhamento da votação no dia 16/10/2007, do Projeto de Lei Complementar nº 27, que foi transformado na Lei Complementar nº 100, a ilustre deputada Elisa Costa, diz o seguinte. (– Lê:) “Ao longo do tempo, o Estado vem-se servindo do trabalho eficiente e abnegado dos designados, porque, durante muitos anos, deixou de realizar concursos públicos para oferecer-lhes novas oportunidades. E hoje nos deparamos com um problema social enorme, que tem de ser resolvido. Há 98 mil designados na educação em Minas Gerais carecendo de direito fundamental à aposentadoria, que é tão básico quanto alimentação e moradia. Quase 25 mil deles já estão em condições de se aposentarem, mas não podem. Chegar a 25 ou 30 anos de trabalho sem a menor possibilidade de se aposentar é algo dramático e inaceitável. É, portanto, fundamental apresentarmos proposta de resgate desse direito para todos os designados em Minas Gerais. Que sejam todos incorporados ao serviço público com as garantias que o Estado deve oferecer a seus servidores. Devemos, no entanto, ter responsabilidade para com o processo.” Mais adiante ela diz o seguinte: (– Lê:) “É fato o que vocês estão acompanhando pela imprensa. O Estado de Minas Gerais deve quase dez bilhões ao INSS, porque, ao longo de vários governos, não se resgatou o débito. O governo federal tem cobrado dos estados o saneamento da dívida pública, para, então, oferecer novos empréstimos.” Mais adiante, ela diz: “O acordo feito, que é justo, é que o governo estadual saneará sua dívida para com o governo federal. Vários encontros já aconteceram para se acertar o débito. E, para tanto, o governador Aécio Neves selou com o presidente Lula o compromisso de trazer para o serviço público os designados do Estado”. É bom repetir isso, deputado Bonifácio Mourão, já que ela fala em vários governos. Está aqui, deputado Fábio Cherem: “E, para tanto, o governador Aécio Neves selou com o presidente Lula o compromisso de trazer para o serviço público os designados do Estado, atendendo, assim, a um direito social básico do servidor mineiro. Com toda a sinceridade, desejo que essa solução, apesar de frágil, seja definitiva para todos os servidores, servidoras, designados e designadas de Minas Gerais. O Estado criou o problema, e não o resolveu. Que agora o solucione definitivamente”. E, no último parágrafo: “Em



nome do PT, na defesa da educação de qualidade que deve permear a vida das pessoas, vamos defendê-los, pois quem se dedicou à educação, com certeza, dedicou-se à vida de sua família e à vida de uma comunidade. Que essa lei seja para valer! Votamos por isso. Parabéns, designados”.

Aqui está a vice-líder do PT, em 16/10/2007, dizendo “sim” ao Projeto de Lei Complementar nº 27, a partir do qual foi sancionada a Lei nº 100. Portanto, a deputada Elisa Costa, do PT, que hoje é prefeita de Governador Valadares, demonstrava com clareza que o próprio governador Aécio Neves já tinha conversado com o presidente Lula e dito que tinham de resolver o problema. Assim, selou-se o compromisso entre o ex-governador Aécio Neves e o ex-presidente Lula. Foi por isso, deputado João Leite, que V. Exa., este deputado, o deputado Bonifácio Mourão e todos os deputados que compõem o bloco de oposição votamos favoravelmente, já que entendemos que essa é uma questão fundamental, como disse a própria deputada. Ela disse que o direito à aposentadoria era tão importante quanto o direito à alimentação e à moradia. Portanto, presidente, nós, do bloco de oposição, vamos votar de forma coerente: vamos votar de novo favoravelmente.

O deputado Bonifácio Mourão* – Presidente, após a leitura feita pelo deputado Sargento Rodrigues, não poderíamos nos silenciar, até porque, bem atentos, deputado João Leite, vimos que o voto da hoje prefeita de Governador Valadares e ex-deputada Elisa Costa foi no sentido de considerar constitucional o projeto do ex-governador Aécio Neves. Para a deputada Elisa Costa e para os outros deputados do PT que, à época, votaram favoravelmente ao projeto, ele era constitucional. Mas que eu não sabia, deputado João Leite, lembrando que, em 2007, eu era prefeito de Governador Valadares, é que o ex-presidente Lula também considerava o projeto constitucional. A leitura que o deputado Sargento Rodrigues acabou de fazer nos revela que o Lula e o Aécio Neves, juntos, consideraram o projeto constitucional. Tanto é que recomendaram à bancada do PT que votasse favoravelmente. Muito bem.

Mas não quero parar o meu raciocínio aqui. Depois que o Supremo Tribunal considerou a matéria inconstitucional, nós, da oposição, apresentamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, exatamente para resolver o problema de todas as pessoas regidas pela Lei nº 100. Aí, o que fez o PT? Considerou inconstitucional, ao contrário do que fizeram à época e contra a recomendação do seu maior líder, o ex-presidente Lula.

E, porque consideraram inconstitucional, deu problema. Várias pessoas regidas pela Lei nº 100 adoeceram, deixaram de se aposentar, sofreram as consequências. E agora nós estamos aqui, tentando, de novo, corrigir a situação. Vamos corrigir. Mas ela seria solucionada, de forma definitiva, se tivessem aprovado a PEC nº 100 naquela época. Obrigada.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Iran Barbosa – Presidente, boa tarde, boa tarde a todos das galerias.

Durante a semana passada, eu estive em Brasília tratando da instalação em Minas Gerais de mais 12 usinas fotovoltaicas no Norte de Minas. Seriam mais 2.500 empregos, com adição às 27 usinas que já foram conquistadas e os mais de 2.500 empregos já conquistados por Minas Gerais. São quase 4 mil e poucos empregos para um estado que estava em crise e quase quatro bilhões em investimentos. Ao embarcar de volta para Belo Horizonte, fui surpreendido por uma onda de questionamentos, no Facebook, das pessoas que diziam: “Deputado, por que o senhor se negou a votar o projeto dos professores?”.

Não é aumento, gente. Desculpem-me o ato falho. Eu disse: será que as pessoas estão sendo realmente bem lideradas? Será que elas sabem que, quando o projeto entrou na pauta, o projeto que será votado hoje, ele foi construído com a emenda de minha autoria e a emenda de autoria do deputado Isauro Calais? Será que as pessoas que falavam sabem que, quando o projeto chegou à Casa, eles disseram que o PMDB estava enrolando a tramitação do projeto? Será que eles sabiam que, se não fosse a emenda do PMDB, Sr. Deputado Sargento Rodrigues, qualquer professor da Lei nº 100 que foi exonerado teria de contribuir cinco meses para ter acesso ao primeiro mês de atendimento no Ipsemg? Será que eles sabiam disso? Não, porque essa parte não chega à internet. Essa parte, infelizmente, o deputado Rogério Correia não entregou junto com a listinha dos deputados lá fora.



Essa parte o deputado Rogério Correia não entregou lá fora. Quando esse projeto corria risco de ser considerado inconstitucional, foram o deputado Isauro Calais, eu e os deputados do PMDB, na comissão, que percebemos o erro e chamamos a Bia para conversar. Aliás, eu fico muito magoado e gostaria que a Bia se manifestasse sobre isso, porque, quando a gente pediu a suspensão do projeto, ela foi a primeira a entrar na internet e dizer que os deputados Isauro Calais, Iran Barbosa e João Alberto pediram a suspensão do projeto e estavam atrapalhando a tramitação. Nós a chamamos na sala aqui, ao lado do Plenário principal, e dissemos: “Bia, não estamos atrapalhando. Eu deixo nas suas mãos o destino dos professores. Se você quiser aprovar esse projeto da forma errada, nós aprovaremos. Eu faço essa irresponsabilidade, mas, se você quiser nos escutar, escute. O projeto precisa ser desmembrado em dois. Uma parte, a previdenciária, precisa ser tida e tratada como projeto de lei complementar, senão transforma-se em outra Lei nº 100. Aí, quando o professor entrar e for se aposentar de novo, com um mês haverá uma liminar que o colocará no olho da rua de novo. E isso é desumano”.

Imaginem em que Brasil estamos vivendo. Hoje ainda há gente vaiando, e tratam como hostil a pessoa que tentou, durante todo esse tempo, consertar o projeto. Olha lá, esse é o Brasil. Esse é o Brasil. Esse é o Brasil. Se você não é do PT, mas do PMDB, é tratado pelo PT como mal necessário; se você é do PMDB, é tratado aqui como se só trabalhasse dentro deste Parlamento por cargo. Presente. E é assim que eles estão tratando a gente, é assim que o deputado Rogério Correia está tratando os liderados dele da base porque, quando estamos aqui trabalhando para o projeto ficar melhor, eles não tratam a gente dessa forma. Está aqui o registro.

Se chegasse amanhã e os professores tivessem de pagar cinco meses de contribuição para poderem entrar no Ipsemg e não tivessem esse dinheiro, queria ver eles batendo na porta do Sr. Rogério Correia para pedir esse dinheiro emprestado. Queria vê-los conversar, porque isso não foi para as redes sociais, isso não foi enviado para as pessoas. E aí me aparece gente dizendo assim: “Tem gente morrendo, vamos votar com rapidez”. Se viesse o Sr. Rogério Correia e votasse antes... Só não foi votado antes porque o governo não queria que derrubasse a emenda de inauguração de obra inacabada.

Isso, Sr. Rogério Correia, é culpa do governo, não é culpa destes deputados aqui, porque quem deliberadamente atrapalhou toda a votação foi V. Exa. e o governo. Mas ninguém vota contra professor, gente. Pensem, pelo amor de Deus. Os deputados aqui não fariam isso. É um absurdo a gente ter de estar nesta Casa sendo tratado como inimigo, enquanto o Sr. Rogério Correia vem entregar listinha na mão, fazendo firula, tendo sido ele o tempo todo, junto com este governo, quem atrapalhou as votações. Não participo desse tipo de política. Para estar aqui, para contribuir, para colocar emenda para melhorar, contem comigo, mas para esse tipo de política, que trata de dividir entre o PT e o mal necessário do PMDB, não, senhor, isso eu não sou. Estou aqui com o voto das pessoas. Não vai ter golpe, Rogério Correia. Ninguém tira da gente o voto que colocaram em nosso colo.

O deputado Rogério Correia – Presidente, fiz questão de fazer o encaminhamento dos projetos de lei e vou procurar fazer dos dois últimos de uma única vez. Quis fazê-lo ao final porque acho que hoje nada pode prejudicar a votação desses projetos dos professores. São projetos muito mais importantes que os assuntos internos da Assembleia Legislativa; as divergências internas, as diferenças existentes aqui não podem, de forma alguma, prejudicar o interesse maior, que é o interesse da educação nesses dois projetos de lei.

Tenho a certeza de que esse é o pensamento da imensa maioria dos deputados. Então, não vou entrar aqui nas querelas internas, não vou fazer defesa de algumas questões com as quais não concordo. Quero apenas encaminhar positivamente esses projetos. O primeiro foi votado; é o projeto de lei que permite aos trabalhadores e às trabalhadoras da educação, àqueles que não conseguiram, por força de decisão do STF, algum tipo de vínculo com o Estado, fazer a opção pelo Ipsemg Saúde. E até o final do governo Pimentel terão, portanto, a condição de ser atendidos no Ipsemg Saúde. Esse já foi votado em 1º turno. Alguns deputados tinham emenda, e agradeço a eles a retirada das emendas, para que possamos votar hoje.

Os dois outros projetos são fundamentais também, mais importantes até do que esses que votaremos agora.



Esse, que vamos votar imediatamente, concede reajuste de 11,36% retroativo a janeiro. Esse projeto veio, inicialmente, pelo governador do Estado, com 11,36%, a partir de março. Graças a ação da base do governo, PMDB, PT, PRB, PCdoB, PR e os partidos independentes, solicitamos ao governador que retirasse aquele projeto e enviasse outro, para que pudéssemos votar a partir daquilo que foi o acordo histórico feito com o Sind-UTE, no início do ano. Então, com esse projeto votado, este será o único estado a conceder 11,36% mesmo em período de crise. Dedico essa vitória, muito mais que a nós todos, ao SindUTE e a Profa. Beatriz, que está aqui conosco e foi uma guerreira. Mas, é claro, não poderia deixar de dizer, que essa vitória foi, fundamentalmente, do nosso bloco, deputados João Alberto, João Magalhães e Vanderlei Miranda, do PMDB. Se por um acaso, V. Exas. ficaram ofendidos com alguma questão que fiz com a qual não concordem, peço desculpas, porque não foi minha intenção. Pelo contrário, o que queremos é manter aqui uma parceria grande entre o bloco do governo e o bloco independente. Mas foi uma vitória nossa, sim. Agradeço aos deputados que estão aqui para a votação desse projeto.

Terceiro, o último projeto é o das professoras adoecidas da Lei nº 100. Não vou ficar disputando aqui quem é o pai da ideia. Sei que as professoras estão adoecidas, sem receber desde janeiro. Nenhum deputado vai votar contra essas professoras adoecidas, que estão há meses sem receber. Entendo que o sindicato venha e faça pressão, para que todos tenhamos a obrigação de votar rapidamente projetos desse tipo. Então, não cabe ninguém ficar indignado com a cobrança que os trabalhadores da educação fazem a nós, deputados, porque realmente estão sofredos. Foram 12 anos de desconhecimento por parte do governo passado. Foram 12 anos de subsídio, foram 12 anos em que os professores reclamaram do choque de gestão, e não da política de remuneração que está sendo elaborada, está sendo feita agora. É nesse sentido que acho que hoje vamos sair daqui comemorando.

Prefiro não responder e não fazer questão em relação a algumas questões. Quero dizer claramente a vocês que essa vitória é a vitória de um projeto político-pedagógico educacional, que está reconhecendo no sistema educacional a sua prioridade. Garanto a vocês, nenhum governo de estado, no Brasil inteiro, está concedendo esse reajuste, embora ele seja da lei do piso. Responsabilizo por isso – pela segunda vez, quero frisar – dois fatores: a base do governo e o governador Pimentel por estar, mesmo com as dificuldades, cumprindo esse acordo, que não é fácil, apesar de o valor de salário ser ainda pequeno; e o Sind-UTE, os professores e as professoras. Quero dizer que, se não fosse vocês terem se mobilizado, durante todo esse período, não estariam aqui hoje comemorando. Parabéns! Comemorem muito, porque vocês têm razão.

O deputado Vanderlei Miranda* – Gostaria de 2 minutos para o encaminhamento, Sr. Presidente. Quero apenas dizer duas coisas: primeiro, o PMDB foi, no governo passado, oposição e sempre – está registrado nesta Casa – votou com o funcionalismo, especialmente, com os profissionais da educação. Sempre, sempre, sempre. O segundo ponto que quero destacar aqui, Sr. Presidente, é o reconhecimento do gesto de grandeza do deputado Rogério por ele pedir desculpas por aquela famigerada lista que saiu desta Casa e que, de alguma forma, produziu constrangimento para alguns deputados, inclusive os deputados que aqui estiveram, como eu. Então, quero dizer que, se as pessoas que estão nas galerias, hoje, e estão sendo beneficiadas com a aprovação dos projetos da pauta, nenhum deputado, guardem isso, aprova projeto sozinho nesta Casa. Nenhum deputado – guardem isso – aprova projeto sozinho nesta Casa. É preciso que haja a parceria e a cooperação do quórum mínimo para essa aprovação. E esse quórum mínimo está sendo garantido na data de hoje, com a inclusão do PMDB na votação desses projetos. Que isso não seja esquecido por esses que se têm levantado, manipulados contra aqueles que sempre defenderam seus direitos nesta Casa! É a palavra deste líder da Maioria, Sr. Presidente. Muito obrigado.

* –Sem revisão do orador.

O deputado Wander Borges* – Sr. Presidente, rapidamente, apenas para fazer uma reflexão quando trazemos a esta Casa a questão de aumento salarial. Uma coisa é recomposição de inflação, outra é aumento real de salário. Muito obrigado.

* –Sem revisão do orador.

19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA**Discursos Proferidos em 6/4/2016**

O deputado Vanderlei Miranda* – Sr. Presidente, começo então a minha fala já concedendo aparte ao líder do governo, deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Conforme entendimento entre este deputado, como líder do governo, e o deputado Gustavo Corrêa, como líder da oposição, depois dos oradores inscritos, apresentaremos dois requerimentos relacionados aos Projetos de Lei nº 3.195 e 3.231. E gostaríamos de pedir que, às 15h30min, ninguém pedisse verificação de quórum, e que não houvesse tanto problema da presença porque a votação é simbólica. Eu e o deputado Gustavo Corrêa estamos solicitando que sejam colocados em votação esses dois projetos, amanhã, às 9 horas. Isso resolveria o problema tanto dos servidores do Judiciário como também dos servidores do Ministério Público.

E é bom que falemos aos servidores que também não temos receio nem medo de enfrentar e de nos posicionar até contra qualquer maré, mas é importante lembrar que só podem ser apreciados esses dois requerimentos às 15h30min. Não dependemos de quórum, só precisamos que nenhum deputado da situação e da oposição solicite verificação de quórum para que possamos votar e que os dois projetos, por imposição regimental, pela aprovação do Regimento, sejam incluídos em pauta para apreciação amanhã, às 9 horas. É evidente que a apreciação, nobre líder, deputado Vanderlei Miranda, vai depender do posicionamento dos deputados amanhã. Mas precisamos então vencer essa etapa, para apreciarmos os dois requerimentos, e fazer constar, amanhã, os dois projetos na pauta de Plenário.

Só gostaria de dizer que tive uma conversa com o líder do sindicato, Jonas, que é companheiro e amigo nosso de Contagem. Desde a semana passada ele vem solicitando que eu e o Gustavo apresentássemos esse requerimento pedindo a inclusão dos projetos em pauta.

O deputado Vanderlei Miranda* – Muito bem, Sr. Presidente. Quero saudá-lo, saudar a Mesa, saudar os colegas, saudar também os servidores que estão acompanhando os trabalhos das nossas galerias, e ainda os profissionais de imprensa, especialmente aqueles que, de casa ou dos seus ambientes de trabalho, acompanham também os trabalhos da Assembleia nesta tarde de quarta-feira.

Eu quero começar dizendo, Sr. Presidente, antes de entrar no assunto que me traz à tribuna, que estes dois projetos – Projetos de Lei nºs 3.195 e 3.231 – passaram pelas comissões de mérito. Uma delas é a Comissão de Fiscalização Financeira, da qual sou vice-presidente, e tive a honra de ser o relator dos dois na Comissão de Fiscalização Financeira. Naturalmente, e não podia ser diferente, os dois projetos foram ali por mim relatados com parecer pela aprovação, e por isso já estão prontos para o Plenário. E, de acordo com esse apelo do líder do governo, quero crer que não haverá nenhum embaraço para que seja feita a leitura, às 15h30min, e entre amanhã em pauta para a votação.

É natural, e todos sabem, que um projeto nesta Casa seja fruto de muito trabalho, de muita discussão, mas uma coisa pela qual esta Casa sempre tem zelado – este é o assunto no qual entrarei a seguir – é buscar olhar, de uma forma muito especial, os interesses das várias categorias que hoje servem à nossa população. Naturalmente estão aí incluídos os trabalhadores da Justiça, os trabalhadores do MP, que têm marcado presença constante nesta Casa em busca de uma resposta positiva para suas demandas.

Falando em demandas, ontem o Plenário da Assembleia, depois de alguns dias discutindo internamente algumas questões que não vou listar porque não quero ficar olhando pelo retrovisor dos acontecimentos, conseguiu chegar a um consenso, o bom senso prevaleceu. Uma vez prevalecendo o bom senso, presidente, pudemos votar os projetos da educação, que estão ainda em tramitação na Casa e retornam para o 2º turno. É muito bom termos esta oportunidade, embora não queira olhar pelo retrovisor, mas fazendo apenas uma reflexão para que as memórias sejam arejadas, deputada Cristina. O PMDB tem uma história nesta Casa. Estou quase na metade do meu quarto mandato, considerando o de vereador da nossa capital, aqui nesta Casa, sempre cumprindo meus mandatos pelo PMDB.



Nas legislaturas passadas, vimos muito essa cena que estamos vendo agora aqui, com a presença de servidores nas galerias fazendo reivindicações. Vimos isso nos governos passados, quando PMDB, PT, PRB, Pros e PCdoB éramos oposição.

As notas taquigráficas chegaram para mim hoje, e as li. Fui bem sucinto no meu encaminhamento ontem, não mais que 2 minutos, exatamente para comunicar àqueles que das galerias estavam hostilizando o PMDB. Falo principalmente, aqui agora, como membro da bancada do PMDB, maior bancada desta Casa, com 13 deputados, dois exercendo cargo de secretário de Estado, portanto 15 deputados. Sempre, disse isso ontem, está registrado, o PMDB sempre deixou conhecer de que lado estava no tocante à defesa dos interesses do serviço público nesta Casa. Confesso sinceramente que às vezes me deixa um pouco triste ver situações e cenas de agressão, verbal inclusive, como sofreu ontem o deputado Iran. Aliás, agressão verbal em que caberia até a remoção da pessoa da galeria e que fosse registrado pela nossa Polícia Legislativa um boletim da agressão verbal sofrida pelo deputado Iran Barbosa ontem nesta Casa, quando teve o nome de sua mãe envolvido e agredido com palavras que não tenho coragem de repetir. Confesso sinceramente que isso nos entristece porque temos uma história de luta também nesta Casa. Temos uma história de luta, falando do PMDB, em favor do funcionalismo. Diria que 99% das demandas que chegam a esta Casa são acolhidas e ao final bem-sucedidas em seus pleitos, naquilo que temos de votar aqui.

Portanto, às vezes, sinceramente, no exercício do mandato, poucas coisas me frustram, deputado Wander, me deixam um pouco desanimado, líder Durval. Uma delas é esta: a falta do reconhecimento, do empenho, do trabalho de um partido em conjunto com outros partidos. Claro que o PMDB não trabalha sozinho nesta Casa, nenhum partido trabalha sozinho nesta Casa, nenhum deputado aprova nenhum projeto sozinho nesta Casa. É preciso haver contribuição de todos, principalmente no tocante à exigência do quórum mínimo de acordo com a matéria, 39 ou 48 votos.

Mas, às vezes, realmente nos entristece ver que as pessoas são manipuladas e não sabem exatamente o que está acontecendo no Plenário ou nas comissões, onde estamos trabalhando. Como, por exemplo, a correção que foi feita no projeto da educação do governo que chegou a esta Casa, um sobre o qual os deputados Iran e Isauro Calais se debruçaram, melhorando e dando-lhe mais consistência e mais garantia. Ou seja, essas coisas lamentavelmente não são vistas, não são reconhecidas.

Infelizmente, muitas vezes as pessoas, movidas por informações que não procedem da verdade, acabam sendo levadas pela massa. Até acredito que não seria esse o comportamento individual, mas, muitas vezes motivadas pela euforia da massa, acabam produzindo situações que de fato nos deixam um pouco tristes no exercício do nosso mandato, mas, ao mesmo tempo, gratificados; ao mesmo tempo, felizes por ver o desfecho depois de tanta luta, depois de tanta discussão, depois de tanta incompreensão, vemos que, ao final, a categoria que aqui estava e que lutava conseguiu parcialmente a conquista de seus direitos, que, com certeza, se consolidará em votação de 2º turno, assim como, tenho certeza, também acontecerá em relação à data-base que hoje os servidores do Ministério Público e da Justiça pleiteiam. Não tenho dúvida de que vamos chegar ao final com uma vitória muito bonita em favor dessa demanda.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)* – Quero, deputado Vanderlei, dizer que talvez as duas últimas semanas não tenham sido as melhores semanas para o governo, inclusive em Minas Gerais, para nós do Parlamento, da Assembleia, um momento muito difícil por causa de uma série de compromissos, obrigações que os deputados assumimos. De outro lado, a dificuldade que nós, que compomos a base do governo, tivemos de organizar-nos para votações importantes.

Dei uma entrevista ao programa *Mundo político* na semana passada, e a grande pergunta era se havia problema do PT com o PMDB e se a questão nacional havia contaminado. Disse que, até o momento que estamos vivendo, de forma alguma, porque governamos juntos. Nós e o PMDB fomos eleitos para entregarmos ao povo o programa de governo que apresentamos, que foi um programa vitorioso, e que o PMDB é um partido que tem responsabilidade com o governo. E disse mais: que não era a nossa falta de diálogo que havia ocorrido na última semana – até ontem falamos sobre isso – que faria com que meu julgamento, meu juízo, minha opinião sobre o PMDB fosse feita no recorte de uma semana, esquecendo mais de um ano e meses para trás.



Não podemos nos esquecer de que o partido que governa junto conosco foi fundamental na aprovação de matérias importantes aqui, desde o orçamento, a reforma administrativa e os depósitos judiciais. No projeto dos professores, o PMDB foi fundamental. Destaquei em minha entrevista a capacidade de articulação e a habilidade que o presidente desta Casa, Adalclever Lopes, do PMDB, tem tido para dialogar com todas as forças e que, se essa habilidade não tivesse sido colocada com compromisso e responsabilidade com o nosso governo, em muita coisa não teríamos conseguido avançar.

Então quero dar meu testemunho de que, fazendo uma avaliação da relação que temos tido nesta Casa neste um ano e quatro meses de governo, a relação tem sido a melhor possível nos interesses de Minas Gerais. Tenho certeza de que as incompreensões, talvez as particularidades – não posso falar em nome da bancada do PT –, uma postura, um posicionamento meu pode eventualmente ser mal compreendido. Que tenhamos a capacidade, a humildade de admiti-los, corrigi-los e fazer diferente daqui para frente, porque há muita coisa boa que nosso governo poderá fazer por Minas Gerais.

Parabenizo-o pelas palavras. Acho que V. Exa. tem razão nas considerações que faz. Obrigado pelo aparte.

O deputado Vanderlei Miranda* – Obrigado pelo aparte, deputado. Para finalizar, Sr. Presidente, quero falar sobre o nosso presidente, deputado Adalclever Lopes, não porque seja membro de nossa bancada. Ele, que hoje tem de presidir este parlamento e de carregar o peso da responsabilidade de ser a terceira pessoa, na ordem de poder deste estado, tem dado contribuição muito grande ao Parlamento, ao governo de Minas e ao povo mineiro. Em função desse equilíbrio de nosso presidente deputado Adalclever Lopes, da sua sensatez e, principalmente, da sua forma muito doce de tratar os colegas, do grande respeito que tem para com os colegas, ele tem produzido resultados positivos nesta Casa. Sei que vencemos uma etapa, deputado Douglas, e outra etapa virá. Creio que essa situação recente, principalmente em relação às galerias, não foi a última que vivemos. Viveremos outras, é claro. Abraçamos essa responsabilidade.

Quero, para finalizar, presidente, exaltar e, ao mesmo tempo, parabenizar os servidores da Justiça e do Ministério Público que estão aqui hoje. Nunca vi nem ouvi da parte deles, presidente, qualquer manifestação agressiva ou depreciativa em relação a este Plenário. Acho que é assim que devemos nos conduzir. São interessados na busca do atendimento de seus interesses na Casa que pode produzir resultados positivos para seus interesses. Creio que é dessa forma, com ordem, com educação, com decência, com cobranças e manifestações democráticas, que devem agir. Devem também respeitar principalmente os que aqui dentro estão e que são responsáveis pela produção do resultado que cada categoria demanda nesta Casa. Muito obrigado, presidente, obrigado a todos.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Isauro Calais – Sr. Presidente, Sra. Deputada Cristina, presente nesta reunião, Srs. Deputados, funcionários da nossa Casa, funcionários do Poder Judiciário, amigos que estão nos vendo de suas residências, nossos telespectadores, primeiro quero me dirigir aos servidores da Justiça. Como é sabido por todos, fui relator, na Comissão de Justiça, da proposta do presidente do tribunal, do acordo que o presidente do tribunal fez com o Serjusmig e com todos os sindicatos, dando a esses profissionais a devida valorização.

Na minha fala na Comissão de Justiça com o presidente do Serjusmig e com todos os servidores, não hesitei em dizer que, com muita honra, com muito orgulho, meu segundo emprego em Juiz de Fora foi de servidor do Poder Judiciário. Fui servidor por quatro anos, em três varas, em duas varas criminais e em uma vara de menores. Depois ingressei na Defensoria Pública, onde estou até hoje, ou seja, há 28 anos. São 32 anos de Estado. Vi de perto a importância do servidor do Poder Judiciário.

Sem vocês a Justiça para, a Justiça definitivamente para, porque são vocês aqui no tribunal, aqui na capital e lá nas pequenas comarcas que fazem, de fato, o processo acontecer na mesa do juiz, na mesa do promotor, então vocês têm e merecem o devido valor. A Assembleia Legislativa fez, obviamente, o possível. A matéria está pronta. O deputado Durval Ângelo pediu a inclusão dela na pauta de amanhã. Ela deve realmente ser incluída na pauta das 9 horas, para que possamos votá-la em 1º turno. A matéria já está pronta, já passou em todas as comissões. Todos os deputados estão liberados pelo



deputado Adalclever Lopes; estão querendo votar o mais rápido possível essa matéria. Vamos torcer para que ela entre amanhã mesmo, de acordo com esse requerimento dos deputados Durval Ângelo e Gustavo Corrêa, para que possamos, de fato, fazer isso. Vocês merecem, e tomara que a valorização não seja só nessa data-base. Ela deverá ser valorizada a cada dia, com propostas do tribunal para melhorar a carreira, com mais profissionais e, obviamente, com melhores salários. Isso é fundamental para que a Justiça mineira seja, a cada dia, a Justiça que todos admiramos.

Quanto ao segundo assunto, presidente, dirijo-me aos deputados Glaycon Franco, Antônio Carlos Arantes, Cristiano Silveira, Tito Torres, Bosco e à deputada Cristina Corrêa. O deputado Agostinho Patrus encontra-se internado, e a deputada Geisa se submeteu a uma pequena cirurgia. Hoje temos uma reunião muito importante na Comissão do Idoso, presidente. Vamos discutir a sensibilidade e a segurança dentro das residências.

A comissão deseja que haja, por parte do poder público, recursos para que nossos idosos tenham mais polícia, mais segurança nas ruas, com rampas e passeios seguros, para protegê-los de qualquer tipo de agressão, mas o que fazemos dentro da nossa casa? Será que temos uma barra de segurança no chuveiro para nossos idosos, uma barra de segurança no vaso sanitário ou uma luz de vigília para que o idoso possa levantar-se à noite e ter noção do lugar por onde está andando? Será que na nossa casa vamos ter rampa, vamos ter acesso com facilidade para o idoso, para o deficiente? Será que teremos um piso seguro no nosso banheiro ou uma maçaneta de alavanca para que o idoso, se sofrer um acidente dentro do banheiro, possa, com facilidade, abrir a porta com a maçaneta de alavanca e pedir socorro?

Enfim, deputados, para discutir a segurança, vamos trazer o Sr. Marcelo Pinto Guimarães, arquiteto e professor da UFMG, para falar sobre as adaptações necessárias em casas em que temos idosos e sobre as necessidades arquitetônicas para melhorar a vida e a segurança das pessoas idosas. Traremos também o Sr. Jorge Roberto Afonso de Souza Silva, presidente da Associação dos Cuidadores de Idosos de Minas Gerais. O que queremos? Queremos, de fato, que as famílias atentem para o envelhecimento. Vamos ter, Getúlio, não só em Belo Horizonte, mas também em Miraf, na sua terra natal, daqui a duas ou três décadas, essa população triplicada. Hoje Belo Horizonte tem quase 14% da população com mais de 60 anos, então, deputado Caixa, de duas para três décadas vamos ter essa população de Belo Horizonte perto de 40%, o que é muito.

Se a cidade não estiver preparada para uma população como essa, vamos viver um *apartheid*, ou seja, vamos viver uma segregação, com o idoso isolado a cada dia mais. Aliás, já está isolado hoje. Precisamos fazer com que haja integração maior dele com sua família e com a sociedade para que ele viva com conforto, segurança e felicidade.

Para isso, precisamos começar dentro da nossa casa, deputado Antônio Jorge. V. Exa. é médico e sabe da luta que travamos em Juiz de Fora para melhorar a qualidade de vida dos idosos. Temos feito, fizemos muito, mas temos de fazer muito mais ainda, tanto em Juiz de Fora quanto nas cidades onde houver comissões do idoso e políticas públicas. Em Minas, deputado Antônio Jorge, em 70% das cidades não há conselho do idoso. Quase 65% deles não são alfabetizados totalmente. V. Exa. e os médicos da Casa devem saber que mais de 35% das idosas nunca fizeram exame de Papanicolau e que mais de 49% dos idosos nunca fizeram exame de próstata.

Enfim, precisamos cuidar dessa população a partir de agora; já temos uma grande quantidade deles. Em Juiz de Fora, hoje, a população de idosos está acima de 14%, ou seja, é enorme. Precisamos ter políticas públicas na velocidade do envelhecimento. Atualmente, as políticas de Minas e do Brasil, na sua maioria, andam a passos de tartaruga, enquanto o envelhecimento acontece nessa velocidade. Infelizmente, não existe essa política pública. Aproveito para convidar os deputados para a reunião de hoje às 16h30min, na Comissão do Idoso.

Há outro assunto, e me dirijo diretamente ao deputado Durval Ângelo, líder do governo nesta Casa. Há muitos meses a Fiemg está tentando marcar uma reunião com o governador Pimentel e o secretário de Fazenda, José Afonso Bicalho. O prefeito de Juiz de Fora reiteradas vezes pediu a mim e a outros agentes no governo para marcar essa reunião com o governador, pois a Mercedes vai embora da cidade, e perderemos mais 1.200 empregos. Não podemos nos dar a esse luxo num município que já foi destruído pela Lei Rosinha, que levou quase todas as nossas empresas de pequeno, médio e grande portes para o Estado do Rio de Janeiro e fez Três Rios virar uma cidade com um orçamento invejável. Foram também para www.almg.gov.br Página 84 de 94



Levy Gasparian; todas as nossas empresas foram para o Estado do Rio, e agora não podemos nos dar ao luxo de perder a Mercedes-Benz, que está saindo de lá.

Então, deputado Durval Ângelo, precisamos marcar com urgência esse encontro entre o governador Pimentel e os diretores da Mercedes, a Fiemg, o prefeito Bruno Siqueira, o presidente da câmara, os vereadores de Juiz de Fora, a fim de mantermos essa empresa. Aliás, isso interessa aos deputados da Zona da Mata, pois a Mercedes diz respeito à Zona da Mata, deputado Dirceu; precisamos manter esses empregos tão importantes para nós em Juiz de Fora.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)* – Queria parabenizá-lo, deputado Isauro Calais. V. Exa. aborda dois temas muito caros a toda a sociedade. A Mercedes não é questão de Juiz de Fora ou da Zona da Mata: é questão de Minas. Ela foi uma grande aposta do governo de Minas e do governo municipal, à época do prefeito Custódio Mattos, mas, infelizmente, nunca atingiu o patamar esperado. É necessário um esforço coletivo de todos para que, diante de uma crise tão grave e da relevância capital desta empresa, especialmente para Juiz de Fora, esse tema tenha, no governo do Estado, ressonância em relação ao momento que vivemos e, sobretudo, às necessidades da empresa no tocante ao regime tributário e a outras questões relevantes.

Quanto ao regime tributário da nossa região, V. Exa. participou de uma reunião com a presença do próprio governador Fernando Pimentel, mas, infelizmente, ela não trouxe o retorno que esperávamos. O secretário Bicalho jamais nos levou a sério, não nos deu retorno de qualquer das discussões. Infelizmente, continuamos com o regime tributário especial, como o Rio de Janeiro.

A Lei Rosinha já acabou há muito tempo. O Rio de Janeiro faz exatamente o que fazemos, mas lá existem diligência e desburocratização para conseguir um regime especial, enquanto em Minas continua havendo uma dificuldade muito grande.

Para encerrar, parabeno V. Exa., conheço a sua luta em prol dos idosos e concordo, na literalidade, com essa preocupação tão nobre. Envelhecemos rapidamente. O Brasil faz uma transição sociodemográfica e epidemiológica num período muito curto, se comparado à Europa. Isso faz com que tenhamos problemas de um país subdesenvolvido, como doenças infectocontagiosas, mas também toda a complexidade de um sistema de saúde social de uma população envelhecida. Ou nos preparamos adequadamente para esse novo desafio epidemiológico e sociodemográfico ou, de fato, teremos ainda problemas adicionais aos que já temos. Saúde a iniciativa da audiência, porque a prevenção dos acidentes e aos agravos da saúde começa dentro de casa, com questões simples. V. Exa. está de parabéns.

O deputado Isauro Calais – Eu que agradeço o aparte, deputado Antônio Jorge. Para quem não sabe, a Mercedes é a maior pagadora de ICMS e de IPTU em Juiz de Fora e em Minas Gerais. Não podemos perder uma empresa como essa, que ainda gera 1.200 empregos. Ela é fundamental para o desenvolvimento da nossa Zona da Mata.

Em relação ao pedido que fiz ao líder Durval Ângelo, é preciso marcar uma reunião urgentemente, trazer o sindicato, os diretores da Mercedes, o prefeito Bruno Siqueira, os vereadores, os prefeitos da região, para tentar sensibilizar o governo e o secretário José Afonso Bicalho, porque a empresa precisa e deve ser tratada de forma diferente. Caso contrário, perderemos vários empregos. Como disse no começo da minha fala, a Lei Rosinha destruiu a Zona da Mata. Ela acabou. Mas continuamos pagando caro pelo que não fizemos no passado e não estamos fazendo hoje, que é dar atenção a quem produz, gera emprego, paga impostos, fazer com que os nossos jovens trabalhem na nossa região, sem necessidade de mudar para outro estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, amigos do Tribunal de Justiça, é isso o que tínhamos a dizer. Que possamos votar a matéria de vocês amanhã. Deus abençoe a todos. Um forte abraço!

* – Sem revisão do orador.

O deputado Carlos Pimenta* – Exmo. Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, na sua pessoa, cumprimento os parlamentares aqui presentes. De maneira muito especial, trago meus cumprimentos aos servidores da Justiça e do Ministério Público que aqui estão. Espero que amanhã esta Casa possa finalmente incluir na pauta a discussão e votação dos Projetos



de Lei nº 3.195 e 3.231, colocando um ponto-final nessa luta que já se estende por tanto tempo. De forma democrática e educada, como não poderia deixar de ser, e principalmente com muita garra, vocês têm procurado este Parlamento em busca do que existe de mais importante e nobre na vida de uma pessoa, que é a dignidade no trabalho.

Então, fiquem tranquilos. O requerimento foi apresentado, tive a honra, aliás, de subscrevê-lo como vice-líder do bloco de oposição nesta Casa. Temos muitos pontos contrários, isso faz parte da política, mas há pontos convergentes em que não há situação nem oposição. Um deles é este, haveremos de estar presentes.

Sr. Presidente, quero tocar em dois assuntos que julgo importantes. O primeiro diz respeito a uma audiência pública realizada hoje na Comissão de Minas e Energia, convocada a nosso pedido, uma reunião importante com a presença de representantes da Copasa e da Cemig. O outro tema é relacionado à saúde pública no nosso estado.

Em relação à audiência pública, debatemos um tema muito importante e atual, que nos trouxe muitos dissabores, muitas dificuldades o ano passado. Refiro-me à revitalização das nascentes dos rios em Minas Gerais e à revitalização de rios no nosso estado. Enfrentamos a maior e pior seca de toda a história de Minas Gerais. Muitos rios perenes, importantes deixaram de correr, tiveram as águas interrompidas pela seca. Centenas e milhares de nascentes também desapareceram. Preocupado com essa situação e tentando ver o que pode ser feito, que providência poderia ser tomada, propusemos essa audiência pública. Em 1997, há 18 anos, esta Casa – eu estava presente, bem como os deputados Hely Tarquínio, Durval Ângelo e poucos outros deputados – votamos um projeto que se tornou lei em maio de 1997, que obriga, determina que tanto a Copasa quanto a Cemig invistam, no mínimo, 0,5% do seu orçamento na preservação dos nossos rios, das nossas nascentes. A Copasa porque usa e utiliza a água. A representante da instituição, na primeira frase dela, disse: “Nosso negócio é a água”. Ela usa, capta essa água graciosamente. Não estou falando da Copasa de hoje, mas a de todos os tempos. Ela trata a água, vende-a, pois o negócio é vender a água. Muitas vezes joga o resíduo dessa água poluída, dos esgotos domésticos *in natura* dentro dos rios, poluindo-os.

A Copasa tem uma porcentagem muito pequena de municípios em que ela trata esgotos sanitários. Deveria, portanto, usar parte dos seus lucros, 0,5%, para investir na revitalização de rios e nascentes. Hoje ficou absolutamente claro que a Copasa de todos os tempos não tem investido, respondido, obedecido a uma determinação legal desta Casa. Ela não usa os 0,5%. A Cemig é pior ainda, porque também utiliza os recursos naturais para fazer barragens, barramentos, usinas hidrelétricas. Há 10 anos, não satisfeita, não vou dizer em represália à lei votada pela Assembleia de Minas, entrou na Justiça contra a Assembleia, contra a determinação do Parlamento, dizendo que já utiliza parte dos seus recursos e que, portanto, não poderia ser bitributada.

Ora, imaginem um órgão como a Cemig, imaginem uma estrutura como a da Cemig, que paga seus impostos, que presta um grande serviço, mas não retorna a Minas Gerais no mínimo 0,5% das suas receitas para tratar nossas águas e nossos rios. E entrou na Justiça. Acredito que este ano o Supremo Tribunal Federal vai analisar, e não há absolutamente nada de inconstitucional no projeto votado pela Casa, que não está sendo seguido pela Copasa e está sendo contestado pela Cemig. É uma reunião importante, pois vamos, a partir de agora, seguir *pari passu*, passo a passo, as atuações dessas duas mistas estaduais, que têm seu capital já na bolsa internacional. A Cemig precisa entender que tem um pleito do povo mineiro, tem uma dívida com o povo mineiro, e não pode assistir à morte lenta dos nossos rios, sem pelo menos obedecer à determinação, ao preceito legal desta Casa.

O segundo ponto que quero tratar é sobre a audiência pública de ontem, em que houve a presença do nosso secretário de Saúde, Fausto Pereira. Ele veio prestar contas da atuação da sua secretaria em 2015. Após a fala do secretário, só pude dizer a ele: “Secretário, estou com pena do senhor. Estou sentindo uma profunda tristeza neste momento por ver que a Secretaria de Saúde de Minas não está conseguindo cumprir suas determinações por força dessa dificuldade econômica por que passa o Estado, por que passa o País, mas principalmente pelo pouco-caso, pela insignificância que nosso estado tem diante do Ministério da Saúde, pela insensibilidade desse ministério com Minas Gerais”.



Só este ano, Minas Gerais vai deixar de receber R\$2.000.000.000,00, que lhe são de direito, que deveriam ser aplicados em nosso estado. Com o corte do Ministério da Saúde, Minas vai perder R\$2.000.000.000,00, que seriam aplicados na saúde pública do nosso povo. Em toda a minha fala, em toda a minha atuação como vice-presidente da Comissão de Saúde, como médico e como cidadão, em nenhum momento até então criticamos ou fizemos qualquer comentário negativo em relação à Secretaria de Saúde de Minas Gerais. Mas vai chegando um determinado tempo, vai passando aquela onda da herança maldita, vão passando aqueles momentos em que o Estado tem de trabalhar, em que o Estado tem de arrecadar mais, tem de prestar conta. Vai chegando um determinado momento em que nós não podemos ficar simplesmente assistindo ao desmonte da saúde pública deste país, que já se reflete no nosso estado, no atendimento ao povo mineiro. Não podemos assistir a isso de maneira passiva, sem fazer uma cobrança maior.

Disse ontem ao secretário Fausto – nosso caríssimo colega Durval estava presente – que, se ele ficar esperando um milagre de Brasília, se ele ficar esperando que Brasília socorra nosso estado, vai terminar seu mandato de quatro anos à frente da secretaria e não vai poder devolver ao povo de Minas Gerais sequer a mínima parte do que foi prometido, do que foi anunciado, do que foi dito pelo governador Pimentel.

Cinco pontos me chamaram a atenção, caro deputado Wander. Primeiro, a questão da Funed, uma estrutura magnífica. Quem não conhece deveria conhecer a estrutura da fundação. Ela tem técnicos dos mais gabaritados, dos mais capacitados. Hoje a Funed desenvolve todas as suas atividades, volta toda a sua atenção para a produção de vacinas. Pouco tempo atrás, a fundação fabricava 42 medicamentos da cesta básica, de um total de 67. Uma maravilha, ficávamos maravilhados com a tecnologia, com os equipamentos da Funed. Hoje simplesmente a fundação parece estar esperando que seja decretada a sua falência.

Chamamos a atenção para a temática da urgência e da emergência em Minas Gerais. Basta ir aos hospitais. Não precisam acreditar em minha palavra quando digo que estamos vivendo o pior caos da urgência e da emergência de todos os tempos neste país, que já está se refletindo em Minas Gerais. Vão para a porta do hospital de Montes Claros, vão aos prontos-socorros de Belo Horizonte, às UPAs, vocês verão uma verdadeira avalanche de pessoas que procuram nossas UPAs. A população está no meio da rua, sem assistência. É necessário ter prioridade para um programa como o Pro-Hosp. Se quiserem até mudar o nome, não há problema, mas que ajudem nossos hospitais, que ajudem nossos prontos-socorros. Não é possível uma santa casa de misericórdia não conseguir sequer pagar com o que recebe – ela fica ainda tendo atrasos, sem receber recurso e sem aporte de dinheiro novo para ajudar nossa saúde.

Falamos sobre os hospitais regionais, hospitais cantados em verso e prosa, hospitais que começaram e que precisam ser terminados, hospitais que irão desafogar a rede de urgência e de emergência, que irão atender nosso povo. Esses hospitais precisam ser terminados. O hospital de Montes Claros sequer teve a licitação para sua construção, o hospital de Nanuque está na última fronteira da região Leste de Minas e também não teve sequer licitação. São obras fundamentais que vão atender o povo carente, o povo pobre do SUS.

Falamos, mais uma vez, sobre a contratação dos concursados da saúde. São mais de 1.200 concursados, pessoas que fizeram concurso público, que investiram, que estudaram, que passaram – termino, presidente – e que não foram nomeados. A única porta digna para ingressar no serviço público é por meio do concurso público. Esses 1.200 servidores estão esperando há dois anos e não estão sendo nomeados.

Para terminar, presidente, quero falar do Samu Macro Sul da região Sul, que foi implantado. O Estado está arcando com 80% dos custos e os municípios com 20%. Vocês não veem sequer notícia do Ministério da Saúde e do governo federal.

Fica aí esse desabafo para termos uma visão, um novo capítulo, um novo olhar para a saúde pública de Minas Gerais, que não atende as pessoas que têm dinheiro, mas a população carente, que está hoje morrendo nas portas dos nossos hospitais. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, meu querido amigo, meu líder para sempre, bravo médico da nossa população mais carente, com quem tenho muito carinho, Dr. Hely Tarquínio. Dr. Hely, o médico das pessoas pobres do Estado de Minas Gerais! Minhas homenagens ao meu querido amigo Dr. Hely. Quero saudar também a todos os servidores da Justiça que vieram aqui, à Assembleia Legislativa, fazer uma manifestação democrática: o nosso Ministério Público. Todos eles estão buscando, cada dia mais, condições para atender a nossa população, que busca o Ministério Público, que busca o Judiciário, que busca a Justiça. Nós, muitas vezes, falamos dos juízes, dos desembargadores, dos promotores, mas não existe juiz, não existe desembargador, não existe promotor sem os servidores do Ministério Público, sem os servidores da Justiça. Quero, em nome da Assembleia Legislativa, por ser um sentimento de todos os deputados da Comissão de Segurança Pública, presidida pelo meu querido amigo, deputado Sargento Rodrigues, trazer essa manifestação de carinho por todas essas servidoras, por todos esses servidores, especialmente nesse momento muito delicado da segurança pública, da defesa social no Estado de Minas Gerais.

Imaginamos, pelos números que temos recebido na Comissão de Segurança Pública, como os servidores do Judiciário e do Ministério Público têm sofrido nesse tempo, num tempo em que praticamente não temos uma vaga no sistema penitenciário. Mais um ano desse governo – o deputado Sargento Rodrigues consegue lembrar os números e as datas com muita correção – que prometeu, no ano passado, 4 mil novas vagas no sistema penitenciário, vagas no sistema socioeducativo, e já estamos no mês de abril e nenhuma vaga foi oferecida. Então, convivemos hoje com a nossa polícia prendendo e soltando.

Ontem, a Comissão de Segurança Pública, a pedido do nobre deputado Wander Borges e do deputado Sargento Rodrigues, solicitou uma audiência para discutir a violência na Comarca de Itamarandiba. É um verdadeiro caos a situação de Itamarandiba, com seus 34 mil habitantes sofrendo violentamente com uma cadeia superlotada. A cadeia está caindo e não oferecem nenhuma segurança para os presos que permanecem ali. Eles podem fugir a qualquer momento. Não existe nenhum lugar próximo que ofereça vagas, para que a cidade construa uma nova cadeia. O dinheiro está lá, mas não há onde colocar os presos.

Essa é a situação a que o Estado de Minas Gerais chegou no sistema carcerário. Isso está intimamente ligado às visitas que o promotor da execução carcerária precisa fazer, que o juiz da execução precisa fazer, mas, quem especialmente faz são os servidores da Justiça, são os servidores do Ministério Público, são as comarcas e os fóruns, que estão sofrendo com a situação. O nosso país chegou numa situação, igual à que vimos noutro dia num dos nossos fóruns, em que uma juíza foi atacada dentro do fórum e sofreu uma agressão das mais graves.

Não nos esquecemos de alguns anos atrás – o deputado Sargento Rodrigues sempre lembra isso –, quando o agente penitenciário *Schrenk* tomou um tiro dentro do fórum de Sete Lagoas. O juiz mandou tirar as algemas do preso, que pulou na arma do agente penitenciário e atirou na sua cabeça. Eu e o deputado Sargento Rodrigues, assim como o deputado Durval Ângelo, já visitamos o agente *Schrenk*, que ficou *tetraplégico*. Em 2014, o governo do Estado *lhe deu uma cadeira automática, com a qual se locomove*. É essa a situação que estamos vivendo no Estado de Minas Gerais. Ouvimos muitas vezes desta tribuna a crítica ao choque de gestão implantado pelo ex-governador e hoje senador Aécio Neves no Estado. E agora, onde está a gestão no Estado de Minas Gerais? Temos um apagão da gestão.

Anteontem estive no 1º Batalhão dos Bombeiros Militares. Queridos cidadãos e cidadãs de Minas Gerais, telespectadores da TV Assembleia, a RMBH tem 33 viaturas de resgate dos bombeiros. Dentro delas há desencarcerador, que serve para retirar acidentados presos em ferragens. Não é o Samu que desencarcera, mas o bombeiro militar. Na BR-381, pela qual lutam a deputada Rosângela Reis e o deputado Wander Borges – a deputada Rosângela vai para Ipatinga e o deputado Wander vai para Sabará e Caeté com o deputado João Vítor Xavier –, permanentemente acontecem acidentes. Das 33 viaturas dos bombeiros da RMBH, apenas 3 estão funcionando. Nas outras 30 falta cabo de embreagem, há pane elétrica, elas não podem sair para atender a população. A oposição ao governo de Aécio Neves criticava o choque de gestão, mas hoje temos o apagão da gestão. Não existe gestão no Estado de Minas Gerais, falta tudo.



Eu e o deputado Sargento Rodrigues, da Comissão de Segurança Pública, fomos à 6ª Companhia da Polícia Militar, responsável pela segurança da Avenida Augusto de Lima até a Avenida do Contorno, próximo à estação do metrô, incluindo a rodoviária e a Praça Sete. Vou deixar que o deputado Sargento Rodrigues, que é melhor em números, dê algumas informações importantes. Meu presidente da Comissão de Segurança Pública falará qual é o investimento desse governo do apagão da gestão no custeio das Polícias Militar e Civil e falará do efetivo da PM no centro da cidade. Está explicado o aumento de 40% de roubos em Belo Horizonte. Não é furto, que é fortuito, mas roubo, em que há emprego de violência contra cidadãos. O deputado Sargento Rodrigues falará do efetivo da PM no Centro de Belo Horizonte. O aumento de roubos foi de 32% em Minas Gerais e 40% em Belo Horizonte. Cuidem-se.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) – Primeiramente, cumprimento V. Exa., que traz à tribuna desta Casa um assunto de extrema relevância para o Estado de Minas Gerais. Obviamente, moramos em Belo Horizonte, temos atuação em Belo Horizonte e sabemos que o município teve um destaque ainda maior no percentual. Tudo o que V. Exa. disse até agora tem a minha assinatura, endosso as suas palavras.

O que mais nos preocupa é que o governador Fernando Pimentel, do PT, durante a campanha em 2014, como fez a respeito da energia elétrica e dos tributos, também fez promessas milagrosas na área de segurança pública.

Ontem mesmo, na Comissão de Segurança Pública, fiz questão de reproduzir o áudio em que ele fala que o pessoal do PSDB ia quebrar o instituto de previdência e que, como iam as coisas, ele queria saber se um soldado chegaria aos 30 anos sem equipamentos, sem viaturas, sem coletes. Essa era a fala de Pimentel durante a campanha, em 2014.

Pois bem, vejamos. V. Exa. se referiu à visita que fizemos à 6ª Companhia do 1º Batalhão, que, como V. Exa. disse, cuida do hipercentro de Belo Horizonte. Vejo que as galerias estão cheias de servidores públicos, lembrando que amanhã, se Deus quiser, estaremos aqui para aprovar o projeto deles, com muita satisfação e com orgulho de estar na trincheira dos servidores públicos, como sempre estivemos. Quando se trata de membros do Ministério Público ou do Judiciário, as coisas andam mais rapidamente do que quando se trata de servidores, o que não deveria acontecer. Sempre faço essa crítica em relação a esse assunto.

Mas imaginemos que vocês estejam passando pela região do hipercentro de Belo Horizonte, onde circulam 1.500.000 pessoas. A companhia citada pelo ilustre deputado João Leite, que já chegou a ter quase 500 policiais, é composta de 184 policiais. Ela é dividida em dois grupos porque uma turma trabalha um dia e folga no outro, com cerca de 90 policiais cada. Como o turno é de 8 horas, cada turno de serviço tem 30 policiais. São 30 policiais para fazer o patrulhamento em uma circunscrição territorial onde circulam 1.500.000 pessoas. De fato, não há segurança pública que aguente. V. Exa. disse que, em Belo Horizonte, o roubo, um crime em que há emprego de violência ou grave ameaça, diferentemente do furto – então, há uma agressão e uma pressão enorme sobre a vítima –, aumentou 40,6%, comparados os dois primeiros meses de 2016 com o primeiro bimestre de 2015.

Mas, pasme, deputado João Leite: as promessas que Fernando Pimentel fez para a energia elétrica e os demais tributos são as mesmas que fez para a segurança pública. Em 2014, o governo anterior destinou, apenas para a Polícia Militar, R\$376.000.000,00 para custeio – gasolina, xérox, cartucho de impressora, papel A4, água, luz, material de limpeza, ou seja, o que faz a máquina da Polícia Militar funcionar. Em 2015, o governador das promessas destinou R\$278.000.000,00, quase R\$100.000.000,00 a menos em relação ao governo anterior. E o desastre não parou aí. É por isso que o crime e a violência estão avançando em Minas Gerais. A Polícia Civil, por exemplo, na rubrica Investimentos, recebeu em 2014, do governo anterior, R\$33.000.000,00. Pasmé, deputado João Leite: já em 2015, no primeiro ano do governo Fernando Pimentel, do PT, foram investidos R\$4.000.000,00, pouco mais de 10%. O governo de Fernando Pimentel é uma vergonha, uma falácia.

Como disse o deputado Carlos Pimenta, será que o secretário está esperando o dinheiro vir de Brasília? Que dinheiro, se o PT está lá há quase 14 anos destruindo o País, principalmente com a inflação, o desemprego e a recessão? Se o PT acabou com o País, destruiu o País, em quase 14 anos, estão esperando o quê? Que verba? O que estamos esperando é que a D. Dilma Rousseff tenha um pouco de dó dos brasileiros e, no mínimo, peça renúncia, até porque, se não sair pela renúncia,



vai sair enxotada pelo *impeachment*. E Fernando Pimentel repete a mesma receita. Como um policial militar ou um policial civil vai trabalhar, se seu salário está parcelado em três vezes, deputado João Leite? Com que ânimo? Que ânimo os senhores e senhoras teriam para ser oficiais de justiça, escreventes ou oficiais de apoio técnico do Judiciário, se recebessem em três vezes? Onde está a política salarial que Fernando Pimentel também prometeu? Mas temos só o áudio, aliás, o áudio e o vídeo.

Portanto, deputado João Leite, V. Exa. aborda um tema de altíssima relevância, porque o policial civil, o militar e o bombeiro protegem a vida; cuidam não só de patrimônio, mas da vida das pessoas. Então, não merecemos isso, o mineiro não merece isso. V. Exa. está de parabéns ao abordar o assunto com precisão e conhecimento. Infelizmente, o governo de Fernando Pimentel continua mentindo, como fez durante a campanha, talvez por ter aprendido com a presidenta Dilma Rousseff. Parabéns a V. Exa.

O deputado João Leite* – Muito obrigado. Eu queria lamentar o momento que o Estado de Minas Gerais está vivendo. Nas visitas que a Comissão de Segurança Pública tem feito, como fizemos recentemente na Comarca de Caetanópolis, alcançando Cordisburgo, Paraopeba – na verdade, a comarca é Paraopeba – e Araçá, constatamos o abandono, o abandono da gestão em Minas Gerais, gestão importante da segurança das pessoas. Imaginem que é usado para patrulhamento uma Ducato, da Fiat. Não existe um veículo para aquela região para fazer a segurança, para que os policiais possam se locomover. Por fim, fico imaginando o que foi feito no Estado quando – vocês dominam bem esse assunto – o governador do Estado meteu a mão nos depósitos judiciais; depósitos judiciais daquela criança, do incapaz, da pensão alimentícia. Eu quero ver agora esse governo devolver a essas pessoas esse dinheiro que é das crianças, é da mulher que foi vítima de violência, que foi abandonada. O governo do Estado lançou mão desse dinheiro. E agora, como devolve esse dinheiro para o Judiciário, para que o Judiciário honre com essas pessoas?

Nós tínhamos em Minas Gerais o choque de gestão; criticaram muito. Agora, em Minas Gerais nós temos o apagão da gestão. Acabou a gestão em Minas Gerais.

Muito obrigado, querido amigo Dr. Hely.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo, quero cumprimentar nossos colegas deputados. Há algum tempo não faço uso da tribuna, portanto nem imaginei que, de acordo com a nossa listagem, com a sequência, daria tempo de eu me manifestar. De toda forma, presidente, eu não poderia abdicar do uso deste espaço, até porque a tribuna da Assembleia é um importante espaço dos debates, das ideias.

Cumprimento os trabalhadores que aqui se encontram, do Tribunal de Justiça, pela luta. Gosto de lembrar que as principais conquistas neste país, dos trabalhadores, vieram, acima de tudo, pela sua capacidade de organização, de mobilização, de luta. Então quero cumprimentar os trabalhadores, os companheiros nossos dos sindicatos, que acabam tendo mais diálogo conosco até por questão de construção da caminhada histórica. Eu sempre lembro a eles o seguinte: olhem, hoje nós somos governo, mas sabemos que sempre é necessário que haja um grau de redirecionamento dentro do espaço e papel de cada um, que cada um tem de cumprir. Não é isso?

O sindicato apresenta a sua pauta reivindicatória, e os governos vão, dentro da sua capacidade, ver como fazer esse atendimento. Se não consegue atender tudo, teremos as contrapropostas. Enfim, aqui está cheio de colegas sindicalistas que conhecem bem essa rotina da luta, sem dúvida alguma, a maioria delas. Porque em determinado momento o governante acordou de bom humor e falou: “Mas que bacana, hoje estou tão bem-humorado. O céu está azul, o sol está quente, as flores estão coloridas, então vamos conceder uma série de benefícios aos trabalhadores”. Portanto, a vigília é fundamental. Contem com o nosso apoio, evidentemente com o nosso posicionamento e a nossa postura aqui também balizados pelo limite da responsabilidade. Sejam sempre bem-vindos a esta Casa Legislativa.

Já que estamos falando das conquistas dos trabalhadores, quero fazer uma referência à votação de ontem. Sr. Presidente, ontem não pude fazer declaração de voto, também não tive a oportunidade de fazer encaminhamentos de votação,



mas quero fazê-lo hoje. Votei favoravelmente às propostas dos projetos dos profissionais da educação, propostas essas que vêm para melhorar, garantir direitos – inclusive, direitos humanos de vários trabalhadores –, proposta do reajuste que está dentro da construção do acordo que fizemos com o Sind-UTE no ano passado. Então, mais uma etapa do cumprimento do acordo está em curso para ser efetivado. Aprovamos ontem e, se tudo der certo, como encaminhado aqui os nossos diálogos, para amanhã termos a votação, em 2º turno, garantindo assim o reajuste dos professores.

Tivemos a oportunidade de contribuir com a nossa votação, com o nosso posicionamento no projeto que garante assistência àqueles profissionais que são ex-efetivados da Lei nº 100, que poderão ter a oportunidade de ter assistência à saúde da maneira popularmente conhecida como autopatrocinada: você tem a composição do pagamento do servidor, e ele também faz o pagamento da parte patronal, se assim o desejar, porque é facultativo ao trabalhador que quiser fazer uso do benefício proveniente dessa lei que votamos. Também o projeto restabelece, de certa forma, o vínculo com os ex-efetivados da Lei nº 100 que estavam doentes no final do ano passado, quando do fim do vínculo, por decisão da Justiça. Estamos falando de cerca de oito mil trabalhadores que voltarão a ter essa cobertura, essa proteção por parte do Estado durante os próximos anos, até que possam ter a sua aposentadoria definitiva publicada ou a sua saúde restabelecida.

Então, foram três matérias importantes, fundamentais, de maneira forte e significativa, do compromisso do governo com os trabalhadores, e tivemos a oportunidade de participar. Ainda não acabou. Foi a primeira etapa, e espero que na quinta-feira a gente possa também votar aqui favoravelmente.

O deputado Dirceu Ribeiro (em aparte)* – Caro deputado Cristiano Silveira, muito obrigado pelo aparte. Meu caro presidente, particular amigo deputado Hely Tarquínio, como também serventário do foro extrajudicial, não poderia deixar de parabenizar os funcionários da Justiça. Já fui escrivão do 1º Ofício de Notas de Ubá e sei como funciona o Judiciário. Neste momento é uma alegria poder estar nesta Casa, sob o comando do nosso líder Durval Ângelo, e dar uma pequena contribuição para que os funcionários da Justiça do Estado de Minas Gerais sejam reconhecidos e possam realmente honrar a classe do Judiciário.

Quero aproveitar também para dizer aos funcionários da educação, principalmente aqueles da Lei nº 100, o quanto trabalhei nesta Casa, com a liderança do Durval Ângelo, para que pudéssemos realmente ajudar a resolver um problema crônico da Lei nº 100. Portanto, para mim, um deputado de primeiro mandato, poder estar aqui nesta Casa contribuindo com uma classe a que também pertença é uma honra.

Quero parabenizar todos vocês pela luta, pela forma democrática e carinhosa como estão vindo a esta Casa requerer os seus direitos. Muito obrigado.

O deputado Cristiano Silveira* – Presidente, então, dessa forma, quero concluir minhas palavras fazendo aqui também uma reflexão sobre as relações que precisamos ter na Assembleia Legislativa, muito com o espírito do compromisso com o povo mineiro, porque tenho dito: governamos Minas Gerais, e o nosso governo é orientado pelo programa de governo que foi vitorioso, escolhido pelos mineiros. É isso que deve orientar os partidos da base de governo, os partidos independentes. E, com todo o respeito à oposição e aos embates que aqui fazem, sempre também respeitando o desejo democrático da maioria do povo mineiro e daquele projeto que o povo mineiro escolheu para ser governado. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.



ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/4/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015,

assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Leila Ramos dos Santos, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes;

nomeando Aldo Xavier Junqueira, padrão VL-37, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Geisa Teixeira;

nomeando Lurian Lourena de Souza e Silva, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Paulo Guedes.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 29/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Atual Service Ltda. Objeto: prestação de serviços gerais de suporte à gestão patrimonial e de materiais, com fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e demais materiais que forem necessários. Objeto do aditamento: revisão de preços decorrente de majoração de parcelas remuneratórias definida na Convenção Coletiva de Trabalho 2016/2016, celebrada entre o Sindicato dos Empregados em Edifícios e Condomínios, em Empresas de Prestação de Serviços em Asseio, Conservação, Portaria, Vigia e Cabineiros de Belo Horizonte e o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Minas Gerais, com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Vigência: a partir da data de assinatura, com pagamento dos valores apurados após 1º/1/2016, termo inicial da vigência da referida convenção coletiva. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 42/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Atrium Empresa de Viagens e Turismo Ltda. Objeto: prestação dos serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais de todas as companhias de transporte aéreo, incluindo emissão, marcação e remarcação, reserva de lugares, cancelamento e reembolso de bilhetes aéreos; serviço de hospedagem em hotel no território nacional e no exterior; contratação de seguro no caso de viagem ao exterior; locação de veículos na localidade de destino, com ou sem motorista e com combustível; traslados e recepção em aeroportos; e despachantes para solicitação de vistos. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, de 17/7/2016 a 16/7/2017, inclusive. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

EDITAL DE SELEÇÃO ARTÍSTICA

CESSÃO DE ESPAÇO DO TEATRO DA ASSEMBLEIA

A Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber aos interessados o resultado da fase de habilitação, conforme Edital de Seleção Artística – Cessão de Espaço do Teatro da Assembleia para o ano de 2016, publicado no *Diário do Legislativo* de 9 de março de 2016.

RELAÇÃO DE INSCRITOS HABILITADOS

PROPOSTA		MODALIDADE
1	A Catarina é uma comédia	Teatro Adulto
2	A Zeropeia	Teatro Infantil
3	Azarado	Teatro Adulto
4	Como fazer uma mulher feliz com apenas R\$5,00	Teatro Adulto
5	Concerto para bebês	Música
6	Dois na pista	Teatro Adulto
7	Érika Machado Hermeto	Música



8	Guia Prático de como educar sua mãe	Teatro Adulto
9	Improcedente	Teatro Adulto
10	Ivan Chagas	Música
11	Jojô e Palito em o Mágico de Oz	Teatro Infantil
12	Marilyn. Monroe.doc	Teatro Adulto
13	Matinê	Teatro Adulto
14	Outras pessoas	Teatro Adulto
15	Pinóquio	Teatro Infantil
16	Proibido para maiores	Teatro Adulto
17	QuinTao	Música
18	Senilo	Música
19	Trem de Minas	Teatro Adulto

RELAÇÃO DE INSCRITOS NÃO HABILITADOS

PROPOSTA		MODALIDADE	JUSTIFICATIVA
1	Escola de Bruxas	Teatro Infantil	A proposta não atende ao disposto no item 3.3 do edital: “a) Cópia da carteira de identidade e do CPF do representante legal”
2	Mero	Teatro Adulto	A proposta não atende ao disposto no item 3.3 do edital: “d) Ficha técnica aprovada pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais (SATED-MG) ou xerox das carteiras de trabalho de todos os integrantes, exclusivamente no caso de inscrições na modalidade Artes Cênicas”
3	Sáada Talibah	Dança	A proposta não atende ao disposto no item 3.3 do edital: “e) Ficha técnica completa (nome, identidade e função de todos os integrantes) para todas as modalidades”
4	Sem título, óleo sobre tela	Teatro Adulto	A proposta não atende ao disposto no item 3.3 do edital: “d) Ficha técnica aprovada pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais (SATED-MG) ou xerox das carteiras de trabalho de todos os integrantes, exclusivamente no caso de inscrições na modalidade Artes Cênicas”
5	Todomundo	Teatro Adulto	A proposta não atende ao disposto no item 3.3 do edital: “d) Ficha técnica aprovada pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais (SATED-MG) ou xerox das carteiras de trabalho de todos os integrantes, exclusivamente no caso de inscrições na modalidade Artes Cênicas”
6	Volvere Vento	Teatro Adulto	A proposta não atende ao disposto no item 3.3 do edital: “b) Ficha de inscrição cadastral (FIC) emitida pela Prefeitura” e “d) Ficha técnica aprovada pelo Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais (SATED-MG) ou xerox das carteiras de trabalho de todos os integrantes, exclusivamente no caso de inscrições na modalidade Artes Cênicas”



O item 4.3 do edital em epígrafe dispõe que, “após a publicação da relação dos inscritos habilitados, o candidato não habilitado poderá interpor recurso no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da publicação no *Diário do Legislativo*”. O item 4.4 dispõe ainda que “o recurso deverá ser protocolado na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema (Teatro da Assembleia) – Rua Rodrigues Caldas, 30 – Térreo – Bairro Santo Agostinho – CEP: 30.190-921 – Belo Horizonte/ Minas Gerais, de segunda a sexta feira, das 9h às 17h, exceto feriados e pontos facultativos”.

Belo Horizonte, 20 de abril de 2016.

Rodrigo Barreto de Lucena, diretor de Comunicação Institucional.